

## **A GUERRA COLONIAL (1961 – 1974)**

Luís Alves de Fraga

### **Prefácio**

A morte prematura do Prof. Doutor A. H. de Oliveira Marques, em Janeiro de 2007, não possibilitou que este texto fosse incluído na grandiosa obra por ele dirigida sobre a Expansão Portuguesa, no volume destinado ao fim do Império, já que o elaborei a seu pedido para constituir um capítulo sobre o estertor colonial vivido nos últimos anos da ditadura fascista.

Passaram-se doze longos anos sobre a data do início da redacção (2002)<sup>1</sup> e esperei, depois da morte de Oliveira Marques e da certeza de que a obra para o qual fora concebido ficaria incompleta, pelo menos nos parâmetros por ele pensados, uma oportunidade para este estudo ver a luz do dia sob a forma de uma pequena brochura ou, eventualmente, numa revista que o acolhesse, pese embora a sua dimensão. Mas foi ficando esquecido algures no disco rígido dos meus computadores sem servir a ninguém.

Neste interregno mais obras sobre a guerra colonial se publicaram, contudo, julgo, este trabalho continua a ter utilidade, pois dá uma visão rápida do que se passou em treze anos de guerra sem se prender só e somente ao conflito militar, mas procurando enquadrá-lo nos antecedentes e destacar as envolventes políticas de que ele se rodeou.

Não se trata de um ensaio de aprofundamento histórico, mas de uma síntese onde o leitor curioso que deseja apreender de uma só vez as linhas mais fundamentais do que foi a resistência de Portugal à inevitável descolonização o pode fazer encontrando alguns aspectos inéditos e, acima de tudo, uma concatenação entre os três teatros de guerra, os palcos políticos, os meios e armamentos usados e a preparação da guerrilha para a guerra.

Acredito que, repousando no repositório da universidade que me acolheu e onde há vinte e três anos lecciono, este ensaio pode servir à comunidade científica, citando-o como mais um trabalho explicativo de um tempo que já tem distanciamento histórico para poder ser referido.



## Antecedentes remotos

### Introdução

Portugal foi o Estado da Europa, detentor de colónias, que mais tarde procedeu à descolonização. Essa demora em acompanhar o movimento que se começou a impor logo após o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial deveu-se a vários factores: uns de natureza meramente política, outros de natureza económica e outros ainda de carácter histórico.

Politicamente o facto de o Estado Novo ser uma ditadura, que colheu, no plano internacional, o apoio tanto da Grã-Bretanha como dos Estados Unidos da América na fase final do conflito e na que se lhe seguiu até à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), contribuiu para a definição de uma postura que pretendeu envolver a manutenção das colónias na luta anticomunista a que as grandes potências ocidentais se entregaram<sup>2</sup>.

Economicamente subsistiu, desde o século XIX, a concepção liberal de que, perdido o Brasil, os territórios africanos seriam o sustentáculo da existência autónoma de Portugal<sup>3</sup>, tese que foi reavivada antes e durante a guerra colonial com os sucessivos Planos de Fomento, traduzidos no texto da Constituição pelo desejo de esbater por completo as barreiras alfandegárias e unificar a moeda<sup>4</sup>.

No plano histórico, o Governo do Estado Novo, naturalmente ultra nacionalista, soube explorar, ao longo do tempo, certos eventos e certas lembranças para recordar que Portugal havia sido o grande pioneiro dos Descobrimentos e que, por via disso, se tinha alcandorado, no século XV, a grande potência europeia. Embora sendo um país de elevada percentagem de analfabetos, do final da década de 20 ao começo dos anos 60, a instrução escolar primária e secundária foi reforçando os sentimentos nacionalistas de modo a que várias gerações de jovens reviram o passado pátrio como a imposição de trazer à «civilização» os povos estranhos com quem se havia contactado.

---

<sup>1</sup> Demorou a escrever quinhentas e vinte horas, segundo a estatística que o próprio computador executa automaticamente... e eu acredito nela!

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 45-46.

<sup>3</sup> Cf. de Oliveira Martins, A Introdução à 8.<sup>a</sup> edição de *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1976, especialmente a p. 16.

Contraditoriamente, até ao começo das hostilidades em Angola, era mais fácil conseguir emigrar para o estrangeiro — primeiramente, e no rumo da tradição, para os países da América do Sul e Central — do que para os territórios ultramarinos<sup>5</sup>.

Em suma, pode dizer-se que se algumas elites estavam atentas às mudanças que a vitória dos Aliados, em 1945, iria desbloquear, o certo é que a grande massa anónima da população portuguesa vivia embalada numa propaganda que lhe garantia o Império como um bem irremediavelmente português. A guerra foi uma surpresa.

### **a) A consagração colonial**

Com o final da Grande Guerra, em Novembro de 1918, pode dizer-se que Portugal ficou consagrado como uma potência colonial, já que, na Conferência da Paz, lhe foi reconhecida a integridade dos seus territórios de além-mar<sup>6</sup>. A onda reivindicativa das independências no continente africano e no Oriente ainda quedava longe de se formar.

Tão grande foi a certeza de que a Europa e as tradicionais potências detentoras de territórios coloniais em África estavam para ficar naquele continente que a Ditadura, acompanhando as tendências francesas e britânicas, optou por legislar sobre as tradicionais províncias ultramarinas em termos imperiais, cortando com a herança liberal recebida da Monarquia e continuada na 1.<sup>a</sup> República<sup>7</sup>. Assim, fez aprovar, em 8 de Julho de 1930, o chamado *Acto Colonial* que, ainda antes da publicação da Constituição Política de 1933, alterou de modo significativo a Constituição de 1911 e a legislação republicana de 1920<sup>8</sup>. O artigo 2.º explicitava o esteio ao qual se amparava toda a nova concepção colonizadora: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de

---

<sup>4</sup> Cf. Manuel Jacinto Nunes, «A Dimensão Sócio-económica: Passado recente, situação actual e futuro relacionamento com países lusófonos» in *Estudos sobre as campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 2000, pp. 36-39.

<sup>5</sup> Sobre estes conceitos pode consultar-se Isabel Castro Henriques, *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV – XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004, pp. 302-310, mas especialmente pp. 304-309. A autora deixa bem claro que os verdadeiros contactos coloniais, com espírito colonizador (segundo os princípios da *ocupação efectiva*) só se começaram a fazer sentir a partir dos últimos anos do século XIX, expressando-se pela obrigação a trabalhar segundo os ditames do colonizador (p. 312).

<sup>6</sup> Cf. José Medeiros Ferreira, *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, p. 82.

<sup>7</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, «Introdução» in *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano 1890 – 1930*, (coord. A. H. de Oliveira Marques), Vol. XI, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 22-25.

civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente»<sup>9</sup>. O Império, na acepção de território subalterno dominado e governado a partir de Lisboa, passava a ter existência. E os alvares que pronunciavam a eclosão da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial não punham em causa a detenção dos territórios de além-mar, porque a potência geradora da instabilidade no Velho Continente — a Alemanha — não se interessava por uma expansão ao sul do deserto do Sara.

Entretanto, o Governo português, ainda que reconhecendo um estatuto dependente às populações indígenas das colónias, como consequência da prática de culturas distantes das europeias, nem por isso desenvolveu um esforço coerente e continuado para lhes modificar tradições ou levá-las à aprendizagem da língua portuguesa. Às missões foi dada a possibilidade de exercerem a sua actividade religiosa e difusora de cultura e de profissões úteis aos povos e à economia local; nas maiores cidades existiam liceus e escolas comerciais e industriais que serviam essencialmente a minoria branca e uma quase inexistente pequena burguesia negra ou mista oriunda de actividades ligadas ao funcionalismo público. Contudo, para afirmação de um domínio completo sobre os vastos territórios africanos, que haviam resultado da Conferência de Berlim<sup>10</sup>, primeiro, sob um estatuto imperial e, depois, na perspectiva de uma nação multirracial, o Estado Novo não se eximiu, ao longo dos tempos, a uma série de significativos eventos que dessem a conhecer internamente e ao mundo o seu efectivo controlo sobre povos exóticos e díspares.

A primeira manifestação levada a efeito, ocorreu no Porto, em 1934, no Estádio do Lima, onde se exaltaram as qualidades do «soldado indígena» com a apresentação dos landins da Companhia Indígena de Moçambique. Ainda nesse ano e na mesma cidade, teve lugar uma exposição colonial. Em 1935, uma exposição de menores dimensões e reflexos veio recordar a tomada de Chaimite por Mouzinho de

---

<sup>8</sup> Cf. Valentim Alexandre, «Acto Colonial» in *Dicionário de História de Portugal*, supl., vol. VII (coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Figueirinhas, 1999, pp. 43-45.

<sup>9</sup> Citado por Valentim Alexandre in *op. cit.*, p. 43.

<sup>10</sup> Como refere Adriano Moreira («Enquadramento político-estratégico das campanhas de África» in *Estudos sobre as campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 2000, p. 25) a presença tradicional portuguesa em África foi, durante séculos, marcadamente costeira, sendo raras as penetrações e fixações no interior. O princípio da ocupação efectiva é que determinou a delimitação de fronteiras e a presença mais notória de comerciantes e agentes da autoridade no *interland*.

Albuquerque; em 1937, ocorreu uma outra comemorativa da «História da Ocupação»<sup>11</sup>; três anos depois, teve lugar em Lisboa a chamada «Exposição do Mundo Português» que constituiu o apogeu deste apelo constante para a missão colonial, na tentativa de ligar um passado longínquo a um presente que se pretendia herdeiro das tradições de antanho<sup>12</sup>. Já no ano de 1946, quando começavam a raiar no horizonte político internacional os primeiros sintomas de contestação do colonialismo, realizou-se a exposição comemorativa do V Centenário do Descobrimento da Guiné.

A Exposição de Arte Sacra Missionária, em 1951, a comemoração do centenário de Mouzinho de Albuquerque, quatro anos depois, e, em 1960, as do Centenário da Morte do Infante D. Henrique foram manifestações que se inscreveram na nova perspectiva do anticolonialismo, agora já não para exaltar o Império, mas para marcar a ideia de uma Nação una e indivisível, mesmo que espalhada por diferentes territórios e distantes latitudes. O Império desmoronava-se por vontade política de quem o tinha exaltado para dar lugar a uma ficção nacional só existente na determinação dos próceres do Estado Novo, no texto da Constituição Política reformada no pós-guerra e na imaginação ignorante das massas populares conduzidas pelo aparelho de propaganda condicionador da visão clara da realidade.

### **b) As primeiras contestações**

A consciência de uma ideologia que se opõe à prática do colonialismo vem do começo do século XX e assumiu a designação geral de pan-africanismo. Só entre 1919 e 1927 é que se realizaram congressos internacionais pan-africanistas que vagamente levantaram o problema da autonomia dos povos. O que se discutia com maior interesse eram as condições de vida das populações sujeitas ao domínio colonial. Contudo, estes congressos foram o embrião de onde começaram a surgir as motivações autonomistas.

A segunda sessão do III Congresso Pan-africanista ocorreu em Lisboa, no ano de 1923. Teve a assistência de uma representação da Liga Africana fundada por estudantes de várias colónias portuguesas e que, no momento, residiam em Portugal<sup>13</sup>. É

---

<sup>11</sup> Sobre esta temática veja-se João Carlos Paulo, «Exposições Coloniais» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 327-329.

<sup>12</sup> Cf. Júlia Leitão de Barros, «Exposição do Mundo Português» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 325-327.

<sup>13</sup> Cf. Pedro Pizarat Correia, «Descolonização» in *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, p. 112.

nestes delegados que se podem encontrar os alicerces mais profundos do desejo de emancipação dos povos africanos dos territórios que, havia pouco mais de trinta anos, tinham sido ocupados e submetidos ao domínio colonial no sentido que se aprovava no Congresso de Berlim. Entretanto, nos anos 20, surgem em Angola a Liga Angolana e o Grémio Africano; em Moçambique, o Centro Associativo dos Negros de Moçambique, a Associação Africana e a Associação dos Naturais de Moçambique; na Guiné, a Liga Guineense<sup>14</sup>.

Foi preciso o mundo entrar em nova convulsão bélica para que outro impulso surgisse e catapultasse os movimentos animadores das autonomias coloniais.

As invasões japonesas das colónias orientais da França e da Holanda, bem como de alguns territórios da Grã-Bretanha, puseram em causa a autoridade das potências colonizadoras junto das populações, mas, em especial, também junto das elites que já então pugnavam pelo direito à autonomia, ainda que de uma forma pouco efectiva. A simples transferência de soberania de um Estado europeu para um oriental desencadeou o processo de inaceitação de retorno ao estatuto anterior<sup>15</sup>. Foi pelos territórios franceses do Oriente que começou a luta de autodeterminação e independência de todas as colónias<sup>16</sup>.

Corriam ainda as operações militares na Europa, durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, quando Winston Churchill se viu obrigado a aceitar os princípios anti-coloniais defendidos por Roosevelt e expressos na Carta do Atlântico, em nome de um balanceamento de poder entre a União Soviética expansionista, os EUA, capazes de lhe oporem resistência, e a Grã-Bretanha como potência já sem capacidade de intervenção mundial, mas tentando ainda alcandorar-se a uma posição cimeira na conjuntura pós-guerra<sup>17</sup>.

A vontade de Roosevelt impôs-se e Londres teve de admitir que, findas as hostilidades, só lhe restava caminhar a passos apressados para a cedência de autodeterminações nos territórios a que ainda chamava colónias. A posição britânica implicitamente arrastava a de todos os outros Estados europeus coloniais. Depois da

---

<sup>14</sup> Idem, *op. cit.*, p. 113 É fundamental, para conhecer a história dos movimentos associativos na antiga África Portuguesa a obra de Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

<sup>15</sup> Cf. Marc Ferro, *História das colonizações. Das conquistas às independências. Sécs. XIII-XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 315-316.

<sup>16</sup> Cf. Philippe Moreau Defarges, *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa, Gradiva, pp. 35-37 e, também, James Joll, *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 688.

<sup>17</sup> Cf. Henry Kissinger, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 348-350

União Soviética, os Estados Unidos tornavam-se os campeões do anti-colonialismo, obrigando alguns Estados europeus a fazer uma reviravolta no seu posicionamento no mundo. Portugal ia ser arrastado neste novo turbilhão.

No meio do ano de 1945, terminadas as hostilidades, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU) com base na Carta, documento que explicita os objectivos que norteiam aquele que pretende ser o fórum dos Estados e, ao mesmo tempo, o harmonizador das querelas que entre si se possam desenvolver. Pesem embora todas as boas intenções que nortearam os primeiros Secretários-Gerais, o certo é que, entre a sua fundação e o fim da *guerra fria*, a ONU foi um instrumento quase nulo nas relações internacionais, tendo estado a sua actuação, desde o final da década de 50 até aos anos 70, mais virada para os problemas do chamado Terceiro Mundo, em particular para os da descolonização, do que para a resolução do potencial confronto entre as super potências da época<sup>18</sup>.

A independência da Índia e do Paquistão foi proclamada a 15 de Agosto de 1947, dando lugar a uma retirada precipitada da Grã-Bretanha do cenário oriental<sup>19</sup>. Uma vez mais, a posição britânica condicionou a política colonial portuguesa. Com efeito, ainda se preparava a saída inglesa e já, em 1946, Jawaharlal Nehru levantava a questão da presença nacional nos territórios da costa do Malabar (Goa, Damão e Diu). Salazar não acreditava que o Governo indiano recorresse à força, todavia, considerava já a necessidade de se desenvolverem acções na frente diplomática, argumentando com a falácia de que os naturais daqueles territórios só do ponto de vista geográfico eram indianos, porque, culturalmente, estavam em plano de igualdade com os europeus<sup>20</sup>.

Em 1950, o Governo da União Indiana foi peremptório na afirmação de soberania sobre os territórios do chamado Estado Português da Índia que incluíam os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli, contíguos a Damão. O Estado Novo, conduzido por Salazar, foi intransigente, levando a situação ao ponto de só deixar como saída possível a agressão armada.

Em Maio de 1952, a União Indiana encerrou a sua legação diplomática em Lisboa e dois anos depois voluntários pacifistas indianos, com o apoio da polícia da

---

<sup>18</sup> Cf. Pascal Boniface (Dir.), *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano, 1997, pp. 240-244.

<sup>19</sup> Cf. Bernard Droz e Anthony Rowley, *História do Século XX*, 3.º Vol., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 179-181.

<sup>20</sup> Yves Léonard, «O Ultramar Português» in *História da Expansão Portuguesa*, (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 33-34.

União, invadiram os enclaves adjacentes a Damão. Em Dezembro de 1954, Portugal foi admitido como membro da ONU e de imediato o Governo de Lisboa interpôs no Tribunal Internacional de Justiça da Haia um pedido de reconhecimento ao direito de acesso aos enclaves ocupados. Em Abril de 1960, o Tribunal reconheceu a Portugal o que este havia demandado segundo regulamentação a estipular pela União Indiana. O caminho para a solução bélica acabava de ser imposto ao Governo de Nova Deli<sup>21</sup>. Foi isso que veio a acontecer em 1961<sup>22</sup>. No entretanto, as negociações tornaram-se no amortecedor que permitiu aos movimentos africanos defensores da independência irem-se organizando e difundindo os seus ideais pelas populações.

Como resultado das descolonizações, começadas primeiro no Oriente, em Abril de 1955, reuniram-se em Bandung vinte e nove Estados, entre os quais uns poucos africanos, que recentemente haviam ascendido à condição de independentes. Ali concertaram uma posição comum a adoptar face à conjuntura existente: manter uma posição de neutralidade equidistante dos dois grandes blocos que se opunham — o capitalista e o comunista; destruir o *apartheid* na África do Sul; apoiar activamente os povos ainda colonizados de modo a que pudessem alcançar rapidamente a independência<sup>23</sup>. Esta Conferência constituiu um marco decisivo na luta anti-colonial que se veio a repercutir não só no seio da ONU como, também, e com efeitos mais práticos, em África, nomeadamente nas colónias portuguesas.

## Antecedentes Próximos

### a) Os agrupamentos políticos pró-independências

Embora as associações de consciencialização política e nacional nas colónias portuguesas tenham surgido ainda no começo do século XX, o certo é que a repressão

---

<sup>21</sup> Veja-se, a propósito desta síntese do conflito com a União Indiana, Fernando Rosas, *História de Portugal*, (Dir. José Mattoso), Vol. 7.º, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 514-515; para os pormenores diplomáticos, consulte-se Franco Nogueira, *O Estado Novo [1933-1974]*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, pp. 234-236 e 258-280.

<sup>22</sup> Passadas mais de quatro décadas sobre a invasão de Goa, Damão e Diu, corre entre alguns círculos militares e de historiadores a hipótese de Salazar ter deixado de investir militarmente no território do Estado da Índia numa atitude deliberada, tendente a provocar a agressão. Poderia tê-la retardado se tivesse engrossado o dispositivo de defesa — de pouco valendo se houvesse um declarado intento de anexação, mas seria suficiente para dissuadir um passeio militar das tropas de União Indiana — mas, em Lisboa, o presidente do Conselho de Ministros terá querido aparecer aos olhos do mundo como a vítima da agressão de um Estado que dizia ter o pacifismo como bandeira.

<sup>23</sup> Cf. Philippe Moreau Defarges, *op. cit.*, p.37.

do Estado Novo e o atraso no desenvolvimento sócio-cultural das burguesias negras locais só já na década de 50 é que fizeram despontar os movimentos que iam, realmente, dar início à contestação do domínio colonial.

Mário Pinto de Andrade<sup>24</sup> oferece-nos um excelente quadro do que era a pequena burguesia negra de Luanda nos anos 40 e de como a Liga Nacional Africana a polarizava e mobilizava nessa época. Na opinião deste político e ensaísta angolano não foi a geração a que pertenceu o seu pai aquela que realmente mobilizou vontades contra a potência colonizadora, pelo contrário, foi a do seu irmão mais velho e a sua própria que determinaram o aparecimento de um claro desejo de emancipação.

O aumento do tom de voz dos países anti-colonialistas na ONU também contribuiu para esse arranque que se fazia com desfasamento. Aconteceu à sombra do artigo 73.º da Carta, que pontua: «Os Membros das Nações Unidas que tenham ou assumam a responsabilidade de administrar territórios cujos povos ainda não tenham alcançado a plenitude de um governo próprio, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios estão acima de tudo, aceitam como um encargo sagrado a obrigação de promover, em tudo o que lhes for possível, (...): a) assegurar (...) o seu desenvolvimento político, económico, social e educativo, (...); b) desenvolver o seu próprio governo, a ter em devida conta as aspirações políticas dos povos e a ajudá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as especificidades de cada território, dos seus povos e dos seus diferentes graus de evolução; c) promover a paz e a segurança internacionais; e) transmitir regularmente ao Secretário-Geral, a título informativo e dentro dos limites que a segurança e considerações de ordem constitucional impõem, a informação estatística e de qualquer outra natureza técnica que se relacione com as condições económicas, sociais e educativas dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis, (...)»<sup>25</sup>

Era evidente que, à luz deste articulado, Portugal ao ingressar na ONU teria de cumprir as obrigações que ele impunha. A única alternativa para não o fazer passava por negar a existência de territórios nas condições previstas. Foi esse o processo adoptado pelo Governo do Estado Novo. Estava aberto o caminho para os movimentos anti-colonialistas, na metrópole ou nos territórios africanos de Portugal, com o apoio

---

<sup>24</sup> Michel Laban, *Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997, pp. 42-44.

<sup>25</sup> <http://www.un.org/spanish/aboutun/charter/index.htm>

exterior, iniciarem a contestação; o arranque começou pelo estabelecimento de organizações políticas que visavam a propaganda e a conquista de adeptos, depois, passaram à luta armada.

O primeiro embrião de intelectuais africanos, que procurou reflectir sobre a problemática que a Carta das Nações Unidas levantava, nasceu à volta de três pólos, em Lisboa: o Centro de Estudos Africanos, que funcionou aos domingos na residência da Família Espírito Santo, de São Tomé, na rua Actor Vale, a Casa dos Estudantes do Império (CEI) — criada pelo próprio Estado Novo, em 1944<sup>26</sup> e o Clube Marítimo, situado no bairro da Graça, onde se reuniam os marinheiros africanos que trabalhavam nas companhias de navegação à data existentes<sup>27</sup>.

Em 1951 (seis anos após a célebre reunião no Centro Republicano Almirante Reis que deu origem ao Movimento de Unidade Democrática —MUD<sup>28</sup> — o qual foi um verdadeiro catalisador da oposição ao regime político da época<sup>29</sup>) com origem na CEI, um grupo de estudantes de diferentes colónias funda o Centro de Estudos Africanos (CEA) que mais não era do que um seminário onde se discutiam temas diferentes e com interesse para a consciencialização da uniformidade de problemas que afectavam os povos das colónias portuguesas. Entre os fundadores estão Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Mário de Andrade, Aquino de Bragança, Lúcio Lara, Vasco Cabral e Noémia de Sousa.

Sob a capa de produção e estudo literário, os jovens estudantes africanos contactavam com os autores mais progressistas da época, quer em língua portuguesa — caso de Jorge Amado —, quer em língua francesa. Embora não se possa afirmar com plena certeza, foi este grupo que estabeleceu ligações com movimentos incipientes que no terreno, nas diferentes colónias — em especial Angola<sup>30</sup>, Guiné e Moçambique —, ou em países vizinhos, começavam a florescer<sup>31</sup>.

---

<sup>26</sup> Era uma forma de integrar e controlar os estudantes oriundos das colónias que se esperava conseguir enquadrar dentro dos esquemas então vigentes, em especial a Mocidade Portuguesa.

<sup>27</sup> Vd. Michel Laban, *op. cit.*, pp. 67-78.

<sup>28</sup> Que teve vigência legal até 1948, conforme Fernando Costa, «Movimento de Unidade Democrática» in *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), 2.º Vol., Lisboa Círculo de Leitores, 1996, pp. 634-637.

<sup>29</sup> Vd. António Valdemar, «Fala o Rocha», *Diário de Notícias*, n.º 2325, de 23 de Maio de 2002.

<sup>30</sup> Vd. Michel Laban, *op. cit.*, 189-195.

<sup>31</sup> Para um conhecimento mais profundo da evolução dos movimentos anticolonialistas nas décadas de 50 e 60 veja-se Pedro Pezarat Correia, *op. cit.*, pp. 119-121 e de Josep Sanchez Cervelló os capítulos «UPA FNLA», «MPLA», «Um general à procura do seu exército UNITA», «Da fundação ao início da guerra PAIGC» e «A lenta coesão do nacionalismo FRELIMO» respectivamente nas pp. 34-35,

Em 1954, no Congo Belga, foi fundada a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA) que deu origem à União dos Povos de Angola (UPA)<sup>32</sup>. Dois anos depois surgiu um movimento com origem na etnia Bacongo que assumiu a designação de Aliança do Povo Zombo convertido, em 1962, no Partido Democrático de Angola (PDA). Nesta data os dois agrupamentos fundiram-se, dando origem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Anterior aos movimentos já referidos parece ter lugar o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA), que, segundo algumas fontes, terá sido fundado em 1953. O Partido Comunista Angolano (PCA) apareceu no ano de 1955 e no seguinte fundiu-se com o PLUA, dando origem ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)<sup>33</sup>. Também no Congo Belga, no ano de 1960, foi fundado o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) que, um pouco mais tarde, se fundiu com o Comité d'Action d'Union Nationale des Cabindais (CAUNC), originando a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

Como se vê, embora com algum atraso em relação às colónias britânicas e francesas, Angola foi rica em tomada de consciência da necessidade de luta contra o colonialismo. Por vezes, percebe-se que não existia, de facto, uma concepção de independência nacional (se existisse, era de estranhar, dadas as diferenças étnicas em presença). Contudo, parece ter sido uma certa doutrinação marxista que conduziu, em alguns casos — nomeadamente à volta do MPLA —, à superação das diferenças para encontrar as plataformas mínimas de entendimento.

Foi, em 1959, na Tanzânia que se fundou o primeiro partido moçambicano defensor da independência, que começou por ser regionalista — com a designação de Maconde African National Union (MANU). Mais tarde, embora mantendo a sigla, transformou-se em Mozambique African National Union. Também fora do território, nasceram, na antiga Rodésia do Sul, a União Democrática Nacional de Moçambique e, no Malavi, em 1961, a União Nacional Africana de Moçambique. A dispersão de

---

64-65, 75, 82-83 e 112-113 da obra *Guerra Colonial*, da autoria de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, editada em Lisboa pela Editorial Notícias no ano de 2000.

<sup>32</sup> Será curioso notar que foi, também, neste ano que se instalou a PIDE em África, mas ainda e só com funções de polícia de fronteiras. Os seus efectivos eram tão ínfimos que nem chegavam para o serviço nos principais portos marítimos. Cf. Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial. 1961 – 1974*, Lisboa, Terramar, 2004, p. 24.

<sup>33</sup> Segundo a descrição sumária de Pezarat Correia, ainda será polémica a data e até a forma como se fundou o MPLA, todavia, ele foi o pólo aglutinador de diversos grupúsculos existentes em Angola que ambicionavam e estavam dispostos a lutar pela libertação do território, formando um Estado

esforços foi reconhecida em 1962 e, como o objectivo era comum, acabou por permitir que se fundasse um único movimento no qual todos se reconhecessem. Assim nasceu a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Na antiga colónia da Guiné, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) terá surgido em 1955, tendo tido curta duração. No ano seguinte, foi fundado o Partido Africano da Independência (PAI) que, quatro anos mais tarde, em 1960, deu origem ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Delineava-se assim a junção de dois movimentos para a luta pela independência conjunta de duas colónias geograficamente contíguas e uma só soberania.

Houve ainda outros agrupamentos que chegaram a iniciar a luta armada — tal foi o caso da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING) e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) —, mas que acabaram por não ter capacidade de intervenção junto das populações e cederam o primeiro e único plano ao PAIGC.

Pode dizer-se que o papel dos intelectuais africanos, formados em Portugal e com ligações aos movimentos anti-coloniais existentes nas suas terras de origem, foi fundamental para gerar a tentativa de entendimento comum de forma a que a luta política e armada (mais tarde) tivesse uma articulação mínima em todas as colónias portuguesas. Depois de várias tentativas, que nem sempre resultaram plenamente, em Abril de 1961, nasceu a Conferência das Organizações das Colónias Portuguesas (CONCP), que incluía, também, a UPA e o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP)<sup>34</sup>.

Montadas as estruturas políticas e havendo a certeza de que não era possível qualquer tipo de diálogo com o Governo português com vista à negociação de um processo lento, mas progressivo, que conduzisse à autodeterminação e independência das colónias só restou aos movimentos que reivindicavam a representação dos povos oprimidos, depois de incidentes que pronunciavam a revolta<sup>35</sup>, iniciarem a luta armada.

---

independente. Formalmente o MPLA aparece constituído no ano de 1960, em Tunes. Vd. *op. cit.*, pp. 119-120.

<sup>34</sup> Pizarat Correia, *op. cit.*, pp.120-121.

<sup>35</sup> Os casos mais significativos e directamente ligados à luta armada que se seguiu foram as greves dos estivadores de Lourenço Marques, em 1956, e, em 1959, as de Pidjiguiti, em Bissau. No ano seguinte a greve em Mueda, no planalto dos Macondes, em Moçambique. Nesse mesmo ano, em Catete, em Angola, houve contestação local contra as condições de trabalho e obrigatoriedade de produção agrícola, acontecimentos que se repetiram, em Janeiro de 1961, na Baixa do Cassange. As autoridades

E atente-se que, em Lisboa, nos círculos governamentais, pelo menos desde 1955, mas especialmente no ano de 1959, como nos confirma o depoimento do general Sá Viana Rebelo,<sup>36</sup> não havia desconhecimento da escalada militar que se avizinhava.

### **b) Angola — o apoio dos EUA**

No âmbito da *guerra fria* gerou-se, logo no final da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e muito especialmente nos últimos anos da década de 50 do século XX, entre as duas superpotências — EUA e URSS —, uma «área de confronto» muito particular: a da luta pela independência das colónias ainda existentes<sup>37</sup>. Parecendo haver convergência neste domínio, afinal o objectivo, ainda que comum, era negar à «outra parte» a influência junto dos poderes que se viessem a constituir nos territórios libertados. Essa a razão primeira para tanto Washington como Moscovo apoiarem os movimentos que lutavam pela independência, atraindo-os às suas órbitas ideológicas.

Em Angola as ajudas estavam, em 1961, bastante bem definidos: os EUA auxiliavam a UPA e o MPLA era simpatizante dos ideais defendidos na URSS, da qual recebia apoios, no início pouco abundantes em material, mas abastados em formação ideológica<sup>38</sup>.

Para Salazar a simpatia do recente presidente dos Estados Unidos, Jonh F. Kennedy, pelos grupos independentistas do Terceiro Mundo representou uma verdadeira traição aos ideais de luta contra o comunismo, nomeadamente em relação a Portugal. Os desentendimentos diplomáticos entre a capital portuguesa e a americana começaram a ganhar forma quando se teve plena consciência de que o presidente dos EUA ia desenvolver uma política de oposição à que o Estado Novo havia determinado. No entanto, o Presidente do Conselho de Ministros tentou equilibrar a posição de Washington através da negociação da autorização de uso da base aérea das Lajes pela potência americana. A atitude de Kennedy foi muito firme e não admitiu situações dúbias; todo o seu apoio se virou para Holden Roberto, líder da UPA e convicto

---

coloniais, ao contrário de compreenderem as motivações e tentarem resolvê-las retirando razões aos movimentos anticoloniais — de cuja existência já tinham conhecimento — reprimiram brutalmente todas as manifestações referidas.

<sup>36</sup> Vd. *Os Últimos Governadores do Império*, (coord. Paradela Abreu), Lisboa, Edições Neptuno, 1994, pp. 153-155, 169-170. Cf., na mesma obra, os depoimentos do Doutor Silva Tavares (pp. 177-179) e do coronel Themudo Barata na sua entrevista com o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino (p. 288).

<sup>37</sup> Para se perceber o envolvimento recente dos EUA com Angola será conveniente a consulta de George Wright, *A Destruição de um País*, Lisboa, Caminho, 2001, pp. 51-57 e 61-73.

<sup>38</sup> Cf. Marc Ferro, *op. cit.*, pp. 352-354.

anticomunista. Tratava-se ainda de diplomaticamente reconhecer o direito à proclamação da luta pela libertação de Angola<sup>39</sup>.

Haverá que ter em conta, também, que a influência americana ultrapassava o simples quadro africano para atingir a conjuntura interna portuguesa. As eleições de 1958 e a candidatura do general Humberto Delgado haviam sido já o primeiro sinal desse desejo de mudança que partia da influência que a democracia americana estava a ter na península ibérica<sup>40</sup>. O segundo sinal, bem mais claro do que o anterior, foi dado em 1961 quando algumas figuras destacadas do próprio regime julgaram poder afastar Salazar e encontrar uma solução negociada para a onda de revolta que se esboçava em Angola e que colhia a simpatia do Governo americano<sup>41</sup>.

Como os factos não podem ser descontextualizados ter-se-á ainda de enquadrar o apoio dos EUA aos movimentos de libertação da África Portuguesa dentro das grandes linhas que na ONU se traçavam favoráveis ao nascimento de novos Estados no mundo. Tudo convergia para que o confronto diplomático fosse longo e arrastasse a uma luta armada com um final temporalmente indeterminado. Isso mesmo foi compreendido pelos líderes dos partidos que animavam a política de libertação em Angola, muito especialmente o da UPA que via no «banho de sangue» a única saída para unir esforços dentro da etnia na qual tinha forte ascendente. A luta em Angola seria contra os colonizadores brancos e portugueses, os partidos simpatizantes das teorias marxistas e étnica<sup>42</sup>.

## A guerra em Angola

### a) 1961 — primeiros acontecimentos

As primeiras manifestações com carácter de revolta colectiva contra a presença colonial portuguesa começaram em Angola no ano de 1961, mas, pelo menos desde 1958, ao nível político-militar, em Portugal, já se admitia a possibilidade de ter de

---

<sup>39</sup> Cf. José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991, pp. 237-245, 248-260, 265-268 e 275-277.

<sup>40</sup> Para se perceber essa influência e, em especial, sobre militares que se haviam mostrado adeptos da Ditadura, pelo menos na década de 30 do século XX, veja-se, como exemplo *Memórias de Humberto Delgado*, pp.79-88.

<sup>41</sup> Para aprofundamento deste assunto vd. Cor. Fernando Valença, *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A abrilada de 1961*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d.

<sup>42</sup> Cf. George Wright, *Op. cit.*, pp. 87-88.

alterar o dispositivo e o conceito de defesa. Na verdade, olhando o quadro dos conflitos que ocorriam no mundo no final da década de 50, verifica-se que na Malásia, no Quênia e na Argélia se lutava pela independência dos respectivos territórios, usando a guerrilha como meio de oposição ao poder colonial, enquanto em Cuba, pelo mesmo processo, se pretendia derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista y Zaldívar<sup>43</sup>. Era inevitável que nos territórios africanos de Portugal algo de semelhante viesse a acontecer, daí que, com alguma antecipação, se tenham adoptado medidas que tenderam a reduzir o empenhamento nacional tanto na OTAN como no esforço conjunto ibérico de defesa dos Pirenéus<sup>44</sup>.

Ainda que sem alterar o quantitativo de forças militares nas colónias — pese embora medidas já adoptadas para o estudo da instalação da Força Aérea na Guiné, Angola e Moçambique<sup>45</sup> — começou-se, no seio do Exército, a recolher informação sobre o modo de conduzir a guerra de guerrilhas. Para tanto, obtiveram-se manuais franceses e ingleses onde se explanavam conhecimentos sobre a acção de contra-guerrilha. Foi convidado o coronel Pierre Closterman e o tenente-coronel Montgomery para proferirem palestras sobre a temática no Instituto de Altos Estudos Militares, em Lisboa. No ano de 1959 um oficial frequentou, na Escola Militar de Paris, um curso de acção psicológica e outros fizeram estágios junto das tropas francesas na Argélia.

Concretizando melhor o que na teoria já estava em estudo, no ano de 1960, em Lamego, foi criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), vocacionado para a preparação de oficiais e sargentos que viriam, mais tarde, a enquadrar tropas para enfrentar acções de guerrilha. Nesse mesmo ano, o CIOE preparou quatro companhias de caçadores especiais, das quais três foram mandadas para Angola e uma para Moçambique.

Entretanto, e confirmando as suspeitas da eminência de acções de guerra de guerrilha, em Angola, alguns dos oficiais, que haviam feito o estágio na Argélia, eram utilizados junto dos comandos e das tropas para explicar como se combatia a subversão, dando especial ênfase à importância que as populações têm para a boa ou má progressão

---

<sup>43</sup> Vd. quadro anexo ao capítulo I da obra *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África* (por nós e aqui designada somente por *Subsídios para o Estudo*), editada pelo Estado-Maior do Exército, em Lisboa, no ano de 1990.

<sup>44</sup> Cf. António José Telo, «A Mudança – 1959» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 32-33.

<sup>45</sup> No final da década de 50 deslocou-se a Angola e Moçambique uma missão de oficiais da Força Aérea com a finalidade de estudarem a criação de bases em algumas das principais cidades dos territórios.

das operações militares. Na linha da prevenção de acontecimentos mais ou menos esperados, a rede de comunicações militares no Norte de Angola foi substancialmente melhorada com a aquisição de novo material. Também, ainda antes do mês de Março de 1961, foram abertas pistas, na mesma região de Angola, para aterragem de aviões ligeiros da Força Aérea<sup>46</sup>.

Este conjunto de decisões e medidas não foi só consequência das novas reivindicações que partiam da ONU, tendo em vista o cumprimento do Artigo 73.º da Carta; a independência do antigo Congo Belga foi uma das determinantes — talvez a mais decisiva — não só para tudo o que se deixou relatado como, também, para a alteração do dispositivo das forças militares no terreno. Na realidade as unidades ainda estavam implantadas segundo os princípios determinantes da defesa militar herdados da Grande Guerra; com a saída da Bélgica do Congo o dispositivo tinha de se orientar para Norte, dado serem imprevisíveis acções militares vindas de Sul.

Em Janeiro de 1961, na Baixa do Cassange, registaram-se manifestações de natureza laboral contra os baixos salários que eram pagos aos trabalhadores e a obrigatoriedade de cultivar os produtos impostos pela administração colonial em desfavor da agricultura tradicional<sup>47</sup>. Não se tratou de uma acção imediatamente imputável à guerrilha, mas configurava já os contornos de agitação social que lhe haveriam de oferecer suporte. Numa altura em que era previsível o esboço da insurreição, os excessivos métodos repressivos utilizados só contribuíram para possibilitar ainda mais a adesão das populações à revolta.

No mês seguinte, em Luanda, o MPLA deu, de facto, início à fase de luta armada em Angola quando militantes seus atacaram a Casa de Reclusão, a Cadeia de S. Paulo, a esquadra da Polícia Móvel e uma patrulha de polícia<sup>48</sup>. Tratou-se de um acto isolado que deu origem a uma brutal repressão seguida de acções retaliatórias da população branca de Luanda sobre as populações negras que habitavam os bairros circunvizinhos.

---

<sup>46</sup> Cf. *Subsídios para o Estudo*, pp. 136-137.

<sup>47</sup> Cf. *Op. cit.*, p. 63.

<sup>48</sup> *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 1.º vol., Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1988, pp. 105-106. Admite-se que o MPLA tenha posteriormente aproveitado a acção ocorrida em Luanda como acto de propaganda, embora quem tenha estado, de facto, por trás dos acontecimentos tenha sido o cónego Manuel das Neves (cf. General Silva Cardoso, *Angola, anatomia de uma tragédia*, 5.ª ed., Lisboa, Oficina do Livro, 2001, p. 133). Para uma compreensão mais completa dos acontecimentos aconselha-se a leitura de Manuel Pedro Pacavira, *O 4 de Fevereiro Pelos Próprios*, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2003, especialmente pp. 117-136.

Em Março, a UPA — mais tarde, como já se referiu, transformada em FNLA —, no Norte de Angola, lançou um tremendo ataque sobre muitas das fazendas agrícolas, matando tanto as populações brancas que por ali trabalhavam ou dirigiam explorações, como populações negras bailundas que eram assalariadas. Nos dias 15 e 16 de Março, pelas hostes pouco politizadas da UPA, devem ter sido chacinadas algumas centenas de vidas humanas com o objectivo de provocar o levantamento geral das populações contra o domínio branco e português.

As primeiras acções desenvolveram-se em duas frentes afastadas entre si de cerca de 300 Km: uma junto à fronteira e outra no interior. A primeira compreendeu as zonas e povoações de Buela, Luvaca, Cuimba, Mandimba e Canda; a segunda, já no interior do território, afectou Bessa Monteiro, Quibala, Cambamba, Quitexe, Zalala e Nova Caipemba.

A revolta estendeu-se para Sul, Leste e Oeste, unindo-se e criando uma vasta frente a Norte do paralelo de Luanda.

A resposta militar das autoridades portuguesas foi escassa dados os poucos efectivos existentes na colónia (5.000 soldados africanos e 1.500 europeus). O apoio aéreo era diminuto e não chegava para oferecer protecção a muitas áreas onde as populações brancas e os fiéis se juntavam para melhor se defenderem. Somente as bases de Luanda e Negage possuíam alguns meios que empenharam totalmente.

As tropas do Exército foram sendo enviadas para o Norte com missões praticamente impossíveis de serem cumpridas face às áreas geográficas que lhes eram destinadas e os efectivos que dispunham.

A resistência dos colonos foi levada a extremos de desespero em algumas povoações cujos nomes ficaram para sempre gravados na lembrança de quem viveu os acontecimentos: Damba, Quimbele, Mucaba, Sanza Pombo e Santa Cruz<sup>49</sup>.

Deve referir-se que muitas populações do Norte de Angola, (alguns milhares) que não aderiram ao movimento desencadeado pela UPA, fugiram aterrorizadas para os territórios do ex-Congo Belga e ex-Congo Francês.

No final do mês de Março, em Luanda, as autoridades militares podiam definir com precisão toda a região sublevada: era um território da dimensão de Portugal ibérico

---

<sup>49</sup> Em muitos casos o edifício do posto da Administração ou a Igreja eram os únicos refúgios que ofereciam capacidade de resistência ao ataque de hordas enlouquecidas que se deixavam matar convictos de estarem invulneráveis aos projecteis dos defensores.

delimitado do Norte da colónia até à estrada que ligava Luanda-Salazar-Camabatela-Negage-Sanza Pombo<sup>50</sup>.

#### **b) 1961 — A reacção militar portuguesa**

Nos primeiros dias de Abril de 1961, em Lisboa, tomou-se plena consciência de que os problemas que se viviam em Angola não tinham a extensão de meras insubordinações gentílicas facilmente suportáveis e controláveis pelos efectivos militares da província. A insurreição estava instalada e havia que enfrentá-la com decisões políticas e militares. As primeiras tropas de reforço foram aerotransportadas em 19 de Abril e a 21 seguiu um maior contingente por via marítima<sup>51</sup>.

Ainda que tenha constituído surpresa o ataque em grande escala efectuado pela UPA, o certo é que, como já referido, as Forças Armadas, em especial o Exército e a Força Aérea, não foram apanhadas desprevenidas, razão que tornou possível uma resposta rápida, ainda que descoordenada de toda a realidade que no terreno se vivia. Outra das medidas adoptadas foi substituir o Governador-Geral, Dr. Silva Tavares, pelo General Venâncio de Deslandes, de modo a poder concentrar nas mãos de uma só entidade a autoridade militar e civil<sup>52</sup>.

Numa perspectiva ainda clássica de responder à guerrilha que despontava, a primeira preocupação do comando militar foi a de proceder à ocupação das povoações onde imperava o poder da UPA e a de restabelecer as ligações entre os grandes eixos rodoviários então existentes, procedendo, também, à implantação de tropas de quadrícula no terreno de forma a poderem começar a exercer o controlo sobre áreas mais vastas<sup>53</sup>.

Em Outubro de 1961, os aglomerados urbanos e os postos administrativos tinham voltado a ser controlados pelas autoridades portuguesas, mas as matas e florestas estavam ainda na posse dos guerrilheiros que, com material bélico de fraquíssima

---

<sup>50</sup> Os pormenores podem ser analisados em *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 1.º vol., pp. 106-107 (obra que passamos a designar simplesmente por *Resenha Histórico-Militar*).

<sup>51</sup> *Op. cit.*, pp.107-108.

<sup>52</sup> John P. Cann, *Contra-Insurreição em África. O modo português de fazer a guerra*, S. Pedro do Estoril, Atena, 1998, p. 94.

<sup>53</sup> Cf. «Bethencourt Rodrigues, *Do princípio ao fim*» in José Freire Antunes *A Guerra de África. 1961-1974*, 1.º vol., Lisboa Círculo de Leitores, 1995, p. 104.

qualidade — catanas a canhangulos<sup>54</sup>, — continuavam a limitar as movimentações de tropas e populações.

«A guerra praticada pelo guerrilheiro tinha mesmo essa principal característica: bem camuflado na folhagem existente na floresta, batia e fugia de imediato para muito longe, aproveitando a protecção que as diferenças de nível do terreno lhe proporcionava. Quase nunca se expunha e furtava-se sempre à luta frontal.»<sup>55</sup>

As rivalidades entre os movimentos de libertação de Angola — no início, entre a UPA e o MPLA — foram favoráveis à acção militar portuguesa, porque criaram espaço de manobra para delimitar as zonas de influência. Ainda antes do final do ano de 1961, a União dos Povos de Angola confinava-se à área compreendida pela linha Nóqui – Lufico – Bessa Monteiro – Quicabo – Úcua – Camabatela – Mucaba – Maquela do Zombo, enquanto que o Movimento Popular de Libertação de Angola estava delimitado à zona de Catete<sup>56</sup>.

Em abono da verdade, deve dizer-se que as primeiras tropas a seguir para Angola iam mal equipadas e armadas. Com efeito, a farda camuflada começou a fazer a sua primeira aparição no final do ano de 1961 e o armamento individual era constituído pela velha espingarda Mauser (do tempo da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial) e a pistola-metralhadora, de concepção nacional, FBP (Fábrica de Braço de Prata), que oferecia pouca segurança operacional. Ainda foram utilizados no avanço para Norte armas pesadas que facilmente denunciavam a sua presença e não tinham aplicação efectiva neste tipo de guerra. Os militares, em plena selva tropical, continuavam a proteger a cabeça com o velho e pesado capacete de aço concebido para operações noutros teatros.

No ano de 1962 e seguintes, todos os erros tácticos que a falta de experiência haviam causado foram sendo anulados, conseguindo-se uma imediata adaptação das tropas ao novo ambiente de combate.

O ano de 1961 não havia acabado quando, em Angola, foi criada uma organização paramilitar de voluntários europeus que tinha como finalidade reforçar a defesa das povoações onde não existiam guarnições do Exército. O tipo de armamento destas forças era constituído, de início, por aquele que cada um possuía ou pelo que os depósitos militares dispunham.

---

<sup>54</sup> Espingardas primitivas de carregar pela boca.

<sup>55</sup> Joaquim Mensurado, *Os Páras na Guerra. 1961-63. 1968-72*, Lisboa, Prefácio, 2002, p. 39.

<sup>56</sup> *Subsídios para o estudo*, p. 64.

Do ponto de vista da reacção, devidamente concertada pelo estado-maior do comando militar de Angola, a operação Viriato foi, na sequência dos acontecimentos de Março, aquela que mais espectacular se veio a tornar, não só pelo objectivo em jogo, como também pelos efectivos empenhados. A povoação de Nambuangongo tinha sido elegida como sede do comando da UPA e dali partiam todos os ataques que instabilizavam a região.

A 10 de Julho de 1961 teve início a acção das tropas portuguesas, envolvendo o Batalhão de Caçadores 96, o Batalhão de Caçadores 114 e o Esquadrão de Cavalaria 149. A intenção do comando era evitar a passagem dos guerrilheiros para Sul e para Este da área de Nambuangongo – Quipedro. Havia que manter desimpedidos e com liberdade de circulação os eixos Caxito-Úcuá-Quitexe, Caxito-Nambuangongo e Ambriz-Nambuangongo-Quitexe. O ponto de convergência das três colunas militares era Nambuangongo<sup>57</sup>.

Esta operação foi a primeira de grande envergadura desencadeada depois dos acontecimentos que determinaram o início da guerrilha em Angola e encontrava todo o seu fundamento no facto de as vias de comunicação tradicionais terem sido cortadas pela UPA, quer impondo obstáculos (abatizes), quer semeando valas que impedissem a progressão de meios automóveis. A acção levada a cabo primou pelo desenvolvimento clássico o qual demonstrou ser inadequado ao teatro de guerra africano. Cada novo obstáculo encontrado no caminho era motivo para uma longa paragem das tropas, ficando assim sujeitas à acção mais ou menos livre dos guerrilheiros que sabiam quando e onde flagelar as unidades. Calcula-se (não há números relativos às pequenas guarnições de engenharia acompanhantes dos batalhões, nem se contabilizaram os mortos em consequência dos ferimentos, mas tão só os falecidos nas emboscadas) que as baixas entre os militares portugueses tenham sido da ordem de 82 homens, das quais 21 faleceram no terreno.

Depois de libertados os eixos de comunicação referidos impunha-se, como lógica de oposição à guerrilha, a ampliação da colocação de tropas de quadrícula no terreno, isto é, tornava-se necessário gerar um sistema de presença militar que fosse restringindo, ou mesmo impedindo, os movimentos dos guerrilheiros. Foi esta ideia que deu corpo aos planos «Centauro Grande» e «Marfim Negro»<sup>58</sup>. Ao mesmo tempo ter-se-

---

<sup>57</sup> Para maiores pormenores cf. Aniceto Afonso e Matos Gomes, *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 48-52.

<sup>58</sup> Cf. Bethencourt Rodrigues, *op. cit.*, pp. 105-106.

ia de separar as populações do contacto com os elementos subversivos. Este novo desenvolvimento da guerra não foi adoptado de imediato em 1961, embora começasse a ser gizado por essa altura. Também pelo final desse ano se concluiu que a unidade mais apropriada à ocupação do terreno era a Companhia<sup>59</sup>, ainda que a unidade independente de mobilização fosse o Batalhão. A opção pela Companhia como agrupamento tático e de combate resultou de, pelos seus efectivos e mobilidade, estar mais próxima do tipo de operações que os grupos de guerrilheiros poderiam efectuar. Foi assim, por razões operacionais, que nasceu o fosso, que se iria acentuar com os anos, entre os escalões superiores do Exército — coronéis, brigadeiros e generais — e os capitães; os primeiros ficaram sendo os teóricos da guerra e os segundos os seus reais executantes.

### **c) A evolução da guerrilha**

Depois da primeira reacção aos ataques da UPA tanto este grupo como o MPLA iniciaram movimentações políticas e militares para melhor se posicionarem no terreno de acordo com vários factores que convém enumerar: afinidades étnicas dentro das fronteiras de Angola, apoios nos países circunvizinhos, auxílios externos e reconhecimento por parte de organizações internacionais. Foi função destes circunstancialismos que a guerrilha evoluiu geograficamente ao longo dos anos.

Em 1962, a UPA transformou-se em FNLA numa clara tentativa de gerar a hegemonia na luta pela independência de Angola, enquanto o MPLA se mantinha um agrupamento de chefes militares e políticos com muito pouca implantação ao nível das bases<sup>60</sup>. Talvez em consequência desta última característica, este grupo desenvolveu uma maior consciência política nos seus membros, dando origem a uma percepção mais elaborada da luta levada a efeito com grandes limitações<sup>61</sup>.

O MPLA, pelas suas tendências marxistas, procurava suplantar diferenças étnicas e ser um partido mais cosmopolita, ainda que a sua verdadeira base de implantação inicial tenha sido junto da etnia mbundo cuja área de ocupação geográfica se desenvolvesse na faixa Luanda – Malange. Pelo contrário, a FNLA limitava-se quase exclusivamente à etnia bacongó, ocupando o Noroeste de Angola.

---

<sup>59</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>60</sup> Joseph Sanchez Cervelló, «MPLA Dos primórdios à formação do movimento» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 65.

<sup>61</sup> Em 1962 o MPLA não contava com mais de 250 a 300 jovens combatentes, conforme nos esclarece John P. Cann, *op. cit.*, p. 46.

Os apoios vizinhos vinham para a FNLA da República do Zaire, em total exclusividade, enquanto para o MPLA partiam de República Popular do Congo e, com certa ambiguidade, da Zâmbia. Externamente, os auxílios da FNLA provinham, como é sabido, dos EUA e da República Popular da China, enquanto os do MPLA eram originários da URSS e também dos países que com ela mantinham boas relações.

O reconhecimento da Organização de Unidade Africana (OUA) começou por ser dado à FNLA, embora logo no final de 1962 e durante o ano seguinte aquela organização tenha desenvolvido acções no sentido de promover a aproximação do MPLA ao partido de Holden Roberto. A postura de total arrogância e intransigência deste líder acabou por provocar a impossibilidade de entendimento entre ambos. A OUA, quando a implantação militar no terreno se tornou mais significativa por parte do MPLA, acabou por reconhecer também este agrupamento como representativo dos interesses dos povos de Angola<sup>62</sup>.

Um desentendimento entre as cúpulas do MPLA deu origem a que Daniel Chipenda abrisse uma frente de combate no Leste de Angola. Esta acção levou a que o Exército tivesse de desdobrar a sua actividade tanto pelo Norte como por aquela área, dificultando de tal maneira a contra-guerrilha que, no final dos anos 60, era militarmente mais oneroso suportar a luta na nova frente do que no Norte de Angola. Essa foi a razão pela qual em 1970 o general Costa Gomes, então Comandante-chefe, criou o cargo de comandante da Zona Militar Leste e o entregou ao brigadeiro Bethencourt Rodrigues<sup>63</sup>.

No plano político e estratégico, Lisboa tentava conseguir explorar todos os desentendimentos entre os partidos defensores da independência de Angola, como mais tarde da Guiné e Moçambique, bem como jogar com os raros apoios ou simpatias de conveniência de governos africanos, preferencialmente negros. Foi o que veio a acontecer com Mobutu, presidente do Zaire, através de quem se conseguiu fosse exercida pressão junto da FNLA para que combatesse o MPLA no Norte de Angola<sup>64</sup>.

Ainda que por volta de 1965 a UPA/FNLA estivesse praticamente aniquilada enquanto força de guerrilha com hipóteses de alcançar qualquer vitória no Norte de Angola, o certo é que constituía uma excelente força de contenção do desenvolvimento

---

<sup>62</sup> Cf. Pizarat Correia, *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do império português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1991, pp. 35-37.

<sup>63</sup> Pode consultar-se da António Pires Nunes, *Angola 1966-74. Vitória Militar no Leste*, Lisboa, Prefácio, 2002.

<sup>64</sup> Cf. *Idem, op. cit.*, p. 37.

do MPLA naquela região, pois era maior a perseguição desenvolvida contra este partido do que contra as tropas portuguesas. Por outro lado, a acção do exército de Mobutu também não foi estranha à perda de influência militar do MPLA<sup>65</sup>.

Em Julho de 1964, Jonas Savimbi, antigo homem de confiança de Holden Roberto, animado de uma extraordinária ambição de mando e de poder, fundou o seu próprio partido político, a União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA) apoiado na etnia ovimbundo — ocupante do planalto central de Angola —, bem como de povos do Leste e do Sul<sup>66</sup>. Logo de início este novo movimento mostra-se também adversário do MPLA, que, entretanto, havia conseguido uma boa implantação no Leste da colónia.

A UNITA, não sendo um partido com quadros numerosos, começou por colher apoio junto do Egipto, da Zâmbia e em especial da China Popular. A sua actividade de combate iniciou-se em Setembro de 1966, quando actuou sobre Lucusse, Calunga e Teixeira de Sousa. O ataque que, nos primeiros meses de 1967, efectuou sobre o caminho de ferro de Benguela, além de afectar as Forças Armadas de Portugal, acabou levantando-lhe dificuldades na Zâmbia, dada a importância daquela via de comunicação para a sobrevivência económica do país. A guerrilha da UNITA estendeu-se até ao sul de Gago Coutinho<sup>67</sup>.

Em 1971, o brigadeiro Bethencourt Rodrigues, deu início a mais uma operação político-militar para conter o desenvolvimento da guerra no Leste<sup>68</sup>. Consistiu numa aproximação à UNITA, para a qual serviram de intermediários os industriais madeireiros da região, tendo como objectivo conceder-lhe uma certa liberdade de actuação, em zona bem delimitada, desde que se encarregasse de combater o MPLA e fornecesse informações sobre a FNLA. O acordo ficou firmado a troco de algum apoio logístico concedido pelo Exército<sup>69</sup>. Durante quase três anos os resultados foram espectaculares, porque a acção da guerrilha contra o Exército português baixou substancialmente, gerando-se uma grande liberdade de circulação no Leste, possibilitando o desenvolvimento económico da região e da população. Mas foi uma

---

<sup>65</sup> Idem, *op. cit.*, pp. 36-37.

<sup>66</sup> Idem, *op. cit.*, p. 36.

<sup>67</sup> Joseph Sanchez Cervelló, «Um general à procura do seu exército. UNITA» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 75.

<sup>68</sup> Sobre o entendimento com Savimbi, é de toda a conveniência consultar Dalila Cabrita Mateus, que explica com grande soma de pormenores o papel desempenhado pela PIDE/DGS e pelo Exército no Leste de Angola; *op. cit.* pp. 199-207.

<sup>69</sup> Cf. Pezarat Correia, *op. cit.*, pp. 39-40.

vitória de pouca dura, como não podia deixar de ser, a partir do momento em que assentava em acordos precários que jogavam com interesses momentâneos. Além de que os guerrilheiros, fosse qual fosse a tendência política professada, acabavam por manifestar a sua verdadeira intenção: lutar pelo fim da situação colonial<sup>70</sup>.

Corria o ano de 1973, em Setembro, quando a UNITA levou a cabo operações fora da área que previamente lhe havia sido reconhecida como espaço de actuação. Esta atitude de Jonas Savimbi ficou a dever-se à intransigência do novo comandante da Zona Militar do Leste, Brigadeiro Hipólito, que viu sempre com desagrado os entendimentos com movimentos guerrilheiros. Os atritos aumentaram e acabaram desembocando na operação Castor que, em Janeiro de 1974, visava a extinção do partido de Savimbi<sup>71</sup>.

A consequência política de uma atitude pouco sensata foi que, aquando da ocorrência da revolução de 25 de Abril de 1974, a UNITA havia passado de partido colaborador com as forças militares portuguesas a movimento libertador de Angola<sup>72</sup>, este facto deu-lhe assento nos acordos de Alvor e colocou-o ao nível do enfraquecido MPLA e da quase inexistente FNLA.

#### **d) Conceitos gerais sobre guerra de guerrilha**

A guerra de guerrilha não é feita segundo conceitos clássicos de combate, isto é, não há como preocupação principal e primeira ocupar o terreno. A ideia dominante na guerrilha é conquistar as populações, colocando-as a favor de um dos contendores. Por outro lado, trata-se de uma guerra onde o confronto entre combatentes é reduzido ao mínimo possível, tentando gerar a instabilidade no adversário de modo a retirar-lhe a vontade de combater. É um conflito sem fronteiras bem definidas. Os guerrilheiros raramente se fixam ao terreno em permanência e só já o fazem quando conseguem negar ao adversário a utilização de itinerários seguros, gerando, então, «santuários».

Os exércitos regulares e nacionais não são, como regra, treinados para combaterem em ambiente de guerrilha, porque se parte da suposição que o adversário «vem de fora», enquanto na guerra subversiva o adversário «está dentro» das fronteiras,

---

<sup>70</sup> António Pires Nunes, *op. cit.*, cai na tentação de admitir a vitória só na perspectiva da limitação da liberdade de acção do MPLA, desenquadrando a problemática de toda a luta dos diferentes movimentos que, como se viu logo após a independência, se centrava, de facto, na assunção ao poder político.

<sup>71</sup> Idem, *op. cit.*, p. 40. Veja-se, também, para confronto, as declarações do líder da UNITA, «Jonas Savimbi. A arte de resistir» in José Freire Antunes, *A Guerra de África*, 1.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 91-102.

<sup>72</sup> A OUA nunca lhe havia reconhecido o estatuto de movimento de libertação.

caso que não é comum; no conceito clássico, a defesa interna é um atributo das forças de segurança cívica e civil<sup>73</sup>.

Ainda que, em 1961, já se estudasse o modo de fazer a guerra de guerrilha, estava-se muito longe de ter todos os quadros aptos a entrarem em campanha no conflito angolano. Todavia, entre o ano da eclosão dos primeiros confrontos no Norte de Angola e o final do seguinte já tinha sido publicada a doutrina básica que iria orientar a instrução de todos os combatentes. O manual intitulou-se *O Exército na Guerra Subversiva* e foi sendo publicado por fases<sup>74</sup>. Os exemplos que mais influenciaram o comportamento operacional português foram o dos Franceses, na Argélia, e o dos Britânicos, na Birmânia.

A conversão e instrução dos graduados efectuou-se de um modo muito rápido, de tal forma que no final de 1964 já quase todos os oficiais do quadro permanente do Exército possuíam condições teóricas para poderem enfrentar as operações de guerrilha, em África.

No mais elementar, a doutrina de contra-subversão portuguesa<sup>75</sup> assentou em três pilares: combate armado contra guerrilheiros através de acções ofensivas e defensivas; actuação psicológica e social junto das populações para as furtar às influências ideológicas das guerrilhas; e, apoio às autoridades civis para manter a ordem e controlo das populações, ao mesmo tempo que se fornecem serviços essenciais<sup>76</sup>.

No que se refere à acção de combate armado, pode dizer-se que a iniciativa foi sempre prioritariamente assumida pelos guerrilheiros, com exclusão das acções levadas a efeito pelas tropas especiais — pára-quedistas, fuzileiros navais e comandos — e outras que se prepararam com grande antecedência e envolveram grandes efectivos. Compreende-se que assim seja, dado o facto de as forças regulares estarem mais preocupadas com o efectivo controlo do terreno do que as guerrilhas.

A iniciativa das forças inimigas assumia, quase sempre, a aparência de emboscada, ou seja, pequeno ataque num troço de uma via de comunicação previamente

---

<sup>73</sup> Embora a noção expressa possa ser considerada «clássica», tempos houve, na Europa e noutras parte do mundo, em que as Forças Armadas também tinha como missão manter a ordem interna. Este conceito alterou-se profundamente depois da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Todavia, com o desenvolvimento do terrorismo e em especial depois de 11 de Setembro de 2001, começou a reconsiderar-se a ideia de «inimigo interno» ou a de inimigo actuando internamente, facto que vem de novo atribuir às Forças Armadas um papel próximo do das forças policiais.

<sup>74</sup> Estado-Maior do Exército, 5 vols. 1961-1963. Na altura teve, também, importância significativa a publicação, da autoria do coronel Hermes de Oliveira, *Guerra Revolucionária*, Lisboa ed. a., 1960.

<sup>75</sup> Para uma visão mais completa cf. *Subsídios para o estudo(...)*.

escolhido e preparado de modo a garantir que os militares não pudessem sair da «zona de morte» durante o curto período de fogo da guerrilha. Esta, depois de ter executado a acção, retirava com grande rapidez, por itinerários já escolhidos e difíceis de identificar para evitar a perseguição. Cabia às forças regulares, ao aperceberem-se que haviam caído numa emboscada, reagirem pelo fogo intenso das armas ligeiras disparadas na direcção de onde estavam a ser atacadas, devendo iniciar a perseguição dos elementos da guerrilha mal as armas deles se tivessem calado.

Muito raramente os guerrilheiros tentavam o chamado «golpe de mão», ou seja, o ataque e assalto a uma posição estática das forças portuguesas<sup>77</sup>; este era o tipo de operação que o Exército executava quando tomava a ofensiva. Consistia no isolamento prévio de uma área onde havia a certeza de estar acoitado, num local exacto, uma força de guerrilheiros. No maior silêncio, ocupavam-se posições que garantissem a impossibilidade de fuga do adversário; em seguida, a localidade era flagelada com granadas de morteiro ligeiro ou fogo de metralhadora e imediatamente assaltada por forças dotadas de armas individuais que procuravam matar ou aprisionar os guerrilheiros em fuga. Por vezes, o bombardeamento inicial era evitado quando as forças da subversão estavam abrigadas numa aldeia indígena. Neste caso o assalto era feito de surpresa com o objectivo de impedir a reacção adversa e proceder-se à identificação e consequente prisão dos guerrilheiros.

A acção mais comum levada a cabo pelas forças subversivas era a colocação de minas e engenhos explosivos nos itinerários que sabiam irem ser utilizados pelas tropas portuguesas. Era devastadora este tipo de operação, porque não obrigava à permanência de efectivos, vigiando os movimentos das forças regulares; alcançava sempre elevado número de baixas; inutilizava material; retardava o andamento das tropas.

Ainda que as relações entre movimentos de independência das três mais importantes colónias portuguesas fossem, ou não, amistosas, ou quase se reduzissem a meros encontros de dirigentes de cúpula, a forma de actuação das tropas guerrilheiras nos territórios coloniais foi muito semelhante, devendo-se tal facto mais às características do terreno do que a troca de experiências. Seja como for, Angola serviu

---

<sup>76</sup> Aniceto Afonso e Matos Gomes, *op. cit.*, p. 66.

<sup>77</sup> Deve distinguir-se o «golpe de mão» dos sucessivos ataques com armas ligeiras e bombardeamentos com morteiros a que estiveram sujeitos os aquartelamentos do Exército, em especial na Guiné. Com efeito, a acção dos guerrilheiros sobre as tropas portuguesas visava mais o desgaste psicológico e físico do que a imediata ocupação dos quartéis, ainda que a ideia final fosse essa.

de plataforma de arranque para as restantes províncias e alguma coisa passou do conhecimento que já se possuía do modo de actuar das Forças Armadas portuguesas.

Assim, pode concluir-se que uma característica dos exércitos guerrilheiros foi a sua extraordinária capacidade de improviso associada a uma grande liberdade de movimentos. Este conjunto resultava num acréscimo de força pelo facto de haver um conhecimento muito mais completo do terreno de actuação do que aquele que possuíam as forças portuguesas, pese embora os meios de deslocação e comunicação mais sofisticados e os maiores apoios logísticos que detinham. Na realidade, as últimas vantagens referidas acabavam, na prática, por se transmutarem em desvantagens, porque ora quebravam o efeito de surpresa, ora tornavam menos ligeiras as deslocações das tropas.

Os guerrilheiros escalonavam-se taticamente segundo um modelo muito simples: nos países vizinhos, dos quais recebiam apoio, mantinham, o mais próximo possível das fronteiras, centros de recrutamento e instrução onde os recém-chegados eram preparados tanto militar como ideologicamente; já dentro do território da colónia criavam aquartelamentos ou bases, onde reuniam uma quantidade significativa de combatentes — 30 ou 40, chegando, nos últimos anos de guerra, a efectivos da ordem das duas ou três centenas —, que iam despachando para operações mais distantes. Estas bases, em geral, reuniam à sua volta populações cativadas ideologicamente para a causa da libertação as quais mantinham explorações agrícolas que forneciam os alimentos necessários para o sustento dos combatentes bem como para suprir as primeiras necessidades dos homens destacados para operações. Os grupos aos quais se atribuíam missões de combate eram, em geral, constituídos por poucos elementos — quatro, seis ou oito guerrilheiros — e deslocavam-se contando com os apoios que conseguiam junto das populações das áreas onde iam operar<sup>78</sup>.

Uma das fragilidades dos grupos guerrilheiros residia nas diferenças étnicas relativamente às dos povos das regiões onde se movimentavam. Na verdade, quando tal acontecia eram frequentes as dificuldades de apoio e entendimento, facto que determinava ou uma anterior doutrinação política das populações, ou um confronto desagradável com os aldeões ou, por fim, um maior número de carregadores para assegurarem o transporte de meios logísticos de suporte à operação.

---

<sup>78</sup> *Idem, op. cit.*, pp. 106-107.

As Forças Armadas portuguesas preferiram, sempre que tal foi possível e conveniente, evitar a acção de combate substituindo-a pela acção psico-social junto das populações. Esse era o processo mais seguro de retirar o apoio à guerrilha, porque a sua propaganda deixava de ter eco junto dos elementos de quem esperavam abrigo e alimentação.

A acção psico-social fez-se em grande e em pequena escala. No primeiro caso através da luta contra formas de exploração da mão-de-obra claramente identificáveis com actos de colonialismo e pela prática de políticas de reordenamento de populações que habitavam zonas facilmente penetráveis pela guerrilha, dando-lhe melhores condições de vida<sup>79</sup> do que aquelas que usufruíam quando viviam segundo o ordenamento tradicional e, acima de tudo, melhores condições sanitárias; no segundo caso, a acção desenvolvia-se nas povoações junto dos quartéis através de apoios prestado pelos serviços de saúde das unidades militares, fornecimento de água corrente e outros pequenos auxílios que levassem os aldeões a admitirem que o domínio português era preferível à liberdade anunciada pelas forças da subversão<sup>80</sup>.

Nem sempre surtiram efeito as medidas prosseguidas, mas, num balanço geral, pode dizer-se que a condução da contra-guerrilha pelo Exército, em Angola, foi de molde a retirar a simpatia das populações para com os guerrilheiros, tanto mais que beneficiou do confronto entre os três movimentos de libertação<sup>81</sup>.

### **Portugal e a conjuntura externa e interna — 1961 a 1974**

Olhar a guerra colonial como meros confrontos militares em três teatros de operações é simplificar uma realidade muitíssimo mais complexa do que à primeira vista pode parecer. Na verdade, o desenvolvimento do conflito militar só tinha, para todas as partes envolvidas, uma finalidade muito específica: solucionar política e diplomaticamente a independência dos territórios a que o Estado Novo passou a chamar

---

<sup>79</sup> Deve ter-se em conta o facto das diferenças de conceitos entre europeus e africanos: o melhor para uns nem sempre é bom para outros. Na maior parte dos casos, os ordenamentos populacionais iam ao arrepio das tradições dos povos obrigados a deslocarem-se.

<sup>80</sup> Este tipo de intervenção era muito melhor aceite pelas populações do que a política de ordenamento.

<sup>81</sup> A mais recente opinião de um conceituado oficial da Força Aérea, Angola, de 1971 a 1973 apresentava-se praticamente em paz, com exclusão de raras zonas no Leste e Norte, o que equivale a dizer

províncias ultramarinas, no reaproveitamento de uma designação que foi usual durante a Monarquia. A guerra colonial tinha, por conseguinte, várias «frentes»: a militar, a interna e a externa, podendo esta dividir-se em política e diplomática.

Ainda que sumariamente, há que fazer referência àquelas que não obrigavam ao uso de armas letais.

#### a) A ONU

Depois das acusações e condenações<sup>82</sup> que contra Portugal, com o claro apoio dos Estados Unidos, em 1961, se fizeram nas Nações Unidas<sup>83</sup>, logo no ano seguinte, a 15 de Janeiro, a Assembleia Geral voltou a votar contra o uso da força militar que se estava a fazer em Angola<sup>84</sup>. Naquele fórum internacional pretendia-se conseguir que Lisboa modificasse a sua política intransigente em relação à autodeterminação dos territórios ultramarinos, mas, se era possível, cada vez mais se radicalizava a posição de Oliveira Salazar. A argumentação portuguesa na ONU continuou fundamentalmente a ser a que se deduzia da alteração constitucional de 1951, isto é, a noção de um só Estado e uma só Nação ainda que dispersos por vários continentes e por vários grupos étnicos.

Em 1962, foram baldados os esforços da «diplomacia de corredores» desenvolvida pelos EUA no seio da ONU para provocar o encontro e entendimento entre representantes de Lisboa e Holden Roberto<sup>85</sup>. Numa suposição que não tinha consistência, Washington tentava associar o Brasil na sua campanha de convencimento do Governo de Lisboa, razão pela qual foram várias as diligências que Santiago Dantas, ministro das Relações Exteriores daquele país da América latina, efectuou junto de Salazar<sup>86</sup>. Claro que eram irrelevantes para o sedimentado governante português os

---

que a guerrilha se encontrava controlada, aguardando-se a solução política que tardava. Cf. General Silva Cardoso, *op. cit.*, pp. 301-305.

<sup>82</sup> Não fazemos aqui um estudo exaustivo das posições tomadas pela ONU contra a política ultramarina portuguesa, mas basta dizer, como António Reis (*Portugal 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 49) «Tudo começa na ONU com a Resolução n.º 1514 (XV) da Assembleia Geral “Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais”, de 14 de Dezembro de 1960».

<sup>83</sup> Uma síntese da relação Portugal-ONU pode ser consultada em João Paulo Guerra, *Memória das guerras coloniais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 93-99 e em António Costa Pinto, *op. cit.*, pp. 21-24.

<sup>84</sup> José Freire Antunes, *op. cit.*, p. 28

<sup>85</sup> António Costa Pinto, «Portugal e a Resistência à Descolonização» in *História da Expansão Portuguesa*, (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, pp. 57.

<sup>86</sup> É interessante verificar a existência de uma certa tendência nos políticos norte-americanos para julgarem (ou terem julgado) que entre o Brasil e Portugal poderia haver relações de influência na

desejos da antiga colônia americana. O Presidente do Conselho preferiu utilizar a base aérea das Lajes como instrumento de coação junto de Washington. E não foi em vão que o fez, porque ainda no ano de 1963 a Administração Kennedy balançava-se entre o apoio aos nacionalistas africanos e o abrandamento da política intransigente que vinha praticando havia tempo com Portugal. Esta ligeira alteração tornou-se visível quando no Conselho de Segurança, a 31 de Julho, foram propostas sanções contra Portugal e a França, a Grã-Bretanha e os EUA se opuseram. Curiosamente coube ao Governo de Londres exercer maior pressão sobre a Administração americana para que esta adoptasse a abstenção como postura no Conselho<sup>87</sup>.

Não se pode deixar de lado, nesta apreciação que se faz do confronto da ONU e Estados Unidos com a política africana de Portugal os atritos diplomáticos que já se arrastavam entre a França e Washington. Com efeito, Paris e De Gaulle estendiam sobre o Governo de Salazar um invisível véu protector que facilitou até o fornecimento de armas ao Exército português por parte de França<sup>88</sup>.

A partir de 1964, os EUA, sem abdicarem da oposição ao colonialismo português, passaram a, no âmbito diplomático e em especial na ONU, mostrar uma cada vez menor intransigência para com o Governo de Lisboa. Terá pesado nesta nova atitude a importância da utilização da base aérea da Lajes, nos Açores, e o progressivo empenhamento do bloco de Leste nos problemas africanos.

Ainda no ano de 1963 Washington, no plano das diplomacias paralelas que a ONU permitia, conseguiu que Lisboa acedesse a sentar-se e entabular conversações com nove Estados africanos, discutindo o problema colonial. De nada adiantou a iniciativa, que foi uma das últimas que os Estados Unidos promoveram, porque o Governo de Oliveira Salazar estava radicalizado na argumentação que usava como defesa para a negação de existência de colônias. Além do mais, o Ministério dos Negócios Estrangeiros via com verdadeiro pavor a hipótese de se internacionalizar (mais ainda) a problemática da presença de Portugal em África<sup>89</sup>.

O Governo americano abrandou, com significativa notoriedade, a atitude, até então inflexível, de combate ao colonialismo praticado por Portugal aquando da eleição de Richard Nixon para a presidência. Contrapunha-se a esta postura norte-americana

---

política externa praticada por Lisboa. Já durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, no anos de 1939 a 1943, Roosevelt apostou na inter-mediação de Getúlio Vargas para conseguir a cedência de bases militares nos Açores.

<sup>87</sup> Idem, *op. cit.*, p. 58.

<sup>88</sup> Idem, *op. cit.*, pp. 56-57.

<sup>89</sup> Idem, *op. cit.*, p. 58.

todo o bloco dos países do Terceiro Mundo e do Leste europeu. Naturalmente Salazar beneficiou, em relação aos países europeus, de algumas conivências que resultavam do facto de Portugal pertencer à OTAN e, por isso, ser um parceiro a ter em conta, especialmente pelas facilidades concedidas em território nacional — Beja à Alemanha, Lajes aos EUA e Flores à França. Todavia, foram os países escandinavos os que logo desde a década de 60, se mostraram mais intransigentes com a atitude portuguesa, acabando por, no começo dos anos 70, com grande desenvoltura, auxiliar os movimentos de libertação das várias colónias<sup>90</sup> — com particular incidência o da Guiné.

No que concerne à Europa, Lisboa, em termos de apoio incondicional, só conseguiu contar, durante os anos de guerra, com a Espanha e, em África, com a União da África do Sul, a Rodésia (depois de Novembro de 1965)<sup>91</sup> e o Malawi.

Em Dezembro de 1972, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, com 99 votos a favor, 23 abstenções e 5 contra, uma resolução que convidava os Estados membros e agências da ONU a auxiliarem os movimentos de libertação das colónias portuguesas<sup>92</sup>. Nesse mesmo ano, naquele fórum mundial, passaram a ter lugar, por direito próprio, com o estatuto de observadores, representantes dos movimentos de libertação. No ano seguinte — 1973 — foi reconhecida internacionalmente a independência da República da Guiné-Bissau<sup>93</sup>. Era o zénite do isolamento nacional e o começo de uma nova era.

#### **b) A OUA**

A Organização de Unidade Africana (OUA) foi criada na Conferência de Adis Abeba, realizada entre 22 e 25 de Maio de 1963, e tem como princípio básico o desenvolvimento da solidariedade e estabilidade dos Estados africanos independentes. Nasceu sob o signo do terceiro-mundismo e sob a forte influência da Conferência de Bandung. Naturalmente, ao mesmo tempo que buscou as plataformas mínimas para o bom entendimento entre os Estados africanos já, então, existentes, definiu como objectivo apoiar e reconhecer os movimentos independentistas que merecessem crédito nas regiões do continente ainda sujeitas ao estatuto colonial.

---

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>91</sup> Deve, mesmo, ter-se em conta que estes dois Estados africanos, por interesses próprios (fazer frente aos movimentos políticos internos que reclamavam o acesso ao governo), auxiliaram militarmente as Forças Armadas em África, nomeadamente em Angola e Moçambique.

<sup>92</sup> José Freire Antunes, *op. cit.*, p.64.

<sup>93</sup> António Reis, *op. cit.*, p.49.

O apoio efectivo da OUA aos diferentes partidos políticos empenhados no combate militar pela independência das colónias portuguesas variou, no seio daquela organização, entre extremos só explicáveis através da análise da política africana. Com efeito, foram alterações na condução dos destinos dos Estados que faziam fronteira com os territórios de Portugal os elementos determinantes das mudanças de auxílios a diferentes movimentos. A OUA nunca foi um bloco suficientemente coeso capaz de se apresentar como uma frente de ajuda à libertação das colónias portuguesas e, a verdade, é que o Governo de Lisboa soube manobrar, tirando vantagem deste facto.

A questão fundamental dentro da OUA é que havia uma recusa em reconhecer oficialmente todos os movimentos que lutavam contra as forças de Portugal. Assim, quando, em 1963, à FNLA foi dado o estatuto de partido único no combate em Angola estava-se a marginalizar o MPLA<sup>94</sup>. Do mesmo modo foi recusado o reconhecimento do PAIGC e o apoio à FRELIMO.

Talvez uma das medidas adoptadas pela OUA com maior impacto sobre a política externa portuguesa, obrigando a diplomacia nacional a executar prodigiosos e elásticos desdobramentos, foi o reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), porque criava e aceitava a figura de uma independência virtual que punha em completa dúvida a argumentação utilizada por Lisboa para justificar a existência de uma só nação. Naturalmente, este posicionamento da OUA levava à exclusão de outros movimentos separatistas do seio da comunidade política africana, contribuindo, incompreensivelmente, para a redução da pressão diplomática sobre Portugal. Por causa das desavenças no seio da OUA, em Lisboa não se pouparam esforços para controlar e conhecer as actividades do GRAE, tal como o demonstra o grosso volume de informações compilado pela Polícia de Investigação e Defesa do Estado (PIDE), através do qual se percebe como o Governo Revolucionário era um vespeiro de espiões, desacreditando-o e desacreditando o próprio valor da Organização de Unidade Africana<sup>95</sup>.

Ainda nos anos 60 a FRELIMO foi reconhecida pela OUA, contudo o GRAE, em 1964, foi fortemente abalado com a saída de Savimbi que, abandonando Holden Roberto, fundou um novo movimento de libertação de Angola<sup>96</sup>. Nesta dissidência deve ter-se presente que o GRAE nunca gozou de uma total aceitação por parte dos

---

<sup>94</sup> Cf. João Paulo Coelho, *op. cit.*, 107.

<sup>95</sup> Arquivo da PIDE/DGS, p.º CI (2), n.º 7477, cxs. 7281, 7282 e 7283 (ANTT).

<sup>96</sup> António Costa Pinto, *op. cit.*, p. 59.

elementos que se opunham ao colonialismo português, porque logo desde o início Holden Roberto viu o seu projecto combatido por Alexandre Taty o qual liderava a JMAE.

Em 25 de Novembro desse ano o MPLA conseguiu ser reconhecido pela OUA<sup>97</sup>. Em 1971 esta Organização deixou de avalizar a FNLA, que passou a contar com a quase exclusiva ajuda de Mobutu, presidente do Zaire<sup>98</sup>.

Pese embora a importância da OUA no plano internacional e no apoio e reconhecimento dos movimentos separatistas das colónias portuguesas, o maior e mais pesado incómodo que a Organização causou ao Governo do Estado Novo foi o que resultou do aconselhamento de todos os Estados africanos cessarem relações de qualquer tipo com Portugal e fecharem os seus portos, aeroportos e espaços marítimos e aéreos aos transportes nacionais. Ainda que não existam estudos sobre o assunto, pode garantir-se que este isolamento custou caro à economia portuguesa<sup>99</sup>.

### c) As relações africanas

Têm sido bastantes os investigadores que dão explicações para a capacidade de resistência de Portugal na manutenção de uma guerra em três frentes em África durante mais de uma dezena de anos<sup>100</sup>. Procurando justificações várias, nunca fizeram a leitura do «fenómeno» na perspectiva geopolítica.

Realmente, a guerra na África portuguesa, com excepção da Guiné — onde, efectivamente, a derrota militar se apresentava no horizonte próximo, em 1974, — nunca poderia assumir proporções desmesuradas, tendo de ter características de um conflito de *baixa intensidade*, em consequência da conjuntura geográfica. Os territórios de Angola e de Moçambique oferecem as únicas saídas para o mar a Estados como a Zâmbia, o Malawi e a Rodésia (hoje Zimbabwe) ou a regiões como o Catanga. Ora, qualquer acção mais contundente por parte do Zaire, do Congo ou da Tanzânia — que têm saída para o mar, mas não oferecem os caminhos mais curtos para a ligação aos restantes — poderia provocar o fecho dos portos das colónias portuguesas aos Estados «encravados», criando-lhes situações de verdadeiro colapso económico. Disto mesmo se apercebeu o Governo de Lisboa e com esta vulnerabilidade dos seus vizinhos «jogou»

<sup>97</sup> José Freira Antunes, *op. cit.*, p.36.

<sup>98</sup> General Silva Cardoso, *op. cit.*, p. 293.

<sup>99</sup> As viagens aéreas para a Guiné e Angola passaram a seguir uma rota marítima, apoiando-se nos aeródromos da ilha do Sal, e de S. Tomé; o mesmo acontecia aos navios.

<sup>100</sup> Aquele que mais recentemente apareceu entre nós foi John P. Cann, *op. cit.*

forte durante o tempo do conflito. Esse foi o motivo pelo qual, «generosamente», Salazar não incorreu na tentação de infringir a regra básica do Direito Internacional de dar passagem para os oceanos a quem dela precisava. Claro que tal atitude tinha de ter contrapartidas e Lisboa sabia-o muito bem. Está aí a razão por que, qual Janus, todos os Estados intervenientes mostraram duas caras nas décadas de 60 e 70: os africanos, acusando Lisboa de potência colonial nos fóruns internacionais e auxiliando, moderadamente, os movimentos independentistas que tinham bases nos seus territórios, mas mantendo a recato das vistas dos mais exaltados e intransigentes, relacionamentos officiosos com Portugal; este, aceitando as críticas, as acusações e as sanções públicas, enquanto manobrava na sombra para obrigar à redução do auxílio aos grupos políticos que mantinham a guerrilha no interior de Angola e Moçambique<sup>101</sup>.

Claro que da síntese anterior não se pode concluir que toda a convivência se tenha reduzido a uma linearidade primária; houve altos e baixos nos relacionamentos. Olhando caso a caso, temos, em primeiro lugar, a República do Zaire (capital, então, em Leopoldville) Estado que, antes de todos, mais activamente apoiou a guerrilha no Norte de Angola, mas Lisboa não deixou, nem por isso, de ter uma embaixada no país<sup>102</sup>. Foi frutuosa esta atitude, dado que, no tempo em que Moisés Tschombé se tornou primeiro ministro, até se conseguiu uma clara diminuição da actividade guerrilheira em Angola. Depois de 1966 a atitude do Governo zairense endureceu na relação com Lisboa, acabando por cortar os contactos diplomáticos. No entanto, as relações officiosas mantiveram-se, principalmente através das autoridades fronteiriças<sup>103</sup>.

A Zâmbia começou a tornar-se um verdadeiro incómodo para Portugal a partir de 1964 pelo apoio que dava à guerrilha no Leste de Angola. Todavia, a extraordinária necessidade que tinha de escoar os seus minérios através do caminho-de-ferro de Benguela e de transitar por Moçambique, em especial depois da independência da Rodésia, em 1965, levou o Governo zambiano a moderar a sua posição inicial, chegando-se ao ponto de estabelecer correspondência secreta entre o presidente da República da Zâmbia e o presidente do conselho de ministros de Portugal<sup>104</sup>. A atitude de Lusaca veio a endurecer depois de 1970 quando Salvador Allende foi presidente da

---

<sup>101</sup> Embora tendencioso, o estudo mais completo e factualmente pormenorizado sobre esta temática pode encontrar-se em Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 358-364.

<sup>102</sup> A representação nacional foi um verdadeiro centro de espionagem e de contra-informação durante todo o tempo em que teve liberdade de movimentos. Vd. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 358.

<sup>103</sup> Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 360.

<sup>104</sup> *Idem*, *op. cit.*, p. 361.

República do Chile e se previram as nacionalizações das minas de cobre daquele país e, como tal, a importância deste minério, de origem zambiana, começou a suplantar a chilena. Lusaca *sentiu* a necessidade dos EUA e aproveitou-se dessa oportunidade para apoiar, tanto na ONU como no terreno, a guerrilha contra Portugal.

A Tanzânia, porque em nada dependia de Portugal, pôde prestar auxílio aos movimentos que combatiam a autoridade portuguesa em Moçambique. Foram difíceis, ou até mesmo impossíveis, os entendimentos com Dar-es-Salam. O mesmo veio a acontecer com a República do Congo (Brazzaville). Contudo, e para contrabalançar, foram muito amistosas as relações com a República do Malawi, único Governo negro a manter uma boa vizinhança com Portugal e a não tomar posição contra o colonialismo de Lisboa na ONU. Esta situação não resultou de qualquer traição do Dr. Banda — presidente da República em 1964 — aos ideais de apoio aos movimentos separatistas, mas tão só de uma profunda consciência da pobreza do território da antiga Niassalândia e da dependência em que ele estava da ligação ao mar através de Moçambique e, muito em especial, através do corredor de Nacala. Era necessário conseguir abastecer o novo Estado com combustível e para satisfazer tal carência foram fundamentais as boas vontades do almirante Morais Sarmiento — governador-geral de Moçambique — de Manuel Bullosa e da astuta intervenção de Jorge Jardim, elo de ligação constante ao Malawi (tanto mais que era cônsul daquele Estado na cidade da Beira)<sup>105</sup>.

Cooperante com Portugal foi o reino da Suazilândia, encravado entre Moçambique e a República da África do Sul e, por isso, completamente dependente.

Por razões mais do que óbvias a República da África do Sul, onde imperava o *apartheid*, foi o grande parceiro nos apoios ao Governo de Portugal, tanto no plano diplomático como, também, no militar. O seu envolvimento no conflito passou, muito especialmente, pela ajuda aérea tanto em Angola como em Moçambique, tendo aeronaves suas colaborado em operações contra bases de guerrilheiros nos respectivos territórios. O pagamento da utilização de mão-de-obra negra de Moçambique nas minas sul-africanas constituiu uma excelente fonte financeira para a continuidade da guerra.

A 11 de Novembro de 1965, a declaração unilateral de independência da Rodésia (actual Zimbabwe), ao mesmo tempo que representava mais uma frente de apoio a Portugal na luta contra a subversão, criava-lhe um extraordinário problema.

---

<sup>105</sup> Sobre o papel desta personagem na guerra colonial e em especial no apaziguamento do Malawi face à guerrilha em Moçambique, veja-se José Freire Antunes, *Jorge Jardim Agente Secreto*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 157-177.

Com efeito, a não aceitação britânica do facto consumado e a imposição de aplicação de sanções económicas ao Governo de Ian Smith feita pelo Conselho de Segurança, punha em causa o caminho-de-ferro da Beira e a sua ligação à Rodésia, colocando a sobrevivência desta nas mãos de Salazar. Lisboa não podia alinhar no boicote à Rodésia, porque, então, seria legítimo que fizesse o mesmo à Zâmbia, ao Malawi e à Suazilândia. Portugal tinha de estar contra as sanções em nome das suas conveniências de guerra, que surgiam como o cumprimento do mais elementar princípio do Direito Internacional. Lisboa explorava contradições para sustentar princípios políticos e militares<sup>106</sup>. Claro que as Forças Armadas da Rodésia estavam, como estiveram, na disposição de auxiliar o esforço bélico português.

Se a geografia criou condições favoráveis à política de guerra portuguesa em Angola e em Moçambique, já o mesmo não aconteceu na Guiné, porque tanto a República do Senegal como a da Guiné-Conacri — esta muito mais declaradamente — ofereciam apoios políticos, logísticos e abrigo ao PAIGC por não carecerem geopoliticamente de Portugal ou do território onde actuavam as guerrilhas.

A política prosseguida por Lisboa em relação ao problema africano procurou, logo de início, explorar para além das contradições que o condicionalismo geográfico facilitava mais as que iam surgindo pela evolução dos acontecimentos no continente africano e das quais poderia tirar proveito imediato, quer por alívio da pressão militar, quer por redução da pressão diplomática na ONU, quer, por fim, por recolha de algum apoio nos fóruns internacionais. Dois casos foram paradigmáticos: a secessão da província do Catanga e a do Biafra. Tirou, também, amplo partido da exploração do tribalismo dentro dos próprios movimentos de libertação, através de agentes infiltrados ou com contactos com elementos responsáveis<sup>107</sup>.

A província do Catanga, actual Shaba, no sueste do Congo (Kinshasa) tem fronteiras com Angola, Zâmbia e lago Tanganica. É uma região mineira e diamantífera. Em Julho de 1960, depois da proclamação da independência do Congo, com o apoio belga, a província do Catanga declarou-se ela própria uma república liderada por Moisés Tshombé. Esta reviravolta não foi indiferente a Lisboa, muito embora ainda não tivesse começado a guerra em Angola, existindo já a percepção de que poderia eclodir a qualquer instante. O apoio tornou-se declarado, tanto no plano diplomático e político como militar até 1963, já que a província revoltada estava a enfrentar forças armadas da

---

<sup>106</sup> Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp. 323-336.

ONU, que, em nome da paz, favoreciam o Governo do Congo, claramente comunista. Esta situação manteve-a Portugal até à data em que foi dada como finda a secessão do Catanga. Mesmo assim, forças militares fiéis à antiga república foram recolhidas em Angola e com elas formaram-se unidades de combate para lutar, principalmente, contra o MPLA. Essas unidades dependiam em tudo, ou quase tudo, do apoio português, muito embora tivessem a sua estrutura de comando autónoma. Claro que o auxílio que prestavam na luta contra a subversão em Angola tinha como contrapartida o poderem fazer acções de propaganda sobre as populações do ex-Congo belga, de onde provinham<sup>108</sup>.

O Biafra foi outra situação semelhante à do Catanga, embora de maior complexidade. Constituindo o território mais desenvolvido da Federação da Nigéria, albergava, também, a etnia mais empreendedora — os Igbo — que tinham uma especial apetência para o negócio, para a política e, por isso, formavam o grupo com maior influência na Nigéria. Em 1960 a colónia ascendeu à independência, que internamente nunca foi pacífica em consequência da diversidade étnica e consequente rivalidade. Em 1966, no Norte do país, vários Igbo, gozando de posições socialmente destacadas, foram assassinados em áreas islâmicas. Logo de seguida o Exército tomou conta da situação e pôs fim à experiência federal, ao mesmo tempo que se descobria que a insurreição tinha tido instigadores americanos que haviam sido mortos. O governo militar, presentindo o empenhamento de algumas forças estrangeiras na instabilidade do país, proibiu, em Junho desse ano, a entrada no território a brancos provenientes da África do Sul e de Portugal<sup>109</sup>. A 29 de Julho um golpe de Estado militar pôs fim ao governo do general Ironsi, de origem Igbo, o que fez supor que a revolta ia no sentido de separar os grupos étnicos que, ao mesmo tempo, apresentavam nos respectivos territórios condições económicas distintas. Os mais ricos eram os Igbos, católicos e animistas, em cuja área de implantação se havia descoberto petróleo. As províncias do Leste, maioritárias em Igbos, determinaram a expulsão das outras etnias das suas fronteiras em função das perseguições a que tinham estado a ser sujeitos no Norte da Nigéria, começando-se a delinear, em Novembro, um clima de secessão, conduzido pelo tenente-coronel Ojukwu, governador das províncias de Leste. O ambiente era de grande tensão, tanto mais que as

---

<sup>107</sup> Cf. Dalila Cabrita Mateus, *op. cit.*, p. 167.

<sup>108</sup> Vd. por exemplo, no arquivo da PIDE/DGS, o p.º SC/CI (2) n.º 557 (ANTT) que evidencia a dependência e, até carência, destas tropas que foram preciosos auxiliares do Exército português.

<sup>109</sup> Estado-Maior do Exército, Resumo Mensal de Notícias n.º 6/66 de 1 a 30 de Junho de 1966. AHM 2/10/10/01.

diferentes províncias não cessavam de comprar armamento sofisticado, demonstrando os povos do Norte o intento de subjugar pela força os restantes. Depois de 31 de Março de 1967, o tenente-coronel Ojukwu desencadeou um clima de clara secessão, ao apoderar-se das receitas federais e ao colocar a trabalhar para a província oriental todos os serviços que até então eram de natureza federal. Deu-se início ao armamento das regiões que compunham o Estado federal e a instrução militar tornou-se obrigatória em todo o território da Nigéria, começando a verificar-se intenso tráfico de armamento para aquela região da África. Em 27 de Maio de 1967, a Assembleia Consultiva da Nigéria Oriental elevou a província à condição de Estado com a designação de Biafra, assumindo-se independente. Portugal reconheceu o novo Estado, manifestando-se pronto a auxiliar a causa Igbo. Por seu turno a França, a Grã-Bretanha e a URSS mostraram-se favoráveis ao governo do Estado federal, ajudando através do fornecimento de armamentos pesados. Por seu lado, segundo tudo levava a crer, um dos possíveis abastecedores de armas aos Igbos poderia vir a ser a China comunista. A tática imediatamente adoptada pelo governo federal foi o de proceder ao bloqueio comercial do Biafra o qual, isolado, tinha grandes dificuldades para resistir militarmente, porque, embora detentor de petróleo não o conseguia escoar. O receio britânico de ver reduzir a cota de fornecimento de ramas petrolíferas à sua indústria levou o Governo de Londres a passar a ceder armamento ao governo federal contra o Biafra o qual só conseguia fazer aquisições na Europa através do chamado mercado negro. A necessidade de controlar o petróleo do Biafra tornou-se tão premente para todo o mundo, em especial para a Europa, que a Nigéria não teve relutância em assinar um acordo de cooperação com a URSS, ao qual a Grã-Bretanha, beneficiária, também, deu o seu aval implícito, porque o importante era reduzir ao silêncio e à inoperância o Estado que havia ousado declarar a secessão.

Como se vê, os interesses inter-chocavam-se e davam origem a estranhos entendimentos que não seriam possíveis de imaginar em circunstâncias bem diferentes. Acima das ideologias falavam mais alto os interesses económicos.

Em face de toda a conjuntura exposta, pode dizer-se que não foi por acaso que a revista *Jeune Afrique*, de 17 de Dezembro de 1967, chama a tenção para a importância estratégica do pequeno arquipélago de S. Tomé e Príncipe, admitindo a hipótese de se vir a rebelar contra o domínio colonial português, o que o articulista, com certo realismo

considerava difícil ou impossível<sup>110</sup>. A chamada de atenção estava feita e aos Estados interessados bastava ser capaz de compreender qual o lado por onde alinhar a política de intervenção.

O ano de 1968 foi passado com sucessivas derrotas militares a serem suportadas pelas tropas do Biafra, tornando em uma verdadeira calamidade a questão da ajuda às populações civis as quais viviam angustiadas o terrível bloqueio que o governo federal lhes impunha. O risco de extermínio dos Igbos tornou-se, durante aquele ano, uma realidade e um pesadelo para a humanidade.

A guerra prosseguia com base no apoio humanitário que alguns países europeus dispensavam às populações Igbo, utilizando uma ponte aérea estabelecida a partir do aeródromo de S. Tomé, tendo Portugal ganho posição estratégica para a continuidade da resistência do Biafra. A África do Sul fornecia armamento às forças revoltadas, enquanto a Alemanha e a Suécia cediam alimentos. No comércio do armamento, também S. Tomé desempenhava um papel fundamental.

A imprensa internacional, em Setembro de 1969, fez eco ao apoio que a Rodésia e a África do Sul estavam a oferecer ao Biafra, mas deu maior relevo ao facto de Portugal manter nos arredores de Lisboa um quartel-general do Presidente Ojukwu, através do qual se faziam todos os negócios com a Europa e por onde corria o auxílio militar que a capital portuguesa prestava aos Igbos, nomeadamente dispensando aeronaves de combate e transporte, pessoal mercenário, preparando, na base da Ota e na de Monte Real, pilotos do Biafra com o concurso de instrutores da Alemanha Federal<sup>111</sup>.

O papel que Portugal desempenhou no drama do Biafra foi, de facto, fundamental e inseriu-se na política de oposição aos EUA e à URSS que apoiavam intransigentemente a independência do Quénia. Contrariando essa política Lisboa provava que os povos de África ainda não tinham atingido a maturidade suficiente para se governarem em autonomia, tanto mais que não conseguiam ultrapassar as profundas dissidências étnicas que os separavam. Era, na prática, a demonstração de que a luta portuguesa se justificava para evitar males maiores que as grandes potências, sem respeito pela pessoa humana, fomentavam.

Lisboa, embora negando oficialmente o seu envolvimento com o Biafra, foi semeando indícios do largo empenhamento que teve nesse conflito que levou ao

---

<sup>110</sup> Estado-Maior do Exército, Resumo Mensal de Notícias n.º 12/67 de 1 a 31 de Dezembro de 1967. AHM 2/10/27/01.

genocídio de um povo e ao desaparecimento de um Estado que tinha hipóteses de ser um dos mais importantes da costa ocidental da África.

#### **d) A oposição interna ao Estado Novo**

Pode dizer-se genericamente que a oposição política ao Estado Novo, pelo menos depois de 1945 e até 1961, se dividiu em dois grandes grupos: o dos comunistas, enquadrados pelo aparelho clandestino do Partido Comunista Português (PCP), e a tradicional oposição republicana, que englobava os «velhos» republicanos de antes do golpe de 28 de Maio de 1926, que ainda sobreviviam, e os descontentes de gerações já criadas na vigência do regime salazarista. Para além destes, havia grupúsculos que incorporavam monárquicos e outras tendências livre-pensadoras, mas que pouca importância tinham no contexto opositor à ideologia dominante.

Vários eram os pontos de clivagem entre aqueles que combatiam o Estado Novo, mas um salientava-se por sobre todos os outros: para os comunistas a descolonização era um ponto assente e indiscutível, enquanto que para a oposição republicana a herança colonial deveria ser mantida, ainda que num horizonte distante fosse possível conceber independências de «novos Brasis».

A eclosão da guerra nas colónias africanas veio trazer para a ribalta da discussão política, entre opositores ao regime, a questão das autodeterminações. Dentro do próprio aparelho do Estado Novo geraram-se, logo em 1961, dissidências quanto à condução do problema africano, encabeçadas pelo Ministro da Defesa, general Botelho Moniz. Esta oposição que, como já referimos, colhia a simpatia e tinha a inspiração americana, recebia o apoio de quase todas as cúpulas militares da época — a excepção mais notável foi a do Subsecretário de Estado da Aeronáutica, tenente-coronel Kaúlza de Arriaga, figura que tomou, até, papel activo na desmobilização do golpe palaciano que estava em curso para afastar Oliveira Salazar da presidência do Conselho de Ministros.

Os acontecimentos em Angola, no começo da Primavera de 1961, e o alarde jornalístico que se desenvolveu à volta dos massacres levados a cabo pela UPA, no Norte da colónia, foram motivadores da aglutinação de vontades em torno do regime, levando mesmo a que individualidades conhecidas pelo seu entranhado republicanismo e nula simpatia pelo Estado Novo acabassem rendendo-se à política de defesa colonial

---

<sup>111</sup> Estado-Maior do Exército, Resumo Mensal de Notícias n.º 9/69 de 1 a 30 de Setembro de

que Salazar passou a conduzir<sup>112</sup>. Contudo, a invasão do Estado Português da Índia, no final de 1961, tal como algumas manifestações de revolta interna — tentativa de assalto ao quartel de Beja —, conduziram, segundo revelações recentes, Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a apresentar a Salazar uma proposta (elaborada por André Gonçalves Pereira) de negociação de uma parte das colónias nomeadamente, Macau, Timor, S. Tomé e Príncipe e Guiné, com vista a poder reforçar-se a presença nacional e europeia nas restantes<sup>113</sup>. O Presidente do Conselho, naturalmente recusou tal proposta que não deveria ser tão inédita quanto se supõe, já que Kaulza de Arriaga advogava algo semelhante, em 1958, em documentos de circulação restrita na Subsecretaria de Estado da Aeronáutica<sup>114</sup>.

O tempo e a duração da guerra determinaram a convergência de posições entre o PCP e a oposição republicana. Realmente, na década de 60 foram morrendo os velhos políticos envolvidos com a restauração da democracia característica da 1.ª República — Jaime Cortesão, Mendes Cabeçadas, Augusto Casimiro, entre outros —, mas, ao mesmo tempo, ia surgindo uma outra geração de opositores ao regime que, estando distantes da ideologia comunista, preconizavam já a discussão do problema ultramarino de modo a encontrar a solução política que conduzisse à autodeterminação e independência a prazo. Ainda que muitos dos militantes desta «nova» oposição tivessem começado por ser arregimentados para as fileiras do PCP acabaram afastando-se e aproximando-se de ideais socialistas.

As eleições de 1969 constituíram o momento em que surge a *nova oposição* ao Estado Novo liderada em especial por Mário Soares, mas onde não faltavam nomes que vinham do Movimento de Unidade Democrática (MUD): Cal Brandão, Vasco da Gama Fernandes; ou mais jovens que tinham surgido aquando das eleições de 1958 e do movimento juvenil de 1962: João Cravinho, Jorge Sampaio, para citar os mais evidentes<sup>115</sup>.

No segundo congresso republicano de Aveiro, em 1969, Urbano Tavares Rodrigues, afastando-se já da esteira do pensamento socialista tão caro a Mário Soares,

---

1969. AHM 2/10/17/03.

<sup>112</sup> Cf. Fernando Rosas, «Oposição Republicana» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 695-696.

<sup>113</sup> *Expresso*, n.º 1557, de 31 de Agosto de 2002, *Revista*, texto da autoria de Orlando Raimundo, intitulado «A descolonização que Salazar recusou», pp. 32-37. Vd., também, *Expresso* n.º 1.558, de 7 de Setembro de 2002.

<sup>114</sup> Vd. documentação confidencial do Gabinete, no Arquivo Histórico da Força Aérea.

mas ainda não engajado pelo PCP, afirmaria, num claro desafio ao chavão tão do agrado do regime (*O ultramar não se discute*): «O termo da guerra colonial (através de negociações que acautelassem com espírito de humana equidade os interesses dos portugueses em novas e independentes nações multirraciais de língua e cultura lusíadas) e, entre nós, o sindicalismo livre, a reforma agrária, a amnistia e o regresso dos exilados, a legalização de todas as formações políticas sem quaisquer restrições, deveriam constituir a primeira fase dessa democracia.»<sup>116</sup>

O surgimento de cisões na hegemonia marxista ditada pelo PCP, já no final dos anos 60, fazendo despontar uma extrema esquerda muito activa, conduziu à necessidade de os comunistas se empenharem, também, mais a fundo na acção armada<sup>117</sup> e a que os socialistas se organizassem minimamente. A propaganda política no seio da juventude estudantil, pese embora toda a eficiência do aparelho repressivo da ditadura, foi gerando uma clara consciência de repulsa por uma guerra que se prolongava havia já uma dezena de anos. Muitos jovens estudantes — que se fossem incorporados nas Forças Armadas seriam graduados (sargentos ou alferes milicianos, conforme o nível de escolaridade) — preferiram exilar-se, procurando abrigo, principalmente, em França ou na Suíça. Mas os que cumpriram as suas obrigações militares transportaram para dentro dos quartéis o seu descontentamento que reforçou o dos oficiais dos quadros permanentes cansados de fazerem comissões de serviço nas colónias e sujeitos a verem recair sobre si a responsabilidade de uma situação que o poder político não queria resolver pelos meios diplomáticos que tinha ao seu alcance<sup>118</sup>.

Também, pela mesma época, de entre os jovens que não possuindo mais do que a instrução primária e que se viam compelidos a servirem nas fileiras como meros soldados, se verificou um índice significativo de deserções para o estrangeiro. Estes substituíam o serviço militar pela radicação em terras da Europa onde ganhar a vida era financeiramente mais proveitoso do que em Portugal.

Em 1974, quando eclodiu o movimento militar que pôs fim ao Estado Novo, a guerra colonial não era simpática à grande maioria da população e o arrastá-la

---

<sup>115</sup> Vd. José Manuel Quintas, «Eleições para a Assembleia Nacional» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 288-291.

<sup>116</sup> «Um conceito de liberdade» in *II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e documentos*, II vol., Lisboa, Seara Nova, 1969, p. 10.

<sup>117</sup> O que veio a dar origem, numa competição com a actividade dos movimentos de extrema esquerda à Acção Revolucionária Armada (ARA).

<sup>118</sup> Vd. David Martelo, *As Mágoas do Império*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998, pp. 263-270

teimosamente por mais de uma dezena de anos só serviu para legitimar popularmente o direito dos povos coloniais à autodeterminação, justificando os moldes em que se procedeu à descolonização<sup>119</sup>.

### e) A Igreja Católica

As motivações da Expansão confundem-se, já no século XV, com o proselitismo religioso que animava — ou parecia animar — os seus mentores. Independentemente de quem servia quem, o certo é que a Igreja Católica foi, durante cinco séculos, o esteio ao qual se apoiou o poder político português e a burguesia mercantil para levarem por diante a sua presença no mundo.

As diferentes mudanças políticas que ocorreram em Portugal — desde a monarquia dual até à proclamação da República — afectaram pouco a acção missionária da Igreja Católica nos territórios onde flutuava a bandeira nacional. Verdade seja que o confronto entre a «expansão da fé» e as culturas dominantes nas diferentes colónias não foi uniforme; tudo dependeu de factores vários, mas, em especial, do envolvimento que os povos já tinham com outras formas de prática religiosa. Esse foi, talvez, o motivo por que o Brasil se apresentou como o mais promissor dos territórios a evangelizar<sup>120</sup>.

Quando, em especial, na segunda metade do século XIX a Europa «descobriu» o continente africano, de novo as potências candidatas à acção colonial assumiram como objectivo «a propagação da fé» — agora vestindo os hábitos das diferentes seitas protestantes que os Estados apoiavam ou assumiam como religião oficial — e a obrigação de «trazer à civilização» os povos negros da África sub-saariana. A Conferência de Berlim, em 1885, não definiu só a concorrência política pelo domínio do continente africano como também a legitimou sob os auspícios da acção religiosa e «civilizadora». Nesse ano Portugal perdeu, de facto, um monopólio que nunca possuiu — o domínio do *hinterland* das zonas costeiras onde secular e tradicionalmente se instalara em África — tal como ganhou a clara concorrência dos missionários das Igrejas reformadas; o Estado teve de aceitar, em nome do «fardo do homem branco», a presença nas colónias africanas de missões de todos os matizes religiosos, porque todas,

---

<sup>119</sup> É de útil consulta, para se compreender o processo de descolonização, a análise da obra de David Martelo, *1974 Cessar-fogo em África*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

<sup>120</sup> Sem pretendermos aprofundar aspectos discutíveis, julgamos que a prosperidade da colonização do Brasil se ficou a dever ao facto de os índios nativos serem nómadas, vivendo uma economia colectora, e possuírem uma muito ténue organização política. Este conjunto de circunstâncias só em algumas, mas muito poucas, regiões do continente africano existia, enquanto no Oriente não se verificava de todo.

afinal, reivindicavam para si um papel civilizador com o qual a Administração não conseguia rivalizar. Este foi o estatuto legado pela Monarquia à República a qual, em 1922, reconheceu como aceite, ao ratificar a Convenção de Saint-Germain-en-Laye. Em 1940, o Estado Novo, depois de longas e penosas negociações, assinou e fez valer a Concordata e o Acordo Missionário<sup>121</sup>. Com este último instrumento jurídico acabou impondo a nacionalização da acção da Igreja Católica nas colónias, ao mesmo tempo que reduzia, na prática, a liberdade de actuação dos outros credos religiosos<sup>122</sup>.

Recebendo contrapartidas do regime, as missões e o clero ultramarino, entre 1940 e 1961, tornaram-se um instrumento sócio-político do Estado, havendo sintonia de discursos por parte das entidades envolvidas. Contudo, a guerra nas três colónias e, acima de tudo, a evolução do contexto internacional e o prolongamento das operações militares como processo de retardar ou impossibilitar o diálogo com os movimentos que reivindicavam as independências, começaram a alterar a relação de harmonia entre os próceres da hierarquia católica colonial e os governantes nacionais<sup>123</sup>. Lentamente a situação foi-se deteriorando de tal forma que no final da década de 60 eram já públicos os atritos entre alguns membros da Igreja de Moçambique e as autoridades governamentais<sup>124</sup>. No começo dos anos 70, embora amortecido com as roupagens que a ditadura protagonizada pelo Estado Novo lhe lançava por cima, o conflito estalou entre as duas instituições. Com efeito, em Junho de 1970, Paulo VI recebe em audiência geral Agostinho Neto (MPLA), Marcelino dos Santos (FRELIMO) e Amílcar Cabral (PAIGC), tendo tido com eles uma conversa de alguns minutos.

O acontecimento teve repercussões internacionais relevantes e veio demonstrar que a Igreja, se não apoiava, pelo menos não condenava os movimentos independentistas, dando início a uma diplomacia de aproximação a um futuro que previa para breve, de modo a ser possível a sua continuidade nos novos Estados independentes. Lisboa detectou claramente a ruptura<sup>125</sup>.

---

<sup>121</sup> Vd. Manuel Braga da Cruz, «Concordata e Acordo Missionário» in *Dicionário de História do Estado Novo* (coord. Fernando Rosas e Brandão de Brito), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 182-183.

<sup>122</sup> Vd. João Carlos Paulo, «Missões Católicas no Ultramar» in *op. cit.*, vol. II, pp. 602-604.

<sup>123</sup> Ainda os sintomas de ruptura não eram completamente evidentes, já em 1967, quando o papa Paulo VI visitou o santuário de Fátima, o sumo pontífice da Igreja Católica recusou ser mais do que um mero peregrino para não avalizar, com a sua visita a Portugal, uma guerra com a qual Roma já não concordava.

<sup>124</sup> Cf. Carlos Lima, «Bispo da Beira, Caso do» in *Dicionário de História de Portugal*, (coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica), vol. VII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 183-184.

<sup>125</sup> Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, pp.348-349.

O mal-estar entre certos sectores católicos progressistas começou a aumentar, avolumando-se de tal forma que, nos últimos dias de Dezembro de 1971, numa colaboração clara com sectores radicais, levou a efeito uma vigília na capela do Rato, em Lisboa, a qual, dada a dimensão do acontecimento, foi impossível escamotear<sup>126</sup>. Sucederam-se as habituais prisões e acções retaliatórias que só serviram para sedimentar mais a certeza, em um número cada vez maior de cidadãos, da injustiça da guerra colonial.

Em 1973, de novo a Igreja manifesta, agora de forma mais contundente, ainda que não por intermédio do Vaticano, o seu desacordo com a guerra e o modo como está a ser conduzida quando alguns missionários espanhóis da Ordem de Burgos conseguem fazer chegar à mão do padre Adrian Hastings dois relatórios — que vêm a ser por este publicados no *Times* —, dando a conhecer ao mundo o massacre levado a efeito por tropas portuguesas contra populações de um conjunto de três pequenas aldeias de Moçambique, no distrito de Tete, designadas genericamente por Wiriyamu<sup>127</sup> (Chawola e Juwau), no dia 16 de Dezembro de 1972<sup>128</sup>. A alta hierarquia da Igreja em Portugal, perante os factos e as evidências, não pôde ficar indiferente, contudo, agiu sempre com a cautela e a discrição que caracterizou o seu relacionamento, ao longo do tempo, com o poder político, até como consequência da dependência financeira em que estava a acção missionária como resultado da Concordata. Coube ao baixo clero a ingrata missão de se manifestar.

A partir do ano de 1973 os sacerdotes da Igreja Católica, em especial aqueles que estavam ligados às missões ou, até, à actividade militar, deram começo a uma contestação evidente, gerando um clima de desaprovação pela continuidade da guerra. Inevitavelmente o termo do conflito estava à vista<sup>129</sup>.

## A Guerra na Guiné

---

<sup>126</sup> Cf. Nuno Teotónio Pereira, «Vigília da Capela do Rato» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 1008-1010.

<sup>127</sup> Marcelo Caetano, numa das suas chamadas «Conversas em Família», transmitidas pela Rádio Televisão Portuguesa, ou porque mal informado ou porque agisse de má intenção, referia, com ar inocente, a inexistência de uma povoação com o nome de *Wiliyamu*, jogando com o facto de, no centro de Moçambique, os indígenas pouco cultos, ao falarem, trocarem a consoante *r* pela *l*.

<sup>128</sup> Cf. José Amaro (org.), *Massacres na Guerra Colonial. Tete, um exemplo*, Lisboa, Ulmeiro, 1976, pp. 6-7.

<sup>129</sup> Para uma visão mais alargada do tema veja-se Luís Salgado de Matos, «Colaboração e resistência. Igreja Católica» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Matos Gomes), pp. 280-287.

A luta armada pela independência da Guiné começou, de facto, com Amílcar Cabral, engenheiro agrónomo formado em Lisboa, cujo pensamento político era orientado por três vectores fundamentais: o pan-africanismo, a abertura de uma via socializante e de justiça social em África e a construção de um Estado que resultasse da unidade daquela colónia com a de Cabo Verde<sup>130</sup>. Ideologicamente Cabral esteve sempre muito próximo do PCP e das teses marxistas.

Além da conjuntura internacional ser favorável à reivindicação política, a independência da Guiné-Conacri, em 1958, activou a formação do PAIGC, que surgiu como organização independentista dois anos depois, em Outubro. No plano interno, o elemento agregador para a luta teve como ponto de partida a greve dos trabalhadores portuários, realizada em 3 de Agosto de 1959, reprimida com excepcional brutalidade pelas autoridades portuguesas. A passagem a um estágio de luta armada foi, depois de 1960, uma questão de tempo.

Amílcar Cabral, líder incontestado da independência, entre a data da criação do partido e a eclosão das operações militares fez chegar ao Governo português vários pedidos para que fossem encetadas negociações para a abertura de uma via que conduzisse à autodeterminação das duas colónias. Tudo foi infrutífero.

Depois de 1960, o PAIGC passou a contar, também, com o apoio do Senegal, que havia ascendido à independência, contudo, foi na Guiné-Conacri que Cabral instalou a direcção das operações militares, que estalaram em 1963.

#### **a) Características do terreno e da população**

O território da Guiné-Bissau, genericamente, caracteriza-se por ser constituído por uma parte insular, formando um elevado núcleo de arquipélagos junto dos numerosos braços de mar que penetram terra dentro; uma parte costeira, alagadiça em resultado da amplitude das marés; e o interior, que reúne a floresta tropical e a zona desértica, a Leste, junto das únicas elevações — o Futa Jalon.

O clima, por se situar no hemisfério norte, acompanha o regime de Inverno, em Dezembro e Janeiro, e o Verão, em Julho e Agosto, contudo, as estações intermédias, devido à baixa latitude, não são acentuadas, pelo que se divide em duas épocas distintas:

---

<sup>130</sup> Joseph Sanchez Cervelló, «Da fundação ao início da guerra – PAIGC» in *op. cit.*, p.82.

uma de grande calor e chuvas torrenciais e outra mais seca, embora também muito quente.

Do ponto de vista etnológico a Guiné é o ponto de encontro de vários grupos humanos. Em 1960, o censo realizado deu como resultado a existência de 525.437 pessoas que, na sua grande maioria, se distribuíam pelas seguintes etnias: Balantas, Fulas, Manjacos, Mandingas, Papeis, Bijagós, Felupes, Beafadas e Nalus, para além de cabo-verdianos e seus descendentes e raros europeus<sup>131</sup>. Os Balantas e os Mandingas foram os que mais apoio deram ao PAIGC, enquanto que os Fulas, pelo contrário, auxiliaram os Portugueses<sup>132</sup>.

Do ponto de vista militar e no desenvolvimento de uma guerra subversiva esta antiga colónia foi a que ofereceu maiores vantagens aos guerrilheiros e menores ao exército português. Na verdade, a um clima muito adverso, juntava-se a falta de alimentos frescos de quase todos os tipos, uma extrema dificuldade de progressão no terreno alagado, de movimentação na mata densa ou ainda na aérea descampada da região de Madina. A conjugação destes factores levou a que a Armada tenha tido um papel muito significativo na luta — pela utilização dos fuzileiros navais nas zonas alagadas e costeiras —, tal como a Força Aérea que garantia o apoio de fogo nas zonas mais desprotegidas de abrigos e de refúgios naturais.

#### **b) As primeiras operações militares**

Não foi surpresa para o Governo de Lisboa o começo das acções de guerra na Guiné, todavia o comportamento das chefias militares portuguesas foi diferente se estabelecermos a comparação com Angola. Com efeito, em 1961, de Luanda começaram imediatamente a sair para o Norte colunas militares que reagiram ao terrorismo inicial; na Guiné, até porque já havia guarnições militares instaladas no terreno, as forças adoptaram a defensiva, quer local, quer globalmente. Esta atitude deu vantagens iniciais aos guerrilheiros. Deve, também, referir-se que tal como Angola, não existiu uma exclusividade de acção, porque a Norte do território quem tomou a iniciativa foi a FLING — que colhia apoio do Senegal — e a Sul foi o PAIGC. A fusão dos dois movimentos só se veio a efectivar em 1965.

Os primeiros ataques aconteceram em Janeiro de 1963, a Sul de Bissau, conduzidos pelos guerrilheiros do PAIGC, que flagelaram a guarnição de Tite e

---

<sup>131</sup> *Resenha Histórico-Militar (...)*, 3.º vol, *Dispositivo das nossas forças. Guiné*, p. 27.

montaram as primeiras emboscadas na região de Bedanda. Dois meses depois, numa acção espectacular, tomaram de assalto os navios «Mirandela» e «Arouca», que passaram a utilizar a partir de território da Guiné-Conacri. Em Junho já estavam a operar no Leste, embora sem continuidade. A guerra só atingiu efectivamente esta região em 1965 quando se verificaram operações em Pirada, Canquelifá e Beli. Também nesse ano, o partido de Amílcar Cabral se desdobrou para Norte. Em 1963 o PAIGC havia já dominado, quase impunemente, a ilha de Como<sup>133</sup>.

Dado a existência de uma estrutura hierárquica muito bem definida e um objectivo claro, servido por uma ideologia aceite por todos, o PAIGC pôde, logo desde a sua fase de propaganda e implantação no terreno, receber auxílio dos países comunistas, quer formando quadros militares, quer fornecendo armamento e equipamento. Nos aquartelamentos (bases) do partido, ao mesmo tempo que se preparava militarmente o guerrilheiro dava-se-lhe a instrução mínima para ele sair do obscurantismo cultural em que até aí havia vivido e doutrinava-se o combatente para que fosse um elemento de propaganda activo no contacto com as populações do interior do território. Cuba foi um dos Estados socialistas que mais auxiliou o partido de Cabral, em especial a partir de 1965. Mais tarde, também alguns países europeus, nomeadamente a Suécia, deram o seu contributo fornecendo bens que possibilitavam transformar a vida das bases em verdadeiros centros de apoio logístico das forças empenhadas na luta armada.

Até 1968 a iniciativa militar pertenceu ao PAIGC, tendo-se traduzido não só na flagelação das tropas portuguesas nos seus aquartelamentos mas, também, e especialmente na liberdade de movimentos ao longo do território o que facilitava a propaganda e o recrutamento locais. Embora a Força Aérea gozasse de grande facilidade de actuação, o que dava extrema confiança às forças do Exército que, com grande frequência, se socorriam do apoio de fogo e de meios aéreos para evacuação de feridos, a partir do momento em que a Sul se instalaram poderosas baterias anti-aéreas as áreas por elas protegidas tornaram-se de difícil sobrevoos pelas aeronaves portuguesas.

### **c) A nova condução da guerra: Spínola**

---

<sup>132</sup> Aniceto Afonso e Matos Gomes, *op. cit.*, p. 99.

<sup>133</sup> Aniceto Afonso e Matos Gomes, *op. cit.*, p. 101.

Com a nomeação do, então, ainda brigadeiro António de Spínola para governador e comandante-chefe verificou-se uma alteração na condução da guerra. Realmente, durante os quatro anos que se seguiram, abandonou-se a estratégia defensiva para passar à ofensiva.

Spínola pertenceu à primeira geração de generais com experiência de combate de guerrilha adquirida em Angola, quando ainda comandavam batalhões<sup>134</sup>. Tinha estudado e compreendido toda a extensão da doutrina de contra-subversão e sabia que a defensiva não conduzia à saída do impasse militar, tal como tinha a certeza de que a contra-guerrilha ganha mais actuando sobre as populações do que exclusivamente sobre os combatentes. Foram estas as grandes linhas de inovação que o novo governador introduziu na condução das operações: obrigar ao movimento das tropas, levando-as a patrulharem áreas circundantes dos aquartelamentos de quadrícula, intervir com tropas especiais em pontos bem determinados e nos quais havia a garantia de chegar ao recontro com o inimigo e, acima de tudo, desenvolver a acção psico-social sobre as populações de modo a retirar ao PAIGC as razões de aceitação da guerrilha. Uma tal estratégia tinha de ser servida por um apoio logístico de retaguarda sem falhas e com constante capacidade de iniciativa. Foram estas novas necessidades que levaram o general Spínola a rodear-se de excelentes oficiais, determinados e sabedores do modo de fazer a guerra em condições de grande adversidade. Ele próprio criou e deixou que se ampliasse a imagem de chefe destemido (em pleno clima tropical ficou lendário o uso de luvas, monóculo e pingalim com fato camuflado, como que querendo associar o cavalheirismo da guerra romântica do século XIX à eficiência da guerra da selva) que impunha o máximo sacrifício às suas tropas, mas as protegia de todas as máculas com desvelos de pai rigoroso. O cuidado especial que pôs no tratamento dos prisioneiros e das populações deram-lhe margem de manobra política para conduzir de modo mais interveniente a manobra militar. Ter-se-á de assinalar, também, a criação de meios de informação (imprensa e rádio) destinados a serem lidos e ouvidos pelas populações através dos quais se identificavam as dificuldades dos povos e se divulgavam as medidas que o governo da colónia ia adoptando para as solucionar. Em 1970 concebia, nos seguintes termos, a acção estratégica a implementar no território: *«desenvolvimento adequado e rápido da Guiné, de modo a produzir, em tempo útil, uma acentuada*

---

<sup>134</sup> Acima de tudo António de Spínola cultivava e sabia cultivar a imagem de condutor de homens em guerra. Gerava nos homens por ele comandados o gosto do cumprimento da missão,

*melhoria do nível de vida das populações; promoção e assistência sociais adequadas e integradas numa política de dignificação do Povo da Guiné e da satisfação, em tempo oportuno dos seus legítimos anseios; garantir, através da manobra militar adequada, o espaço e o tempo necessários para que, em tempo útil, se atingissem os objectivos primários da política adoptada»*<sup>135</sup>. Podem notar-se as duas preocupações fundamentais de Spínola: «adequar» e «conquistar tempo». Estas eram, de facto as grandes linhas da travagem ou, quiçá, da derrota da subversão. Ao Comandante-Chefe faltou-lhe o apoio superior do Governo central e, mais do que tudo, o tempo.

Como complemento fundamental da sua estratégia abrangente determinou que se criassem unidades militares de intervenção exclusivamente formadas por africanos, naturais da Guiné, definindo-as como o embrião das futuras Forças Armadas de um Estado autónomo, mas integrado no grande espaço português<sup>136</sup>.

As tropas do Exército na Guiné, em 1963, estavam distribuídas por 7 batalhões de quadrícula, tendo passado no ano seguinte a 9 num território que foi militarmente dividido em três sectores operacionais. Em 1966, sob o comando do general Arnaldo Schulz, abandonou-se a divisão do território em sectores e aumentaram-se os batalhões de quadrícula que passaram a ser 14.

O general Spínola, em 1969, introduziu uma orgânica territorial apoiada nos chamados comandos de agrupamento operacional (CAOP) e comandos operacionais (COP). Mantiveram-se as unidades de quadrícula, tendo passado os batalhões para um total de 18<sup>137</sup>. Em 1970, para aumentar a mobilidade, foram estabelecidas zonas de intervenção do comandante-chefe, onde não estavam instaladas tropas de quadrícula, mas onde actuavam forças de intervenção à ordem do general Spínola<sup>138</sup>. Esta nova concepção de aplicação dos meios visava dois efeitos simultâneos: por um lado, provar ao PAIGC a capacidade de reacção militar portuguesa e, por outro, chamar a atenção das populações para a mudança que se estava a operar através da interdição dos movimentos da guerrilha.

---

exaltando-os de modo a que se sentissem, como ele, diferentes e superiores aos outros militares e civis que simplesmente serviam a Pátria por dever.

<sup>135</sup> Directiva n.º 8/70, de 11 de Abril de 1970, do Comando Chefe da Província, citada por Francisco Proença Garcia, *Guiné 1963-1974: os movimentos independentistas o islão e o Poder Português*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar/Universidade Portucalense, 2000, p. 182.

<sup>136</sup> *Idem*, *op. cit.*, p.486.

<sup>137</sup> Para se analisar a evolução de efectivos militares na Guiné veja-se *Resenha Histórico-Militar (...)*, 3.º vol, *Dispositivo das nossas forças. Guiné*, pp. 115-116.

<sup>138</sup> Aniceto Afonso e Matos Gomes, *op. cit.*, p. 152.

O ano de 1972 correspondeu ao mais alto nível de intervenções militares do PAIGC e das forças portuguesas, mas representou, também, aquele em que António de Spínola mais se comprometeu com uma solução política e negociada para a guerra na Guiné. Foi então que manteve conversações com Leopoldo Senghor o qual serviu de intermediário com Amílcar Cabral — que foi assassinado em Janeiro de 1973<sup>139</sup>, muito provavelmente como consequência da manobra política que estava disposto a considerar com o governador da Guiné — e que viu recusada por Marcelo Caetano qualquer hipótese de entendimento com o inimigo. Na sequência dessa entrevista o general António de Spínola, consciente da impossibilidade de levar mais por diante a resistência no teatro de guerra que havia comandado, pediu a exoneração do cargo. Não tendo sido aceite a sua solicitação acabou por permanecer à frente dos destinos da colónia até ao Verão de 1973, sendo substituído em Setembro, pelo general Bethencourt Rodrigues. Nesse entretanto, na tentativa de não aparecer como o comandante que abandona o cargo quando a situação está perdida, desenvolveu operações de grande risco e frontal oposição ao inimigo, levando ao limite do possível o controle do terreno e das populações.

Quer na Guiné, quer nos outros teatros de operações, não houve, durante a guerra colonial, oportunidade, por razões óbvias, — entre as quais avulta a pouca vontade, de parte a parte, de fazer subir o nível de desgaste do conflito e, conseqüentemente, o seu custo financeiro — para se travarem batalhas<sup>140</sup> entre as forças em confronto. Assim, o mais que se efectuou foram operações de maior ou menor envergadura, tanto no envolvimento de meios como no tempo de duração. Algumas dessas operações merecem tratamento especial pelo papel que desempenharam no desenrolar da guerra<sup>141</sup>.

#### **d) Operação Tridente**

No sul do território da Guiné fica, na foz dos rios Catiar, Cobade e Cumbijá, um pequeno arquipélago composto pelas ilhas de Caiar, Como e Catunco. A segunda

---

<sup>139</sup> Recentemente foi admitida a hipótese de o general Spínola poder estar envolvido na morte de Amílcar Cabral. De um facto não restam dúvidas: o assassino de Amílcar Cabral tinha claros envolvimento com a PIDE/DGS. Cf. Dalila Cabrita Mateus, *op. cit.*, pp. 168-169 e nota 11, pp. 165-167 e p. 170.

<sup>140</sup> Sobre o conceito de batalha, cf. John Keegan, *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 12.

estava, em 1964, verdadeiramente ocupada pelas forças da subversão que, a partir dela desenvolviam acções navais impeditivas da boa navegação para a zona meridional da colónia. Era muito difícil desalojar as tropas inimigas não só pela condição arquipelágica do território, como pelo facto de o interior das ilhas ser constituído por densa floresta. Tratava-se de uma manobra que obrigava ao empenhamento de todas as forças — Exército, Marinha e Força Aérea — numa acção combinada. Tinha, necessariamente, de assumir uma feição convencional.

A operação desenvolveu-se em três fases<sup>142</sup>. As forças de desembarque formaram-se em cinco agrupamentos e mais tropas complementares num total de cerca de 1.200 homens. Estiveram empenhadas três companhias de cavalaria, três destacamentos de fuzileiros especiais, uma companhia de caçadores especiais, tropas de sapadores, um pelotão de comandos, outro de pára-quedistas, outro de morteiros e um de artilharia. Envolveram-se uma fragata, quatro lanchas de fiscalização, 4 lanchas de desembarque pequenas (LDP) e 2 lanchas de desembarque médias (LDM), aviões F-86, T-6, Do-27, Auster, helicópteros, P2V5 e C-47 (Dakota). A utilização dos meios aéreos implicou 781 saídas com um total de 1.105 horas de voo, tendo sido atingidas 6 aeronaves e uma abatida. A Força Aérea gastou 356 bombas e 719 foguetes.

A primeira fase da operação foi constituída pelo desembarque das forças nas ilhas; na segunda, de 17 a 24 de Janeiro, foram efectuadas acções de patrulhamento no arquipélago; na terceira e última, a mais longa, desde 24 de Janeiro a 24 de Março, as tropas concentraram esforços sobre a ilha de Como, por ali ser maior a resistência.

Dadas as péssimas condições de vida dos homens — alimentados essencialmente à base de rações de combate durante quase um mês e sem água potável — o número de baixas por doença foi elevadíssimo (193). Alguns recontros e combates assumiram proporções de grande monta, chegando a admitir-se que as perdas entre os guerrilheiros tenham sido superiores a 76 homens mortos e mais de 15 feridos; fizeram-se 9 prisioneiros. Entre as tropas portuguesas houve 47 feridos e 9 mortos.

A ilha de Como, depois de concluída a operação, perdeu importância para as forças do PAIGC, que fizeram transferir o seu esforço para outras zonas do território, muito embora tenham, mais tarde, voltado a reocupar o terreno, provando que o mais

---

<sup>141</sup> Nos últimos anos de conflito na Guiné, quando já se caminhava a passos bem largos para transformar a guerra de guerrilhas numa luta clássica, os recontros começaram a ter a dureza, a duração e a intensidade dos combates característicos dos confrontos médios.

<sup>142</sup> Cf. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, pp. 78-81.

importante na guerra subversiva não é a conquista territorial, mas a adesão das populações.

#### **e) Operação Mar Verde**

A mais espectacular operação militar que se levou a cabo nos três teatros de guerra, em África, durante a campanha colonial, foi sem dúvida a que tomou a designação «Mar Verde».

O seu aparato não lhe advém dos resultados nem dos meios envolvidos, mas da ousadia da ideia cujas consequências políticas foram grandes e poderiam ter sido enormes<sup>143</sup>.

Nos últimos meses do ano de 1970 a situação militar na Guiné não tinha piorado de maneira a que se justificasse o lançamento de uma operação de envergadura superior às que eram usuais dentro do território. Contudo, segundo o testemunho do comandante Alpoim Calvão<sup>144</sup>, foi ele quem apresentou ao general Spínola a ideia de preparar e efectuar uma acção armada sobre a vizinha Guiné-Conacri, aproveitando os diferentes movimentos de dissidentes que existiam contra Sekou Touré, presidente da República daquele Estado, que mais largamente apoiava o PAIGC. Tratar-se-ia de uma operação irregular contra um território independente e levada a efeito com elementos militares fardados com uniformes do Exército atacado. Era uma acção que ultrapassava em tudo o que era possível imaginar em Portugal, quer pelas implicações militares, quer políticas quer, ainda, diplomáticas. Só o desespero poderia justificar uma operação de tal monta.

Segundo os elementos conhecidos e em nada desmentidos, foi o autor da ideia quem a expôs ao Governo português, quem contactou os centros onde poderia encontrar os políticos descontentes com Sekou Touré, quem se encarregou da compra das armas no mercado de Leste e transportou os explosivos da África do Sul.

A operação implicava a utilização de soldados africanos naturais da Guiné, com preparação especial e os dissidentes políticos da Guiné-Comakry. Ao todo eram

---

<sup>143</sup> Curiosamente, pela mesma época os EUA desenvolveram uma acção semelhante no Vietnam e, porque eram uma grande potência e podiam arrostar com as consequências, assumiram por inteiro a responsabilidade pública e política do acto que desenvolveram para libertação dos seus militares feitos prisioneiros pelos norte-vietnamitas.

<sup>144</sup> *De Conakry ao MDLP*, Lisboa, Intervenção, 1976.

400 homens, dos quais 250 fuzileiros e comandos africanos enquadrados por graduados europeus<sup>145</sup>.

As tropas começaram por ser reunidas na ilha de Soga, no arquipélago dos Bijagós. Era uma base isolada que garantia o sigilo da operação. Dali seguiam para Conacri em duas lanchas de desembarque grandes (LDG) protegidas por quatro lanchas de fiscalização grandes (LFG). Os 52 objectivos estavam bem definidos e cada grupo sabia — julgava-se — como se comportar para alcançar o êxito total. Em boa verdade, o que se pretendia era conseguir desencadear um golpe de estado que depusesse o presidente da Guiné, criando condições desfavoráveis à presença de bases do PAIGC no território. Para tanto, era necessário destruir a capacidade de reacção militar do país, atacando as lanchas rápidas que se encontravam no porto, os aviões *Mig* que tinham base no aeroporto e ocupar a estação de rádio. Complementarmente havia que assassinar Sekou Touré, no seu palácio, aprisionar Amílcar Cabral<sup>146</sup> e destruir as instalações do PAIGC, ao mesmo tempo que se libertavam os presos políticos e militares e se sabotava a central eléctrica entre outras acções menores.

Os homens foram desembarcados à 1h30 de 22 de Novembro tendo conseguido a imediata destruição das lanchas rápidas. A libertação dos prisioneiros foi alcançada, também, com êxito total<sup>147</sup>, tal como a desactivação da central eléctrica (que dificultou a deslocação dos assaltantes na cidade). Tudo o mais falhou: Sekou Touré não dormia no palácio como se havia admitido; Amílcar Cabral tinha viajado para o estrangeiro; a emissora de rádio não conseguiu ser tomada, nem sabotada e os *Migs* não se encontravam no aeroporto, mas sim noutra base.

Às 4h30 foi dada ordem, a todos os grupos para regressarem aos navios tendo havido um que não voltou, por ter caído em mãos das forças leais ao Governo e sido os seus elementos fuzilados dias depois.

Entre outros, é digna de realce a actuação sempre plena de coragem e total ausência desprezo pela vida do, então, 2.º tenente fuzileiro especial Rebordão de Brito que, já dia claro, em um bote pneumático de grande velocidade, ainda foi à proximidade da rebentação das ondas, na praia do porto de Conacri, para recolher alguns dos últimos homens que tinham ficado para trás. Independentemente da causa que defendia, a

---

<sup>145</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, pp. 502-505.

<sup>146</sup> Cf. Dalila Cabrita Mateus, *op. cit.*, pp.166-167.

<sup>147</sup> Sobre a vida no cativeiro de alguns militares portugueses e a restituição à liberdade veja-se António Lobato, *Liberdade ou evasão. O mais longo cativeiro da guerra*, Amadora, Erasmos Editora, 1995.

Ordem da Torre e Espada com que foi distinguido mereceu-a pelo completo sentido do dever.

A operação não teve o êxito que se esperava, porque do ponto de vista do planeamento e, acima de tudo, da recolha de informações não havia sido bem preparada. O empenhamento da DGS<sup>148</sup> ficou muito aquém do desejável e, por isso, não foi de molde a dar o quadro completo da situação com que se iam defrontar os homens no terreno<sup>149</sup>.

Para além do grupo de 20 militares portugueses, comandados pelo tenente Januário, dados como desertores — mas que, dias após o ataque, o pelotão de fuzilamento os passou pelas armas, como já referido — houve três mortos entre os portugueses, dos quais um era oficial europeu, três feridos graves e seis ligeiros. Calcula-se em 500 o número de mortos, entre militares e civis, naturais da Guiné-Conacri.

O Governo de Sekou Touré apresentou queixa contra Portugal nas Nações Unidas, mas Lisboa desmentiu veementemente o seu envolvimento em qualquer ataque ao território vizinho.

Recordar a operação Mar Verde é trazer à ribalta da História uma acção temerária que, do ponto de vista estritamente militar, esteve à altura de outras levadas a efeito, e sem as esconderem do mundo, por países bem mais fortes e poderosos do que Portugal. Só a razão política que esteve por trás dela lhe ofuscou o valor e a escamoteou de entre os actos de grande ousadia militar.

### **1973 — O fim**

Mesmo tendo em conta todo o esforço militar e sócio-político desenvolvido desde 1970 pelo Governador-geral e Comandante-chefe, o certo é que a guerrilha, na Guiné, foi conseguindo, ano após ano, maiores sucessos junto das populações e obtendo maiores e melhores apoios em material de guerra, facto limitativo da liberdade de acção das tropas portuguesas.

---

<sup>148</sup> Não será excessivo referir que a PIDE/DGS era a organização que centralizava as informações de guerra, em especial as consideradas de nível «estratégico», retirando a liberdade ao Exército e mesmo à Força Aérea e Marinha de desenvolver serviços informativos e de espionagem. Se, por um lado, a não dispersão de esforços foi vantajosa, por outro, ajudou a que aquela polícia se comportasse como um corpo autónomo das restantes forças que combatiam nas colónias.

<sup>149</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, p. 504.

Ainda no ano de 1972, no mês de Abril, o PAIGC obteve um dos seus maiores êxitos com a presença na zona de Madina do Boé da Comissão Especial para a Descolonização das Nações Unidas. Foi em território da Guiné que estes elementos foram recebidos entre os dias 2 e 8 do referido mês. Desta visita resultou um relatório, originando o reconhecimento do PAIGC, na 27.<sup>a</sup> sessão da ONU, como legítimo representante do Povo da Guiné. Na sessão seguinte Portugal foi condenado como ocupante ilegítimo do mesmo território<sup>150</sup>. Era a primeira grande vitória interna e externa do PAIGC e de qualquer outro movimento independentista que combatia o Governo de Lisboa. Desse momento em diante Portugal tinha de agir com grande versatilidade diplomática e política, porque a derrota militar seria uma questão de tempo e com ela surgiria a derrocada política noutras frentes de operações militares.

Em Janeiro de 1973 foi assassinado Amílcar Cabral. Sabe-se quem o matou — Inocêncio Katy, um correligionário<sup>151</sup> — não se têm certezas sobre quem mandou matar. A morte do líder histórico da independência da Guiné-Bissau servia à ala mais radical portuguesa e à do PAIGC, bem como a Sekou Touré e invalidava quaisquer entendimentos futuros com Lisboa, porque tudo dependia do desenrolar da luta pelo poder dentro do partido<sup>152</sup>.

Em Outubro de 1973, na região libertada de Madina do Boé, o PAIGC proclamou solenemente, na presença de alguns órgãos de comunicação social internacionais, a independência da Guiné-Bissau. Este foi um duro golpe tanto para o novo Governador-geral e Comandante-chefe, como para o Governo de Lisboa. A campanha diplomática subiu de tom na ONU onde, em Novembro, a Assembleia Geral recomendou a admissão na organização do novo Estado. A ditadura tinha perdido a parada. Restava a ambas as partes ampliar o esforço militar para tentar negar pelas armas o que já se não podia negar pelo direito dos povos. Contudo, mesmo neste domínio o PAIGC estava a levar a melhor, porque concentrou o seu esforço nos corredores de Guidage, a Norte, e de Guilege, a Sul o que dificultava a manobra das forças portuguesas. A situação agudizou-se no final do primeiro trimestre de 1973, quando Portugal perdeu a única vantagem que tinha na liberdade de movimentos na Guiné: a supremacia aérea. Com efeito, durante todo o tempo de operações, com exclusão de áreas pontuais, a Força Aérea tinha tido total liberdade de acção no

---

<sup>150</sup> Francisco Proença Garcia, *op. cit.*, p. 186.

<sup>151</sup> *Idem*, *op. cit.*, p. 187.

<sup>152</sup> Cf. Dalila Cabrita Mateus, *op. cit.*, pp. 169-170.

território, mas com a introdução do míssil *Strella*<sup>153</sup>, uma arma de fabrico russo que fazia a captação do alvo através de um sistema de direcção infravermelho com capacidade de detecção das fontes de calor, as aeronaves portuguesas passaram a ser um alvo apetecível e fácil de abater. Com efeito, entre 25 de Março e 1 de Junho foram atingidos dois *Fiats G-91*, um *T-6* e um *DO-27*, para além de terem sido flagelados helicópteros e outras aeronaves. Corria entre os responsáveis militares portugueses a versão de que, dentro em breve, o PAIGC estaria equipado com caças *Mig* de fabrico soviético<sup>154</sup>. A Força Aérea rapidamente procurou obter toda a informação sobre o modo como proceder para evitar os efeitos do míssil e passou a usar as medidas cautelares mais aconselhadas. No entanto, ainda que fosse possível prolongar as operações, a curto prazo o desgaste seria tão intenso que, inevitavelmente, a cobertura aérea deixaria de ser um garante para a segurança das tropas em terra. O general Spínola, em 15 de Maio, numa reunião de comandos, em Bissau, declarou taxativamente: «Encontramo-nos, indiscutivelmente, na entrada de um novo patamar da guerra, o que necessariamente impõe o reequacionamento do trinómio missão-inimigo-meios»<sup>155</sup>. Uma vez que Lisboa não tinha condições para alterar os fornecimentos de meios, modernizando-os e suplantando os do inimigo, a guerra estava irremediavelmente perdida no curto ou, no máximo, médio prazo.

Embora guardado como segredo que nunca foi denunciado, veio a lume, em 1994<sup>156</sup>, que, vinte anos antes, Marcelo Caetano, no mês de Março, havia mandado iniciar conversações com representantes do PAIGC. Conversações que decorreram em Londres e tiveram o patrocínio do Governo britânico.

A certeza vem do depoimento do diplomata que, por ordem de Rui Patrício, último ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado Novo, o presidente do Conselho de Ministros havia nomeado para se desempenhar de tão espinhosa missão: José Manuel Peixoto de Vilas-Boas de Vasconcelos Faria, cônsul-geral em Milão. Os depoimentos entre os intervenientes confirmam-se. Pelo PAIGC foi mandada a Londres uma delegação de três altos funcionários — um deles com categoria de ministro de assuntos externos — que esperava encontrar-se com um alto dignatário do Estado português.

---

<sup>153</sup> Mais propriamente o míssil SAM-7, antes utilizado com êxito no Vietnam contra aeronaves dos EUA.

<sup>154</sup> Diga-se, em abono da verdade, que esse facto gerou entre a oficialidade da Força Aérea uma grande ansiedade face aos precários meios de que dispunham para combater tão temível ameaça.

<sup>155</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, p. 163.

<sup>156</sup> Vd. *Revista do Expresso*, n.º 1117, de 26 de Março de 1994.

Houve um certo desapontamento explicado com base no secretismo exigido. Nem o presidente da República tinha conhecimento do que se estava a passar.

Independentemente dos pormenores e de se ter avançado para a necessidade de aprofundar mais e melhor os contactos, o que ressalta da atitude de Marcelo Caetano é a certeza da incapacidade militar de aguentar por mais tempo a frente da Guiné. Era a exaustão quem determinava a atitude que o bom-senso político há muito deveria ter imposto.

A tentativa diplomática não teve andamento — que tinha ficado marcado para Maio —, porque a 25 de Abril de 1974 os capitães das Forças Armadas de Portugal, numa atitude ímpar entre militares, obrigaram à queda da ditadura para a substituírem pela democracia. O caminho para a imediata independência da Guiné estava aberto por vias diplomáticas, vindas da clandestinidade.

### **A guerra em Moçambique**

A guerrilha em Moçambique começou a ser preparada ainda em 1963, quando os primeiros quadros foram mandados para a Argélia com a finalidade de se instruírem nesse novo tipo de guerra.

Eram vários os movimentos que reivindicavam a independência daquela colónia, logo no começo dos anos 60 do século XX. A FRELIMO foi, contudo, a frente que conseguiu, dada a acção de Eduardo Mondlane, conciliar as forças de todos através de sucessivas depurações e clivagens. E fê-lo, porque era o único movimento que apresentava uma textura ideológica consistente, ainda que de matriz marxista.

Em Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane foi vítima de uma carta armadilhada que o matou. Tratou-se de uma morte oportuna, porque, internamente, o líder era considerado demasiado brando, e, externamente, parecia ser uma vitória da contra-guerrilha. Nunca foi bem esclarecido o assassinato de Mondlane<sup>157</sup> e num primeiro momento afectou o desenvolvimento das operações, mas, com a evolução interna, resultante da criação da unidade de comando centrada em Samora Machel, a FRELIMO

---

<sup>157</sup> Hoje há quase a certeza de ter sido o inspector da PIDE, Casimiro Monteiro quem manipulou a carta armadilha que provocou a morte do líder da FRELIMO. Vd., a este propósito, Dalila Cabrita Mateus, *op. cit.*, pp. 171-173.

ganhou nova dimensão e maior empenhamento tanto diplomático como militar. Foi por essa altura que ficou decidida a abertura da frente de Tete<sup>158</sup>.

### a) A Insurreição

Os primeiros acontecimentos que se podem inscrever no começo da insurreição em Moçambique ocorreram em 16 de Junho de 1960, no Norte, no planalto dos Macondes, e tiveram a sua origem em reivindicações justas das populações agrícolas. Foram reprimidas brutalmente pelas autoridades portuguesas, de tal forma que não mais se refez o clima de bom entendimento entre colonos e autóctones. Os quatro anos que se seguiram destinaram-se, de facto, à preparação da luta armada.

A partir da Tanzânia, no ano de 1964, começaram a entrar armas no Norte de Moçambique para equipar os primeiros núcleos de guerrilheiros. Mas, efectivamente, estes só em Agosto é que penetraram no território, na província de Cabo Delgado. Tinham como objectivo ocupar três zonas: Macomia em direcção a Porto Amélia, Mueda e Montepuez. Estavam envolvidas duas etnias locais que não aceitavam já de bom agrado a presença das autoridades portuguesas: os Macondes e os Nianjas.

A verdadeira insurreição armada veio a ocorrer no dia 25 de Setembro, data em que a FRELIMO decidiu<sup>159</sup> atacar o posto do Chai, em Cabo Delgado, colocar abatases nos caminhos que ligavam Miteda a Nangololo, Muatide Muidumbe e Estrada das Oliveiras, destruir as pontes de Quivedo, Esposende, rio Mueda, Nangade e Machomba, e cortar as linhas telefónicas de Quivedo e Esposende<sup>160</sup>. Também, na véspera, o posto de Coboé, no Niassa, foi atacado, tal como a lancha *Castor*, da Marinha de Guerra foi alvejada no dia seguinte. Nessa altura a guerrilha não contava com mais do que 250 homens em armas, contudo, nos últimos anos de guerra e segundo os cálculos do Exército português as forças guerrilheiras rondariam já os 6.500 homens (3.500 em Cabo Delgado, 1.000 no Niassa e 2.000 em Tete)<sup>161</sup>. O esforço insurreccional assentou, em primeiro lugar, na etnia Maconde a qual, ainda que maioritariamente católica, se sentia superior a todas as restantes do Norte e Centro de Moçambique e, por isso, suficientemente forte para enfrentar o Exército. Também junto ao lago Niassa se infiltraram guerrilheiros com a finalidade de subverter as populações ribeirinhas.

---

<sup>158</sup> Joseph Sanchez Cervelló, «Movimentos de libertação. Evolução política» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes), p. 430.

<sup>159</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, p.168.

<sup>160</sup> Idem, *op. cit.*, pp.132-133.

<sup>161</sup> Idem, *op. cit.*, p. 168..

A reacção portuguesa foi, nos anos iniciais, independentemente da experiência já adquirida em Angola, desadequada, porquanto o então Comandante-chefe, general Caeiro Carrasco, entendia ser pela utilização da força que se dobraria a subversão. Claro que os efeitos foram logo de imediato desastrosos. Só com o general Augusto dos Santos, seu sucessor no comando, oficial com mais experiência de guerra de guerrilha, é que se começou a tentar cativar as populações civis de forma a subtraí-las à acção da FRELIMO<sup>162</sup>. Este princípio determinou que logo desde o começo das acções de guerrilha se adoptasse a chamada «política de aldeamento», isto é, a fixação das populações em grandes áreas e protegidas pelas suas próprias milícias. Julgava-se, desta forma, dificultar a actividade de propaganda do inimigo.

Nos primeiros anos de acção militar o armamento utilizado pela guerrilha era ainda bastante rudimentar, mas rapidamente foi sendo substituído por outro melhor quer de origem chinesa, quer fabricado na União Soviética. Durante a maior parte do tempo que durou a guerra em Moçambique o mais tormentoso para as tropas portuguesas foram as minas que constantemente rebentavam com viaturas e matavam ou feriam o pessoal<sup>163</sup>. As carências mais vivas sentidas pelo Exército para, em Moçambique, poder fazer a guerra era, em terra, a falta de transportes para as deslocações tácticas e, no ar, a necessidade de mais helicópteros para participarem em operações de evacuação sanitária e de colocação das forças no terreno.

Do ponto de vista da guerrilha, a zona do Niassa estava destinada a constituir território libertado, enquanto em Cabo Delgado se pretendia criar uma zona de passagem para sul, rumo à Zambézia e a Tete.

### **b) A localização da guerrilha**

Nos anos de 1964 a 1970, as grandes acções de guerrilha foram levadas a efeito na província de Cabo Delgado, reduzindo-se a quase nada as operações na zona do Niassa, tendo o comando português adoptado como medida de contra-subversão a instrução no campo de modo a aperfeiçoar o dispositivo de campanha sem perda de tempo com preparação teórica nos quartéis longe da zona de intervenção, tanto mais que a geografia da colónia possibilitava um distanciamento entre os grandes centros populacionais e as matas onde se desenrolava toda a acção. Por outro lado, como foi

---

<sup>162</sup> Augusto dos Santos, «Tirar água ao peixe» in *A Guerra de África* (coord. José Freire Antunes), 1.º vol., pp. 278-279.

<sup>163</sup> *Idem, op. cit.*, p. 284.

referido, agiu-se sobre a população, procurando subtraí-la à influência da guerrilha e nisso procedeu-se ao reordenamento das aldeias tradicionais. Ainda, para conter a acção do inimigo, levou-se a efeito o desenvolvimento de uma larga rede informativa.

Nos anos de 1966 e 1967, houve o cuidado de ampliar o número de unidades de quadrícula, tendo como objectivo dar maior segurança às populações contra as investidas da FRELIMO, contudo, entre 1968 e 1970, a guerrilha alastrou significativamente para o lago Niassa, tendo sido contida a Norte de Cabo Delgado, principalmente como resultado do reforço das unidades implantadas no terreno. Os avanços da subversão foram uma consequência directa de, no ano de 1968, ter conseguido introduzir armamento sofisticado no território, nomeadamente morteiros de 82 mm, canhões sem recuo 7,5 cm e metralhadoras pesadas de 12,7 mm, tendo começado a fazer utilização de aparelhos rádio de emissão e recepção<sup>164</sup>.

Em Moçambique, quanto mais o tempo passava mais se iam implantando em algumas zonas do mato os santuários guerrilheiros, tornando intransitáveis certas regiões que se podiam considerar já libertadas. Contudo, a acção militar da guerrilha fazia sentir-se mais intensamente pela ausência do confronto directo, visto socorrer-se, em grande quantidade, dos engenhos explosivos que flagelavam as colunas portuguesas. Fosse como fosse e, até talvez, por uma certa dificuldade de ultrapassar baixos níveis de acção, a FRELIMO não conseguia tirar dividendos políticos externos do facto de já manter santuários em território nacional, porque a descontinuidade geográfica entre eles era muito grande. Faltava-lhe uma logística e os respectivos meios que unisse o que estava desagregado<sup>165</sup>.

O comando português organizou, para efeitos defensivos, o território em quatro sectores operacionais a saber: o «Sector A» com sede em Vila Cabral e «Sector E» com comando em Marrupa, os quais cobriam a região do Niassa; o «Sector B» cobria a província de Cabo Delgado e o «Sector F» coordenava as operações, ainda incipientes até 1970, em Tete.

Em 1970 a situação militar junto ao lago Niassa tinha sido estabilizada e contido o avanço da guerrilha, vindo a facilitar a transferência do esforço de pacificação de Cabo Delgado. Contudo, numa manobra estratégica de alto impacto, como resultado das obras de construção da barragem de Cahora Bassa, a FRELIMO fez transferir uma

---

<sup>164</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, p. 134.

<sup>165</sup> O grande problema militar da FRELIMO foi a ausência de uma estrutura logística capaz de suportar as distâncias que tinham de ser vencidas entre as bases recuadas e as áreas de confronto.

parte do seus homens para a península<sup>166</sup> de Tete, dando início à actividade operacional naquela zona. A possibilidade de, mais tarde ou mais cedo, a colónia vir a ser cortada por um corredor de guerrilha que chegasse à cidade da Beira perfilou-se no horizonte da guerra<sup>167</sup>. A acontecer uma tal evolução o conflito estaria irremediavelmente perdido. A manobra mais apropriada à situação teria sido a de contenção da guerrilha do Niassa a norte da linha de caminho-de-ferro de Nampula-Nova Freixo e a de Cabo Delgado a norte do rio Messalo e serra do Mapé, de modo a permitir dar combate na península de Tete sem criar grandes margens para o avanço rumo à cidade da Beira. A estabilização e contenção deveriam ter sido as grandes linhas de força da estratégia militar em Moçambique.

O incremento da guerrilha em Moçambique esteve, também, ligado à mudança de direcção ocorrida no seio da FRELIMO, em consequência do assassinato de Eduardo Mondlane, na manhã de 3 de Fevereiro de 1969, embora não tivesse sido essa a intenção de quem o mandou matar<sup>168</sup>.

### **c) Operação «Nó Górdio»**

O general Kaúlza de Arriaga foi um dos comandantes-chefes que maior prática de governo tinha junto da Ditadura e de Salazar. Por isso, transportou para o teatro de operações conceitos políticos do poder central sem a cautela de os confrontar com a realidade militar que se vivia no terreno. Para ele, a vitória militar era admissível e alcançável, quando, outros generais, na mesma altura, eram muitíssimo mais prudentes nas suas afirmações.

Em 1969, quando Kaúlza de Arriaga substituiu como comandante das forças terrestres o general Costa Gomes, ficou claro que pretendia modificar o modo de actuação do Exército, gerando uma maior actividade operacional de modo a provocar o confronto directo. Por sua iniciativa foram, então, criadas as unidades de comandos com

---

<sup>166</sup> O termo é aqui usado não no seu sentido literal, mas atendendo ao formato geográfico do território e respectivas fronteiras.

<sup>167</sup> *Resenha Histórico-Militar (...), 4.º vol., Dispositivo das Nossas Forças. Moçambique*, pp. 70-71.

<sup>168</sup> A propósito do autor material do assassinato parece não haver dúvidas quando se aponta o inspector da PIDE/DGS Casimiro Monteiro, ainda que se atribua a ordem para a execução a diversas personalidades, entre eles o chefe da delegação daquela polícia em Moçambique, António Vaz e o engenheiro Jorge Jardim, então figura de relevo na política da colónia e homem de confiança do Governo de Lisboa. Terão havido cúmplices no crime, entre eles Lázaro Nkavandame e Silvério Nungu. Vd., a este propósito, Dalila Cabrita Mateus, *op. cit.*, pp. 171-173.

recrutamento local e os chamados Grupos Especiais (GE) e Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP) constituídos exclusivamente com militares africanos.

Em Moçambique, com Kaúlza de Arriaga, as relações entre o Governo-geral e o comando militar tornaram-se tensas e difíceis devido ao desencontro de entendimentos sobre a condução da guerra e a interferência de elementos que sobre ela expressavam opinião, mas não tinham responsabilidade, tal como foi o caso do engenheiro Jorge Jardim — oficialmente limitava-se a ser o cônsul do Malawi na cidade da Beira — que, efectivamente, desempenhava funções de agente secreto do Governo de Lisboa e do Governo-geral junto de Estados africanos com quem não era possível manter relações diplomáticas. A ocorrência dessas circunstâncias também não foi favorável aos planos de Kaúlza.

De Julho de 1969 a 31 de Março de 1970, data em que foi nomeado Comandante-chefe (ao arripio da vontade do Governador-geral) mandou que o seu estado-maior preparasse uma grande acção militar contra as zonas que considerou serem santuários da FRELIMO. Foi-lhe dado um nome de código: «Operação Nó Górdio». Tratava-se da grande ofensiva militar com que sempre havia sonhado como processo de ganhar a guerra — fosse que guerra fosse — já que, desde os seus tempos de professor do Instituto de Altos Estudos Militares, Kaúlza de Arriaga era um acérrimo defensor de métodos clássicos ao invés de adaptar o pensamento, de forma dialéctica, ao tipo de guerra mais dialéctico que existe<sup>169</sup>.

Antes que tivesse tempo de dar início à grande manobra militar que havia imaginado foi o Comandante-chefe confrontado com a abertura de acções militares em Tete, cujo objectivo era, claramente, dificultar a construção da barragem de Cahora Bassa. Kaúlza teve de desviar efectivos afectos à operação «Nó Górdio», ao mesmo tempo que fez baixar o nível de empenhamento no Niassa e tentou evitar a progressão da guerrilha, em Cabo Delgado, à custa de tropa de quadrícula e de engenharia<sup>170</sup>. A FRELIMO estava, no final do ano de 1971, a assenhorear-se da situação.

Olhando em particular a grande manobra concebida por Kaúlza de Arriaga vemos que ela assenta no pressuposto verdadeiro de que no planalto central de Cabo Delgado a guerrilha estava, em 1969, enraizada de tal forma que nem pára-quedistas, nem comandos conseguiam penetrar no terreno. Aliás, nesse mesmo planalto a

---

<sup>169</sup> Vd. Carlos Matos Gomes, *Moçambique. Operação Nó Górdio*, Lisboa, Prefácio, 2002, pp. 29-30.

<sup>170</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, p. 454.

FRELIMO possuía duas bases consideradas inexpugnáveis: Gungunhana e Moçambique. Era a partir do triângulo serra do Mapé-Macomia-Chai que a guerrilha forçava a penetração para Sul. O seu avanço fazia-se muito especialmente por recurso à minagem dos itinerários, comprometendo, de imediato, as acções de patrulhamento das tropas de quadrícula que se viam cada vez mais confinadas aos seus aquartelamentos, não podendo exercer o controle das populações as quais passaram a reconhecer à guerrilha a superioridade que já não encontravam junto do Exército.

Kaúlza, que havia criado, em 1969, o Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) como uma tropa capaz de juntar forças dos três ramos, atribuiu a este mesmo Comando a execução da operação que ficou designada por «Nó Górdio».

A primeira experiência da articulação das forças especiais foi feita em Maio de 1970 ao longo da estrada de Mueda-Mocímboa da Praia, usando-se pára-quadristas, comandos e fuzileiros apoiados por artilharia e aeroplanos. A partir deste mês as tropas em Moçambique ficaram empenhadas para o novo conceito de operações, tendo-se concentrado no Norte peças de artilharia, auto-metralhadoras, e todos os reforços possíveis. Aumentou-se a pista do aeródromo de Mueda de modo a nela poderem aterrar *Fiats G-91*.

Foi o planalto de Mueda que serviu de ponto de concentração dos meios para a acção. A operação começou exactamente no dia 1 de Julho de 1970 e durou até 6 de Agosto, tendo envolvido mais de 8.000 homens, quase toda a artilharia de campanha, toda a tropa de reconhecimento e de engenharia<sup>171</sup>.

A acção desenrolou-se no planalto dos Macondes, tomando como objectivo os santuários da FRELIMO que até então tinham sido intocáveis. Preconizava-se a acção de cerco, seguindo os itinerários Mueda-Sagal-Muidumbe-Nangololo-Miteda-Mueda numa extensão de cerca de 140 km. O cerco seria apoiado por acção de fogo de artilharia e de aeronaves de modo a ir apertando o anel até atingir as bases «Gungunhana» — de artilharia —, a «Moçambique» — que era a principal da província — e a base «Nampula». Toda a acção militar era acompanhada de acção psicológica para desmotivar e desmoralizar tanto a população abrigada pela guerrilha como os próprios guerrilheiros. Ainda que todo o esforço tenha incidido na ocupação das bases inimigas, a verdade é que, quando tal foi conseguido, elas já estavam abandonadas havia, nalguns casos, dois meses e o mesmo insucesso ocorreu com as populações, que

---

<sup>171</sup> *Idem, op. cit.*, p. 466.

se apresentaram às autoridades nacionais em muito baixo número. Os Macondes, havia já mais de dez anos, tinham deixado de acreditar nos Portugueses, quando foram massacrados por causa das suas justas reivindicações.

A operação saldou-se com as seguintes baixas: FRELIMO — 67 mortos; 101 capturados entre crianças, mulheres e homens (destes, foram-no 31); Exército — 26 mortos; 81 feridos entre graves e ligeiros; 15 viaturas destruídas e danificadas<sup>172</sup>. Como se pode ver, para os meios envolvidos os resultados foram escassos e isso deveu-se à tentativa de aplicar processos de guerra clássica num ambiente eminentemente favorável à guerrilha. A tentação da espectacularidade foi superior à norma do trabalho paulatino, mas eficaz. O facto de se terem desalojado os guerrilheiros das suas bases não alterou grandemente o desenrolar da guerra, dada a precariedade que a própria guerrilha imprimia aos seus aquartelamentos<sup>173</sup>.

#### **d) Cahora Bassa e a mudança estratégica da FRELIMO**

A barragem de Cahora Bassa foi um projecto português amplamente estratégico e ideológico<sup>174</sup> favorecido pela conjuntura internacional a partir de segunda metade da década de 60 do século XX. Realmente, a guerra israelo-árabe, que tornou intransitável o canal do Suez, veio dar à rota do Cabo da Boa Esperança uma nova importância para o mundo ocidental, em especial para a Europa, que não poderia ver aquelas paragens em mãos politicamente instáveis. Daí que o regime político da África do Sul e o *apartheid* tenham passado a ser suportáveis, embora condenados. Por outro lado, o regime branco da Rodésia, com Ian Smith à frente, saiu reforçado, porque era a cúpula que, a par de Moçambique e Angola, criava as condições de viabilidade e tranquilidade de navegação dos imensos «mamutes» transportadores de petróleo. O mundo tinha, regionalmente, a estabilidade de que careciam as grandes indústrias europeias e, até, americanas. Esta situação era favorável ao reforço dos laços entre territórios da África austral e, para consolidá-la, só faltava um projecto que os solidarizasse. Ele nasceu com a ideia de uma grande barragem — a maior do mundo — capaz de fornecer energia suficiente ao desenvolvimento paralelo de Moçambique, Angola, Rodésia e África do Sul. A barragem foi pensada para ser construída em território de Moçambique, aproveitando o caudal do Zambeze na zona de Tete, mais

---

<sup>172</sup> Idem, *op. cit.*, p. 471.

<sup>173</sup> Aliás, essas mesmas bases foram pouco tempo mais tarde utilizadas de novo, constituindo santuários outra vez inacessíveis às forças do Exército.

concretamente na garganta de Cahora Bassa. Só a África do Sul assegurou a compra de 80% da energia produzida logo que o empreendimento estivesse em fase de rentabilização<sup>175</sup>. Todavia a responsabilidade do aval financeiro do empreendimento era português, facto que ia ao arrepio da mais elementar medida de segurança económica e esteve na origem da demissão do ministro Dias Rosas<sup>176</sup>.

Claro que a construção da barragem era uma mais-valia incalculável para a região e, em especial, para Moçambique. A FRELIMO não desconhecia esse facto, nem o desprezava. Contudo o atraso e as dificuldades na construção eram um objectivo estratégico fundamental para a guerrilha, dado acrescentar dificuldades às dificuldades já existentes. A conclusão do projecto era o símbolo da vitória de Portugal e o da derrota da FRELIMO que se veria relegada para a posição de um mero movimento de guerrilha sem importância nem valor.

Também no plano estratégico Portugal, ainda por decisão de Salazar, procurou afastar os capitais americanos e ingleses, dos quais desconfiava, para dar a primazia a alemães, sul-africanos, suíços, italianos, portugueses e franceses. A barragem, quando em plena laboração, seria motivo para fixar cerca de um milhão de portugueses que usufruiriam não só da energia, mas, também, do plano de rega. Esperava-se que fosse uma forma de reduzir ou acabar com a guerrilha no Norte de Moçambique, tal a prosperidade que se imaginava. Por outro lado, a avaliação das forças guerrilheiras no território levaram o ministro da Defesa Nacional, em 1968, a subestimar as capacidades da FRELIMO pois não previu a possibilidade de esta transferir, numa distância de 800 Km, os seus homens para abrirem uma nova frente de operações<sup>177</sup>.

Os estrategistas da FRELIMO não perderam a excelente oportunidade de, com um esforço adicional mínimo, flagelarem, então, os Portugueses em três frentes dentro da colónia: Niassa, Cabo Delgado e Tete. E foi isso que fizeram, com a agravante de, a partir de 1972, ser notável o ardor combativo em Cabo Delgado e em Tete. Na primeira zona, tentando e conseguindo penetrar para Sul e, na segunda, impondo um clima de insegurança ao regular andamento das obras o qual obrigou ao desvio dos reforços militares para a península de Tete, descurando o Norte. Por exaustão da Metrópole foi determinante o recurso ao recrutamento de forças em África, em especial, africanas.

---

<sup>174</sup> Idem, *op. cit.*, pp. 474-475.

<sup>175</sup> João Paulo Guerra, *op. cit.*, p. 71.

<sup>176</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, p. 474.

<sup>177</sup> Idem, *op. cit.*, p.475.

Para a guerrilha era tão importante retardar as obras como tentar penetrar ao longo do corredor da Beira rumo a este porto de mar de forma a tornar instáveis as ligações entre a costa e o interior, o mesmo é dizer Cahora Bassa e Rodésia. A operação «Nó Górdio» deu um precioso impulso à mudança de estratégia da guerrilha, porque, ao mesmo tempo que flexibilizava a resposta ao ataque em Cabo Delgado, conseguia disponibilidade para transferir efectivos daquela zona para Tete. 1970 foi o ano da passagem e repositonamento de meios no novo teatro regional de operações. Tudo foi feito devagar, com a consciência de que era necessário, em primeiro lugar, conquistar as populações, essencialmente agrícolas, mentalizando-as politicamente para o fenómeno colonial.

A percepção deste tipo de desenvolvimento da guerrilha foi um dos factores determinantes para aumentar a colaboração militar entre Portugal, a África de Sul e a Rodésia, tendo ambos os Estados passado a desenvolver operações aéreas em território de Moçambique<sup>178</sup> e Angola.

A evolução das acções bélicas entre 1970 e 1971 levou a que tivesse de ser criado mais um comando militar em Moçambique: o da Zona Operacional de Tete (ZOT) com o fim de reunir e controlar as operações na região. Tete passou a absorver tropa de quadrícula, comandos, pára-quedistas, GE's. e GEP's. Os efectivos portugueses, depois de 1972, à volta da barragem eram já da ordem de 50%<sup>179</sup> do total existente em Moçambique, facto que demonstra bem o esforço desenvolvidos por ambas as partes para concretizar fins estratégicos antagónicos. Em Novembro de 1973, a FRELIMO começava a ter destacamentos a operar no parque da Gonrongosa, coração turístico de Moçambique, que fica a cerca de 100 Km da cidade da Beira<sup>180</sup>.

Em Janeiro de 1974, antecedendo o que se poderia preconizar no futuro próximo, as populações civis europeias de Vila Pery (Chimoio) e da Beira, durante mais de 48 horas, sitiaram a messe de oficiais do Exército, clamando contra a incapacidade das forças armadas porem fim à guerrilha. Deve notar-se que, por esta altura já a FRELIMO havia actuado contra fazendeiros da região e havia gerado a instabilidade no corredor da Beira. A acção das populações civis europeias teve a clara conivência da

---

<sup>178</sup> João Paulo Guerra, *op. cit.*, p. 76.

<sup>179</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, p. 477.

<sup>180</sup> Companhias do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas n.º 31, com sede na Beira, para evitar gerar o pânico entre os turistas chegados para safaris fotográficos no Parque da Gorogonsa, operaram à paisana, durante os primeiros meses (Novembro, Dezembro e Janeiro) de infiltração da guerrilha na zona de Vila Machado.

PIDE/DGS, que não alertou os comandos militares para a iniciativa em marcha, muito embora ela não tivesse sido planeada em segredo. A este incidente não deve ter sido estranha, também, a acção do engenheiro Jorge Jardim que teria visto com bons olhos a evolução do quadro político para encontrar uma solução autónoma do problema da guerrilha em Moçambique<sup>181</sup>.

Abril de 1974 pôs cobro a uma situação operacional em degradação acelerada que em pouco tempo confrontaria Lisboa com um desaire militar de grande envergadura.

### **e) Os massacres em Moçambique**

Em qualquer guerra, seja ela em que tempo for e sejam quais forem os intervenientes, sempre existiu a tentação de exceder o sofrimento para além do estritamente necessário. Em Moçambique não houve excepções. Foram vários os massacres de que há conhecimento mais ou menos documentado e, que se saiba, lá só as forças do Exército tomaram parte neles<sup>182</sup>.

O massacre só se justifica com base em fanatismos de quaisquer naturezas ou desequilíbrios psíquicos de quem o pratica. Muitas vezes é o medo o grande motivador dessa forma desumana de fazer a guerra.

Em Moçambique, o mais célebre foi o de Wiriamu<sup>183</sup> que constituía um conjunto de três povoações indígenas — Chawola, Juwau e Wriamu —, porque foi aquele que passou para as páginas da imprensa internacional, através do padre Adrian Hastings. A acção foi levada a efeito, em Dezembro de 1972, por tropas dos Comandos como retaliação sobre um disparo feito contra uma aeronave e uma emboscada. Na impossibilidade de distinguir os guerrilheiros da população — até porque esta não os acusou — as povoações foram chacinadas, ferindo-se, matando-se a oito mulheres, velhos e crianças. Alguns dos sobreviventes, dada a proximidade de Tete, procuraram tratamento no hospital, acabando por morrer na picada (estrada improvisada), ou conseguindo somente chegar à missão de S. Pedro, a Sul daquela cidade onde contaram o sucedido. As religiosas, indignadas, relataram aos seus superiores, da congregação dos

---

<sup>181</sup> Vd. José Freire Antunes, *Jorge Jardim, Agente Secreto*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 523-549.

<sup>182</sup> Não podemos esquecer que a acção da UPA, em 1961, no Norte de Angola, se iniciou exactamente por um massacre tão hediondo como os mais hediondos que as forças armadas portuguesas praticaram... mas um não justifica os outros.

<sup>183</sup> Ou, também, conhecido por Wliamu, porque os naturais do Centro de Moçambique, em especial os que habitam no mato, têm tendência a trocar o r pelo l.

padres de Burgos, que divulgaram a ocorrência. O impacto foi brutal na precária posição política internacional de Portugal<sup>184</sup>.

Não foi só Wiriamu o único caso conhecido de massacre; já antes, em Mucumbura, também em Tete, em Maio e Novembro de 1971, tinham sido flageladas as populações da aldeia que, depois de mandadas recolher às suas cubatas, foram metralhadas, incendiando, a tropa, de seguida, as habitações alvejadas. Também este massacre foi denunciado na igreja do Macúti, diocese da Beira, pelos padres Joaquim Teles Sampaio e Fernando Mendes, os quais foram presos pela PIDE/DGS e encarcerados em Lourenço Marques<sup>185</sup>. Aliás o volumoso processo da polícia política portuguesa sobre a Ordem dos Padres Brancos, que se encarregaram de dar a conhecer este último massacre — e por isso foram expulsos de Moçambique —, não poupa nomes de intervenientes, destacando-se o aviso, feito às autoridades militares e civis, pelo coronel Craveiro Lopes, que taxativamente disse: «Dentro de bem pouco tempo, os nossos aviões e comandos estarão na região de Buxo. Agora é tempo de devastar a área e de lhe lançar fogo, pois já lhes demos tempo suficiente para partirem para as posições seguras e não se misturarem com terroristas». E, no dia seguinte cumpriu-se à risca o que havia sido anunciado. Felizmente as populações, embora deixando para trás todos os seus haveres, salvaram a vida<sup>186</sup>.

As investigações mandadas fazer pelo comandante-chefe, tanto no caso de Wiriamu, como no de Mucumbura e António (outra povoação devastada) foram sempre inconclusivas.

Já em 1974 o padre holandês José Martens denunciou o massacre de Inhaminga, província de Sofala, no qual foram mortos cerca de 500 homens, entre Agosto de 1973 e Março de 1974, por agentes da PIDE/DGS, sob vigilância de tropas pára-quadistas, por se negarem a sair das suas terras para serem reordenados em aldeias controladas pela tropa<sup>187</sup>.

Embora na região da Zambézia não houvesse acções militares desenvolvidas pelos guerrilheiros, ocorreram, também, massacres de população negra por simplesmente se desconfiar que davam guarida a elementos da FRELIMO<sup>188</sup>.

---

<sup>184</sup> Vd. João Paulo Guerra, *op. cit.*, pp. 287-293. Veja-se cópia de documentação oficial em José Amaro (org., introd. E notas), *Massacres na Guerra Colonial. Tete, um exemplo*, Lisboa, Ulmeiro, 1976.

<sup>185</sup> João Paulo Guerra, *op. cit.*, p. 293-294.

<sup>186</sup> Pº CI (2) n.º16570 cx.. 7775

<sup>187</sup> Idem, *op. cit.*, p. 299 e Dalila Cabrita Mateus, *op. cit.*, p. 176.

<sup>188</sup> Dalila Cabrita Mateus, *Ibidem*.

Com exclusão dos massacres iniciais dos anos 50 e 60, onde se impunha uma certa cultura imperial de repressão das manifestações de massas, os ocorridos nos anos finais da guerra, em Moçambique, indiciavam já a proximidade de um fim militar que não se desejava ou que se queria evitar a todo o custo. O cansaço da guerra, o medo, o ódio, foram os ingredientes necessários para esquecer que no conflito de guerrilhas quando não se conquistam as populações se perde o combate e a campanha.

### **Outros aspectos da guerra**

Uma guerra, especialmente de guerrilhas, que teve a longa duração de treze anos não se consegue sintetizar em poucas páginas, tal é a diversidade de situações, os aspectos a ter em conta, os pormenores a identificar; tem, necessariamente, de se ser selectivo, enaltecendo o que parece hoje importante e apoucando o que se julga não merecer relevo. Só o tempo fará a selecção correcta.

#### **a) A acção psico-social — os aldeamentos**

Depois de 1885, data da Conferência de Berlim e da proclamação do princípio da ocupação efectiva, muito provavelmente as aldeias indígenas existentes no interior das colónias portuguesas de África nunca tinham recebido qualquer apoio sanitário consequente e continuado. A primeira acção psico-social, dando dignidade humana a indígenas que até então se contavam como meros trabalhadores, foi desenvolvida pela tropa portuguesa. Foram as unidades militares, com os seus médicos e enfermeiros, quem procedeu à vacinação das populações e a tratou de maleitas físicas— grandes ou pequenas. Este foi o primeiro passo de uma frente de luta contra a subversão na tentativa de levar as populações a sentirem que a sombra da bandeira portuguesa era protectora. Contudo, as autoridades militares esqueceram que na memória colectiva dos povos corriam dezenas de anos de lembranças de maus tratos, de logros e de exploração e que o mercúrio, a tintura de iodo, a penicilina e a gaze não dão para sarar feridas profundas capazes de matar mais do que a malária. O esforço foi brilhante, mas os resultados efémeros. A guerrilha falava-lhes de liberdade, de serem donos de si próprios; falava-lhes de valores que os colonos não podiam injectar com a agulha de uma seringa.

Na tentativa de subtrair as populações das zonas onde operavam os guerrilheiros, também os militares quiseram fazer mudar de localização as tradicionais aldeias onde os povos se acostumaram a nascer, viver e morrer.

Em Angola, foi relativamente fácil alojar as populações que, em 1961, tinham fugido à guerra; elas haviam abandonado a terra dos seus antepassados e, por isso, qualquer outra era boa. Importante era existir paz. Todavia, as dificuldades aumentaram quando se colocou a questão de realojar aldeias em perigo de virem a ser subvertidas pelos guerrilheiros. Houve que convencer os chefes e os velhos, porque ninguém consegue arrancar um camponês do seu pedaço de solo se as razões não forem muito poderosas e mais difícil ainda é deixar para trás os mortos e os espíritos dos mortos habituados a viver naquele espaço geográfico.

Em Moçambique, as populações sentiram-se violentadas pela política de aldeamento. Nenhuma troca, por melhor que fosse, substituía o chão lacrimosamente deixado.

O aldeamento era uma solução política que reforçava a queixa contra o colonizador pois os povos sentiam os novos terrenos — mesmo que mais férteis, com melhores alfaias agrícolas, melhores casas e condições sanitárias mais saudáveis — como campos de concentração.

Objectivamente os aldeamentos foram uma solução que na perspectiva militar e política obteve êxitos elevados, mas que antropologicamente pôs os povos contra as autoridades<sup>189</sup>.

#### **b) A africanização do contingente**

O esforço militar feito durante a guerra colonial em homens recrutados na metrópole pode ver-se nos quadros seguintes:

<b>Ano</b>	<b>Recenseados</b>	<b>Apurados</b>	<b>Faltosos</b>	<b>CGM (%)<sup>190</sup></b>	<b>CSM (%)<sup>191</sup></b>	<b>COM (%)<sup>192</sup></b>
1961	75.366	48.832	8.722	88,5	9,5	2,0

<sup>189</sup> No final da guerra, em Angola havia mais de um milhão de naturais a viver em 3.000 aldeias; em Moçambique estavam realojados 969.396 em 953 aldeias; na Guiné não foi adoptado o conceito de reordenamento. Vd. John P. Cann, *op. cit.*, pp. 209-212. Consulte-se, também, Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, 242-243.

<sup>190</sup> CGM são as percentagens dos efectivos apurados destinados ao contingente geral.

<sup>191</sup> CSM são as percentagens dos efectivos apurados destinados à frequência dos cursos de sargentos milicianos.

<sup>192</sup> COM são as percentagens dos efectivos apurados destinados à frequência dos cursos de oficiais milicianos.

1962	79.357	57.073	10.211	87,7	10,2	2,1
1963	85.410	59.676	13.328	87,4	10,7	1,9
1964	86.977	61.249	14.357	86,4	11,3	2,3
1965	90289	64.805	16.972	84,1	13,4	2,5
1966	87.506	63.342	16.008	82,3	14,4	3,3
1967	86.065	62.017	16.512	89,8	7,0	3,2
1968	95.634	70.504	17.838	90,2	6,7	3,1
1969						
1970	88.693	63.996	18.554	86,5	10,0	3,5
1971	91.363	65.746	15.644	85,2	10,1	4,7
1972	92.613	66.681	18.841	84,5	10,7	4,8

Fonte: *Resenha Histórico-Militar das Camapnha de África (1961-1974)*, 1º vol., p. 258.

Sem necessidade de grandes interpretações, percebem-se facilmente aspectos que ressaltam dos números apresentados: logo a partir dos primeiros anos de guerra há um claro aumento de recenseados, acompanhado do aumento de apurados; os recenseamentos de 1971 e 1972 representam um esforço de aproveitamento de toda a juventude metropolitana, aumentando a fuga ao serviço militar; o contingente geral absorve mais de 80% dos apurados, começando a fazer sentir-se a carência de oficiais milicianos a partir da segunda metade da década de 60. É visível, no começo dos anos 70 a impossibilidade de Portugal dar mais homens para o serviço militar, atendendo ao número de faltosos que continua em crescendo.

Se compararmos os quadros de efectivos existentes nas diferentes colónias nos mesmos anos verifica-se que desde muito cedo o recrutamento local foi se tornou um imperativo — e não só de jovens de origem europeia, porque esses também não eram em grande quantidade:

<b>Ano</b>	<b>Angola</b>	<b>Moçambique</b>	<b>Guiné</b>	<b>Total</b>
1961	33.477	11.209	4.736	49.422
1962	44.925	11.852	5.70	61.847
1963	47.400	14.246	9.650	71.296
1964	52.493	18.049	15.195	85.737
1965	57.073	22.856	17.252	97.181
1966	55.816	30.558	20.801	107.205
1967	57.420	34.721	21.650	113.791
1968	58.230	36.615	22.839	117.684
1969	55.574	39.096	26.581	121.251
1970	55.233	38.712	26.775	120.720
1971	62.060	44.505	29.210	135.775
1972	60.317	46.723	29.957	136.997
1973	65.592	51.463	32.035	149.090

Fonte: *Resenha Histórico-Militar das Campanhas Africanas (1961-1974)*, 1.º vol. p.259

Em face dos dois quadros anteriores é necessário agora fornecer o dos recrutamentos em cada colónia para se ter, então, uma visão completa do esforço metropolitano e africano e verificar-se o andamento da africanização do Exército.

No quadro seguinte apresentam-se os recrutamentos por colónias

Ano	Angola	Moçambique	Guiné
1961	5.000	3.000	1.000
1962	11.165	3.000	1.000
1963	12.870	5.003	1.314
1964	15.075	7.917	2.321
1965	15.448	9.701	2.612
1966	17.297	11.038	1.933
1967	14.369	11.557	3.229
1968	20.683	13.898	3.280
1969	18.663	15.810	3.715
1970	19.059	16.079	4.268
1971	25.933	22.710	5.808
1972	25.461	24.066	5.921
1973	27.819	27.572	6.425

Fonte: *Resenha Histórico-Militar das Campanhas Africanas (1961-1974)*, 1.º vol. p. 261

Se o conflito em África começou com a utilização de baixos contingentes africanos, que foram crescendo a um ritmo suave até quase ao final dos anos 60, verifica-se que é no começo dos anos 70 que se dá um acréscimo brutal na africanização da tropa sinal de que Portugal estava a chegar à exaustão, tanto mais visível se a compararmos com os números de faltosos.

Selectivamente a africanização do contingente fez-se mais cautelosa na Guiné e em Moçambique onde se criaram corpos especiais de combate para neles incorporar forças capazes de suprirem com vantagem as tropas de quadrícula metropolitana que iam faltando.

### c) A guerra feita do ar<sup>193</sup>

Alguns anos antes do início das operações militares em Angola tinha-se, nas mais altas esferas de comando e decisão da Força Aérea, consciência de que nas

<sup>193</sup> Veja-se o nosso ensaio intitulado «Súmula Histórica das Aviações Militares e da Força aérea de Portugal» in *Revista Militar*, n.º 2398, Novembro, 2001, Lisboa, pp. 887-921 e, para uma maior compreensão do empenhamento dos meios aéreos, o nosso livro *A Força Aérea na Guerra de África. Angola, Guiné e Moçambique. 1961 – 1974*, Lisboa, Prefácio, 2004.

colónias, em breve, se desencadeariam movimentos armados defensores da independência. No ano de 1958 já na Subsecretaria de Estado da Aeronáutica se tomava a decisão de mandar uma missão de oficiais estudar nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique as possibilidades de se instalarem forças e meios aéreos para apoio a operações terrestres dentro das fronteiras<sup>194</sup>. O tempo, o excesso de confiança, a carência de recursos financeiros e uma certa indiferença política levaram a que se fosse protelando para outras oportunidades a construção das infra-estruturas necessárias à actuação da Força Aérea em África.

Foi no ano de 1960 que se iniciaram as primeiras acções com vista à instalação de elementos da Força Aérea — e aqui excluimos as tropas pára-quedistas por só nos preocupar o pessoal e os meios ligados à actividade de voo — em Angola, formulando-se uma estratégia de localização das infra-estruturas de modo a proteger o Norte e o Leste do território e desprezando-se o Sul. Essa a razão pela qual ficou definido que Luanda seria o ponto irradiador do poder aéreo, tendo complementaridade no Luso e em Moçâmedes — aqui só com uma Base destinada a treino de pessoal<sup>195</sup>. Sobre esta «rede primária» de grandes Bases, intercalar-se-iam aeródromos possibilitando fazer chegar mais longe os meios aéreos: Negage e Henrique de Carvalho, Toto, Maquela do Zombo, Cabinda, Camaxilo, Portugália e Cazombo, Gago Coutinho, Cuito-Canavale, Neriquinha e Serpa Pinto. A ideia da construção de uma Base em Moçâmedes foi abandonada em 1961, com o começo das hostilidades bem delimitadas. As «grandes» unidades foram: Base Aérea n.º 9, em Luanda, Aeródromo-Base n.º3, no Negage, e Aeródromo-Base n.º 4, em Henrique de Carvalho.

A construção destas infra-estruturas indispensáveis à operação dos meios aéreos representou, nos primeiros anos de guerra, um esforço verdadeiramente hercúleo de homens, máquinas e finanças, mas permitiu gerar um conhecimento prático quanto ao modo de fazer que, logo de seguida, foi aplicado nos restantes territórios, à medida que as operações militares se iniciavam.

Na Guiné, onde a guerra começou em 1963, a Força Aérea instalou-se no aeroporto de Bissalanca, com a criação da Base Aérea n.º 12; mais tarde (1970) abriram-se pistas asfaltadas em Nova Lamego, Cufar e Aldeia Formosa.

---

<sup>194</sup> Vd. a documentação, então classificada como secreta e confidencial, do Gabinete do Subsecretário de Estado da Aeronáutica do ano em causa no Arquivo Histórico da Força Aérea (AHFA).

<sup>195</sup> Diogo Neto, «Voo em Três Frentes» in *A Guerra de África* (coord. José Freire Antunes), 1.º vol., pp.307-308.

Em Moçambique, ainda em 1961, deu-se início à instalação de meios aéreos — principalmente de transporte — e à construção de infra-estruturas para operações que se avizinhavam. Procurou-se, logo na primeira fase, que as unidades aéreas iniciais ficassem próximas dos aeroportos já existentes, nomeadamente de Lourenço Marques (actual Maputo) — onde se aquartelou o primeiro destacamento de tropas pára-quedistas — e da Beira (Base Aérea n.º 10), mas, ao mesmo tempo, principiou a construção das infra-estruturas destinadas a abrigar os postos de comunicação necessários à segurança da navegação aérea no território e à possibilidade de difusão das ordens dimanadas do Comando. Foi, também, melhorado o aeroporto de Vila Pery (actual Chimoio). Em Nampula, instalou-se o Aeródromo-Base n.º 5 (Agosto de 1962) ainda que a título provisório, operando «T6» e «Dornier 27». A esta unidade cabia prover de efectivos humanos e manter as ligações com todos os aeródromos dela dependentes no Norte de Moçambique (Nacala, Mueda, Marrupa, Nova Freixo e Vila Cabral). Os primeiros «PV2» chegaram à Beira em Fevereiro de 1962 e no final desse ano foi a vez da Base Aérea n.º 10 receber os «Nord Atlas». Do ponto de vista logístico a unidade começava a ter capacidade para suprir a falta de presença da Força Aérea nos aeródromos de Tete, Furancungo e Mutarara e de centralizar os transportes tácticos de Norte a Sul.

É imprescindível dizer que para além das infra-estruturas próprias da Força Aérea, as aeronaves militares utilizaram, e não poucas vezes, nos três territórios, pistas civis e pistas improvisadas junto dos aquartelamentos das forças terrestres, a partir das quais davam apoio sanitário e logístico às populações ou às unidades militares instaladas no terreno<sup>196</sup>.

A missão da Força Aérea nos territórios africanos da Guiné, de Angola e de Moçambique assentava principalmente em alguns vectores fundamentais, a saber: transporte: de tropas e seu abastecimento para zonas de difícil acesso terrestre; colocação de tropas em zonas de combate e evacuação de feridos; transporte de populações carenciadas; reconhecimento: visual ou fotográfico de zonas destinadas a futuras intervenções; vigilância aérea e armada dos movimentos fronteiriços em áreas suspeitas; e fogo: apoio próximo às forças terrestres empenhadas em combate; ataque

---

<sup>196</sup> Casos houve em que a alimentação de produtos frescos, com excepção de legumes, estava dependente do abastecimento aéreo que se encarregava, também, do serviço postal militar. Principalmente para esta missão e evacuações sanitárias complementares foram criadas as FAV's (Forças Aéreas Voluntárias) que desempenharam notáveis serviços em Angola e Moçambique. Eram constituídas por pilotos civis, equiparados a militares, que voavam, normalmente monomotores Auster.

localizado; e reconhecimento armado; em casos mais raros foram lançadas operações aerotransportadas da responsabilidade exclusiva da Força Aérea; e também houve participação em acções de guerra psicológica e cooperação no reordenamento das populações e no apoio sanitário às mesmas.

Muitas vezes, como resultado de reconhecimentos aeronáuticos ou de informações confirmadas, lançaram-se operações exclusivamente aéreas ou aerotransportadas sobre grupos de guerrilheiros. Nestes casos utilizavam-se aeronaves carregadas com bombas cujos resultados eram compensadores. Quando o envolvimento se fazia com helicópteros e tropas especiais — pára-quedistas ou comandos — quase nunca se dispensava o apoio de fogos de quatro parcelas de aviões (duas em reserva na área e duas empenhadas), sendo a operação, normalmente, coordenada a partir de um posto de comando embarcado em aeronave ligeira.

O apoio aéreo às forças terrestres fazia-se ou a tempo ou urgente. No primeiro caso, por falta de meios, tinha de se escalonar os pedidos para os satisfazer dentro das condições existentes — um dos processos de conseguir uma maior efectividade de apoio consistia nos destacamentos permanentes de aeronaves e pilotos em aeródromos dependentes<sup>197</sup>, geograficamente mais próximos das unidades terrestres de quadrícula —, no segundo caso, dadas as deficientes comunicações rádio, as aeronaves saíam no mais breve espaço de tempo possível garantindo, muitas vezes, pela sua simples aproximação, a fuga do inimigo<sup>198</sup>.

O conjunto de todas estas acções, feito com grandes margens de segurança, só foi possível porque durante a maior parte dos anos de guerra existiu quase total supremacia aérea, verificando-se somente em certas colónias (Guiné e no Norte de Moçambique, em Mueda) alguma actividade antiaérea durante todo o tempo de operações.

Quando já a guerra estava numa fase avançada em todos os territórios (depois de 1968) o dispositivo da Força Aérea, em cada um deles, era, com pequenas alterações, o seguinte:

---

<sup>197</sup> Em Angola o número e localização destes aeródromos variou ao longo do tempo, consoante a guerrilha conseguia actuar mais dentro do território ou mais junto à fronteira. Houve-os em S. Salvador, Quibaxe, Toto, Ambrizete, St.º António do Zaire, Santa Eulália, Cabinda, Cazombo, Gago Coutinho, Cuito Cuanavale, Maquela do Zombo, Luso, Silva Porto e N'Riquinha.

<sup>198</sup> Era o caso do emprego dos «Fiat-G91» cujo ronco de aproximação era impressionante, em especial para quem estivesse em situação de combate. Actuaram na Guiné e Moçambique.

1.<sup>a</sup> Região Aérea: Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné — Base Aérea n.º 12 (Bissalanca); aeródromos dependentes: Bafatá, Tite e Bubaque.

2.<sup>a</sup> Região Aérea: Base Aérea n.º 9 (Luanda); Aeródromo-Base n.º 3 (Negage); aeródromos dependentes<sup>199</sup>: Cabinda, Maquela, Toto e Malange; Aeródromo-Base n.º 4 (Henrique de Carvalho); aeródromos dependentes: Cazombo, Camaxilo, Vila Luso, Gago Coutinho e Portugália.

3.<sup>a</sup> Região Aérea: Base Aérea n.º 10 (Beira); Aeródromo-Base n.º 5 (Nacala); aeródromos dependentes: Mueda e Nampula; Aeródromo-Base n.º 6 (Nova Freixo); aeródromos dependentes: Vila Cabral e Marrupa; Aeródromo-Base n.º 7 (Tete); aeródromos dependentes: Furancungo, Chicoa e Mutarara; Aeródromo-Base n.º 8 (Lourenço Marques).

Os números de aeronaves atribuídas a cada província nunca foram elevados, de tal modo que jamais ultrapassaram, no total, a centena e meia em condições de operar<sup>200</sup>. Isso justifica que a Força Aérea tenha actuado, em acções de guerra, como elemento complementar indispensável, restando-lhe um alto papel logístico em toda a campanha. De qualquer modo, em consequência do bloqueio de que Portugal sofria como resultado das moções votadas na Organização das Nações Unidas, os meios aéreos que foram utilizados em África ou eram obsoletos (do tempo da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial) ou civis adaptados, no país, ao serviço militar ou, ainda, material já abatido ao serviço da OTAN que não tinha condições de uso. Uma das raras excepções foi a dos «Fiat G.91», vendidos pela República Federal da Alemanha, graças às facilidades concedidas na utilização da Base Aérea de Beja. O «PV2» era um avião de luta anti-submarina que foi adaptado ao bombardeamento na luta de guerrilha, sendo difícil de manobrar e não estando dotado dos sistemas de pontaria mais apropriados para o fim utilizado. O «T-6», avião de treino básico, carregado com bombas ou foguetes tornava-se instável, além de ser lento e barulhento, pelo que se denunciava a grande distância; este tipo de aeronave, com as modificações referidas, tornou-se responsável pela perda da vida de muitos pilotos. Os aviões de reacção («F-86F»<sup>201</sup>, «F-84G»<sup>202</sup> e «G.91»<sup>203</sup>)

---

<sup>199</sup> Tenha-se em atenção o teor da nota 176.

<sup>200</sup> Para se ter números mais correctos consulte-se a nossa obra *A Força Aérea na Guerra em África*, pp. 73-82, 122 e 141.

<sup>201</sup> Operou somente na Guiné e durante poucos meses.

<sup>202</sup> Operou em Angola e foi levado até ao limite da utilização possível de tal modo que chegaram a ser aproveitados alguns aparelhos que já estavam, em Portugal, totalmente desactivados.

<sup>203</sup> Operou na Guiné e em Moçambique e, na fase final da presença portuguesa em África, em Angola.

dentro das suas limitações (obsolescência dos dois primeiros e pequeno raio de acção do último) foram as aeronaves que melhor serviram em África e que mais adequadas características tinham para o tipo de missão na guerra de guerrilha<sup>204</sup>. Um outro avião que se distinguiu pela sua versatilidade e mediana robustez foi o «DO-27», tendo sido utilizado nos três teatros de operações em variadas funções.

As já mencionadas dificuldades de aquisição de material militar ao cabo de mais de um dezena de anos de guerra colocou o problema da substituição dos aviões cada vez mais desgastados pela acção do tempo e do intenso uso. Estavam neste caso os «DO.27» e os «T-6». Para substituir os «F-84G», já nos últimos anos de guerra, em Angola, foram adquiridos nos EUA, de maneira não muito regular, velhos «B-26» da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. O isolamento político acentuava, em cada ano, as dificuldades na obtenção de armamento moderno, capaz de fazer frente à guerrilha.

O armamento usado nas aeronaves era de fraca qualidade, antigo e susceptível de falhas (metralhadoras Brownings 12.7 e 7.7; bombas para fins gerais e de fragmentação de 500 libras ou de 750 e 15, 50 ou 200 Kg; foguetes FFAR 2.75, SNEB 37 mm e FRAG). A melhor arma utilizada no conflito foi o canhão MG-151 de 20 mm, instalado sobre a porta esquerda do helicóptero Al. III.

Os tipos de aeronaves que operaram em cada uma das colónias, durante todos os anos da guerra foram os constantes do quadro seguinte.

Angola	Moçambique	Guiné
<i>T-6</i>	<i>T-6</i>	<i>T-6</i>
<i>Broussard</i>	<i>PV-2</i>	<i>F-86F</i>
<i>DO-27</i>	<i>DO-27</i>	<i>DO-27</i>
<i>C-47</i>	<i>C-47(Dakota)</i>	<i>C-47 (Dakota)</i>
<i>C-45</i>	<i>Fiat G-91</i>	<i>Fiat G-91</i>
<i>F-84G</i>	<i>Al-III</i>	<i>Al-II</i>
<i>PV-2</i>	<i>Al-II</i>	<i>Al-III</i>
<i>P2V-5</i>	<i>Cessna</i>	<i>Nord-Atlas</i>
<i>B-26</i>	<i>Sa-330</i>	<i>Auster D-5</i>
<i>Nord-Atlas</i>	<i>Cherokee</i>	<i>P2V-5</i>
<i>SA-330 (Puma)</i>	<i>Nord-Atlas</i>	
<i>Auster D-5</i>	<i>Auster D-5</i>	
<i>Al-II</i>		
<i>Al-III</i>		

<sup>204</sup> Excluimos aqui, naturalmente, por não se tratarem de «aviões» os helicópteros que, pela sua versatilidade, eram e foram as aeronaves que mais e melhores serviços prestaram ao combate, quer pela colocação e recolha da infantaria no solo, quer pelo transporte de feridos, quer ainda pelo bombardeamento com o temível canhão montado em alguns deles.

No fim da guerra, em 1974, a Força Aérea tinha perdido contacto com as grandes evoluções técnicas que, entretanto, iam ocorrendo no mundo aeronáutico e, pior do que isso, possuía uma frota obsoleta, desgastada, só lhe restando como aeronaves mais modernas dois «Boeing 707 – 3F5C»<sup>205</sup> que complementaram a actividade transportadora, entre Portugal e as colónias, de dez velhos «Douglas DC6» pertencentes aos Transportes Aéreos Militares com sede no Aeródromo-Base n.º 1, na Portela de Sacavém.

#### **d) A Marinha de Guerra**

Portugal, país tradicionalmente desdobrado para além do mar, mantendo actividade comerciais com territórios longínquos, deveria possuir uma Marinha de Guerra que protegesse as costas dessas paragens distantes e a navegação para a Europa. Contudo isso não aconteceu, porque desde a renovação dos tratados de aliança com a Grã-Bretanha, no século XVII, a coroa portuguesa colocou as colónias sob a protecção da marinha inglesa — tal como disso dava garantias a Aliança — e porque, no pós Revolução Industrial, não possuindo nem ferro nem carvão, deixou de poder competir com as grandes potências que então despontavam no Velho Continente.

O final da Grande Guerra veio encontrar a Armada nacional completamente obsoleta e o programa de rearmamento naval do Estado Novo, tendo servido de elemento de propaganda política interna, foi, no plano prático, ineficaz e insuficiente. Acabada a 2.ª Guerra Mundial a Marinha de Guerra não possuía unidades navais capazes de garantir a soberania nas colónias<sup>206</sup> e ao admitir entrar na OTAN limitou a utilização dos novos navios aos teatros de guerra onde a aliança tinha validade.

A missão da Armada durante a guerra de guerrilha podia ser consubstanciada em dois ou três vectores: garantir a inviolabilidade e soberania do espaço naval português nas costas e rios internacionais; garantir a navegabilidade das embarcações que para tanto estivessem autorizadas nas águas territoriais; contribuir, no mar, nos rios

---

<sup>205</sup> Foram, aliás, estes os grandes «transportadores» de tropas para todos os teatros de operações e que garantiram um ritmo de substituições individuais e até mesmo colectivas bastante acelerado.

<sup>206</sup> Para além dos dois *avisos de 1.ª classe Afonso de Albuquerque e Bartolomeu Dias* que se foram alternando em comissões de serviço na Índia e em Timor, tendo, inclusive ficado o primeiro afundado em Goa, aquando da invasão, em 1961.

ou nos lagos, para luta contra a subversão, utilizando os meios humanos e materiais mais adequados.

Ora, a guerra colonial, em 1961, apanhou Portugal com uma reduzida capacidade de deslocação de navios para as colónias africanas, não só pelos condicionalismos diplomáticos já referidos, mas porque os vasos de guerra que se poderiam enviar para os trópicos não estavam devidamente climatizados de modo a garantir uma comodidade mínima às tripulações. Para cumprir a missão a Armada teve de se renovar.

Em 1964 adquiriam-se em França quatro fragatas que, por não estarem integradas nos efectivos da OTAN, podiam servir nas colónias e tinham condições de climatização apropriadas. Logo depois, encomendaram-se na Alemanha e em Espanha quatro corvetas, da classe *Comandante João Coutinho*, as quais sendo menos armadas e com menor tripulação serviam perfeitamente ao fim ultramarino de fiscalização das costas e defesa distante. Em 1973, acabaram por entrar ao serviço mais quatro corvetas, fabricadas em Espanha, mais armadas e sofisticadas do que as anteriores. Pode dizer-se que foi esta frota com a qual a Armada fez a representação da sua soberania nas colónias durante os anos de guerra. O resto do material naval utilizado foi de menores dimensões e armamento mais ligeiro. Eram as chamadas lanchas de defesa.

Estes tipos de pequenas embarcações foram classificados em lanchas de fiscalização (LF) e lanchas de desembarque (LD). Os fins eram diferentes. As primeiras destinavam-se à navegação costeira, lacustre e fluvial e as segundas ao desembarque e transporte de fuzileiros navais.

Em 1961 as lanchas que existiam em África não eram mais de duas ou três e datavam do final da Grande Guerra. O esforço para dotar os territórios com os meios adequados ao tipo de guerra que se fazia teve de ser rápido. Começou-se por uma verdadeira inovação: a utilização de lanchas com casco em fibra de vidro, por mera adaptação de embarcações de recreio a fins militares<sup>207</sup>. Mais tarde, no começo dos anos 60 encomendaram-se, a estaleiros alemães, o fabrico de um lote de oito lanchas do mesmo tipo, mas, agora, com casco de ferro. Foram as chamadas lanchas da classe *Bellatrix* que seguiram para a Guiné, Angola e S. Tomé e Príncipe entre os anos de 1961 e 1962. No ano de 1968 encomendaram-se aos estaleiros do Alfeite mais cinco lanchas da mesma classe.

---

<sup>207</sup> Vd. Aniceto Afonso, *op. cit.*, p. 164-167.

Entretanto, em 1963, mandaram-se construir dez lanchas francamente maiores do que as anteriores — com 40 metros de comprimento e 200 toneladas com melhor armamento. Entraram na classificação da classe *Argos*. Seguiram, depois de prontas, para a Guiné e Moçambique, tendo acabado desactivadas, em 1975, em Angola.

O lago Niassa, vencendo-se proezas de todos os matizes, foi dotado de vários tipos de lanchas que seguiram inteiras e por via férrea e rodoviária até serem lançadas à água. Nesse grande mar interior chegaram a navegar lanchas da classe *Castor* com capacidade para dar 20 nós de velocidade, o que já na época era notável.

O esforço da Marinha nos anos de guerra foi bastante de considerar no que respeita à capacidade de construção de embarcações apropriadas às colónias e ao tipo de guerra que se lá se desenvolveu. Com efeito, em termos de lanchas de fiscalização contabilizam-se, de 1961 a 1974, 36 pequenas e 20 grandes o que já dá uma dimensão significativa para quem partiu do zero quase absoluto.

Mas o esforço naval foi mais longe dado que, para servir ao transporte de fuzileiros, de meios logísticos e até de apoio de fogo, adoptaram-se as velhas lanchas de desembarque tão vulgares na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Contudo, o que existia à venda, no mercado, estava em mau estado, levando o Estado-Maior da Armada a optar por mandar fazê-las nos estaleiros portugueses.

Achou-se conveniente construí-las de três tipos diferentes para as adaptar aos fins em vista: de tamanho pequeno (LDP), médio (LDM) e grande (LDG). Ao todo foram feitas 97, mas nem todas seguiram para África pois algumas ficaram em Portugal para treino dos fuzileiros. Das utilizadas nos teatros de operação, 51 foram para a Guiné, facto que evidencia a enorme actividade dos fuzileiros especiais naquela colónia; 15 seguiram para Angola para serem usadas nos grandes rios; e 7 para Moçambique, destinadas à navegação no lago Niassa.

No mar, a Marinha de Guerra esteve suficientemente bem equipada para o contributo que se podia esperar dela na guerra de guerrilhas.

#### **e) As tropas especiais**

Pelas suas características a guerra de guerrilha quase que obriga à existência de dois tipos de tropas com preparações diferentes: por um lado, as que se limitam a evitar que as populações possam sofrer claramente e sem dificuldades as influências doutrinais da subversão e cuja mobilidade é de molde a garantir que num determinado raio de acção não surgem penetrações indesejáveis — são as tropas de quadrícula; por outro, há

as que têm de dar caça à guerrilha, que a perseguem nos seus redutos e lhes frustram os movimentos mais sensíveis e mais longos, danificando, o mais possível, todo o seu precário aparelho logístico e de suporte — são as tropas especiais. Estas tem de ter como características fundamentais a mobilidade, a versatilidade, a rapidez, a ligeireza, o forte poder de fogo, a ampla autonomia e auto-suficiência, mimetismo tático, grande liberdade de acção e dependência de um comando centralizado.

Como se vê não há confusão possível entre uma unidade de recrutamento normal e uma unidade de intervenção especial. Entre nós, as primeiras unidades especiais que se formaram foram o batalhão de pára-quedistas e as companhias de caçadores especiais, embora estas estivessem muito aquém do tipo de possibilidades dos primeiros. Com as necessidades de guerra foi-se abandonando o caçador especial como tropa de intervenção e formaram-se os fuzileiros navais e especiais — para satisfazer às particularidades do combate na Guiné e no lago Niassa — e, um pouco mais tarde os comandos. Podemos incluir como tropas especiais alguns agrupamentos mais específicos como foi o caso dos «flechas», em Angola, os fuzileiros especiais africanos na Guiné, e os Grupos Especiais e Grupos Especiais Pára-quedistas, em Moçambique.

Os pára-quedistas, criados em 14 de Agosto de 1955, ficaram anexos à Força Aérea da qual recebiam todo o apoio logístico e material. Inicialmente formaram-se como um batalhão a duas companhias de combate, uma de comando e serviços e outra de instrução. A sua primeira instalação foi junto da Base Aérea de Tancos, que lhes fornecia as aeronaves para treino e transporte.

Mal eclodiram os primeiros acontecimentos em Angola a 1.<sup>a</sup> companhia foi para lá destacada, tendo desembarcado a 16 de Março de 1961. Com o intervalo de um mês foram chegando a 2.<sup>a</sup> e a 3.<sup>a</sup> companhias. Em Maio, com as unidades existentes criou-se o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas n.º 21 (BCP 21).

Embora na Guiné os efectivos tenham começado por ser menores — um pelotão —, em Outubro de 1966 já estava a ser constituído o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas n.º 12.

Em Moçambique estabeleceram-se dois batalhões — o BCP 31, na Beira, e o BCP 32, em Nacala.

Com excepção das operações em Quipedo, Canda, Sacandina e Inga, em Angola, e «Zeta» — ocupação da base «Limpopo» — e Penada, em Moçambique, nas quais os pára-quedistas foram lançados de meios aéreos sobre os alvos, estas tropas serviram-se mais dos helicópteros para serem colocadas nas proximidades dos

objectivos, o que fez delas forças helitransportadas com grande capacidade de mobilidade.

Embora pertencendo à Força Aérea e podendo, sob a responsabilidade do comando daquele ramo das Forças Armadas, levar a efeito operações com grande autonomia, o certo é que nos três teatros de guerra estas forças especiais estavam directamente atribuídas ao respectivo Comandante-chefe que dispunha delas como entendia.

Estas e quaisquer outras forças do mesmo tipo tinham como missão ou actuar pontualmente contra um alvo e retirar, ou instalarem-se numa determinada zona durante um curto período— um mês, no máximo — e lançar acções sobre a guerrilha na área. Para que esta segunda hipótese se verificasse tornava-se imprescindível ter informações seguras sobre a existência de guerrilheiros na zona, para não desperdiçar meios e homens<sup>208</sup>.

Pode dizer-se que cada saída de uma companhia, ou de uma formação menor ou maior, de tropas pára-quedistas para o mato constituía sempre um contacto com o inimigo para o flagelar e, se possível, conseguir prisioneiros — era deles que se obtinham as melhores informações para actuação imediata.

Os comandos tiveram a sua origem em Angola, na Zemba, em 1962, no Centro de Instrução Especial da Contra-guerrilha a funcionar junto do Batalhão de Caçadores Especiais 280.

A lógica a que obedeceu a sua criação foi a de constituir uma infantaria de assalto altamente capacitada para a realização de operações especiais, capazes de se movimentarem com grande liberdade de acção e autonomia, dotada de uma muito maior capacidade de sacrifício e resistências físicas.

Depois de aceite a ideia ao nível político os comandos passaram a ser instruídos em dois centros, em Angola, e, em um único centro em Moçambique — a partir de Fevereiro de 1964. Em Julho desse ano foi criado um centro de características semelhantes em Bissau.

Talvez o ponto fundamental da instrução dos comandos fosse a sua preparação psicológica, tendo em vista conseguir obter dos instruendos a máxima capacidade de abnegação para enfrentar a dureza das operações no mato em condições de total adversidade. Esperava-se do comando um nível de resistência física que superasse a

diferença de habituação à vida do mato que o guerrilheiro possuía pelo simples facto de se movimentar em regiões geográficas que não lhe eram adversas. O auto-controlo e o auto-domínio associados a um elevado espírito de equipa fazia dos comandos um corpo de intervenção com o qual se podia contar para além dos limites da normalidade.

Do ponto de vista orgânico os comandos começaram por se formar em grupos de combate integrados por três equipas — a de comando (um oficial, um radiotelegrafista um auxiliar de enfermagem, dois atiradores), três de manobra (um sargento e quatro atiradores) e uma de apoio (um sargento, um apontador de lança-foguetes, um municionador e dois atiradores). Embora fossem de uma muito grande eficiência estes grupos, que tinham larga autonomia de combate, acabaram por, mais tarde, terem de se organizar em unidades de maior envergadura — as companhias — de modo a ampliar a capacidade de sobrevivência autónoma por tempos mais indeterminados<sup>209</sup>. Ao todo, existiram nas colónias 61 companhias de comandos, das quais três eram essencialmente formadas por africanos na Guiné. A organização foi sofrendo evoluções ditadas tanto por aspectos logísticos como por aspectos de aplicação operacional. Com efeito as companhias chegaram a ser de dois tipos — ligeiras e pesadas, distinguindo-se pela quantidade de homens, funções e órgãos de apoio — e por conveniência de enquadramento formaram-se batalhões de comandos.

O empenhamento dos comandos nos três teatros de operações foi muito notável, tanto pelos resultados obtidos em captura de material como também pelas baixas infligidas à guerrilha e à limpeza do terreno, impossibilitando futuras penetrações subversivas.

Os fuzileiros especiais surgiram da iniciativa de, em 1960, a Marinha mandar fazer o curso de Royal Marines a um oficial e três praças em Inglaterra. Daqui nasceu o embrião que viria a dar lugar ao primeiro destacamento de fuzileiros especiais que partiu para Angola em Novembro de 1961.

Esta unidade era constituído por 80 homens. Para além destes havia os fuzileiros navais cuja missão se limitava à de tropa de defesa próxima das instalações terrestres ou navais atracadas. Estes constituíam-se em companhias.

Os destacamentos de fuzileiros estava naturalmente vocacionado para o combate anfíbio, utilizando o meio aquático para as suas deslocações rápidas. Actuavam

---

<sup>208</sup> Vd. Pedro Cardoso, *As Informações em Portugal*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s. d. pp. 187-188.

<sup>209</sup> Aniceto Afonso e Carlos Matos Alves, *op. cit.*, pp.199-205.

em grupos que podiam ser maiores ou menores consoante o tipo de operação. Usavam armamento ligeiro, sendo a sua mobilidade muito grande para garantir a surpresa.

A Guiné foi a colónia de eleição dos fuzileiros especiais dadas as características do terreno. Lá que deixaram o maior número de baixas em combate — 55 homens. O rio Zaire, o Zambeze e o lago Niassa foram áreas de acção destas tropas quase profissionais (dado o vínculo contratual que os homens possuíam à Marinha) o que as distinguia dos pára-quedistas e dos comandos.

Não se pode dizer que os fuzileiros tenham sido exclusivamente usados em combate em meio aquático, porque também foram utilizados pelo Comandante-chefe Moçambique bem longe do mar ou dos rios, na serra do Mapé e no interior do planalto dos Macondes<sup>210</sup>.

Os «Flechas» no sentido clássico não formaram uma organização militar típica, por dois motivos, em especial: não obedeciam a nenhum enquadramento militar, não dependiam da hierarquia castrense e, acima de tudo, serviam a Polícia de Investigação e Defesa do Estado (PIDE) e, mais tarde, a Direcção Geral de Segurança (DGS). Efectuaram operações exclusivamente em Angola.

Inicialmente foram recrutados entre os bosquímanos, povo caçador do sul de Angola com grande capacidade de autonomia e dissimulação. Foi com eles que se conseguiram obter informações detalhadas e seguras do Leste da colónia.

A PIDE/DGS controlou sempre esta «tropa» e administrou-lhes as formas de pagamento que chegaram, em alguns casos, ao direito de saque.

As suas armas preferenciais eram as flechas envenenadas (daí a designação) e só mais tarde aderiram às armas de fogo que tiveram de ser as mais leves possíveis função da sua fraca estatura. Como caçadores que eram, através dos mais pequenos indícios deixados no terreno, determinavam a presença recente de guerrilheiros. Muitas vezes o Exército operou conjuntamente com os «Flechas», dando-lhes, todavia, a liberdade de acção para se conduzirem no terreno de acordo com a forma tradicional de actuação. Em regra agiam em grupos de 30 homens. No início da guerra, em Angola, só existiam oito «Flechas», mas em 1974 ascendiam a mil<sup>211</sup>.

Em Moçambique os GE e os GEP, formados em 1970, visaram desenvolver um tipo de tropa especial africana, capaz de emparceirar com os comandos e os pára-quedistas, mas com as vantagens de, sendo africanos, oferecerem maiores resistências

---

<sup>210</sup> *Idem, op. cit.*, pp. 220-227.

ao clima e ás condições de vida no mato. Seguiram um enquadramento em tudo semelhante ao adoptado pelo Exército e os seus graduados e instrutores eram oriundos dos quadros de comandos e pára-quedistas. Dentro do possível tentou-se que todos os graus de comando viessem a ser desempenhados por africanos devidamente formados e preparados para o cumprimento da sua missão de combate e liderança.

Em Moçambique os GE atingiram o efectivo máximo de 7.700 homens enquanto os GEP não excederam os 840<sup>212</sup>.

Como já foi referido, estes contingentes para além de tentarem vir a ser embriões de forças armadas nacionais, no caso de se chegar a uma solução política do problema colonial, foram, também, o processo de suprir as carências em efectivos que, cada vez mais, Portugal estava incapacitado de fornecer para desenvolver a guerra nas colónias.

#### **f) Os armamentos**

O Exército português em 1961 estava, no geral, mal armado, se exceptuarmos o material recebido ao abrigo da OTAN. Realmente, a nível individual os homens ainda usavam a velha espingarda *Mauser* do tempo da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e outro material já obsoleto em face da evolução provocada pelos conflitos recentes, no qual se incluía o da Coreia<sup>213</sup>.

As primeiras correcções substitutivas que se fizeram foi a da *Mauser* pela espingarda automática *FN/7.62* e a pistola-metralhadora *FBP* (de fabrico nacional), que oferecia pouca segurança pela israelita *UZI*. Depois de passados os primeiros meses começaram a acertar-se as opções em termos de armamento a utilizar, ocorrendo muito embora, a dificuldade de fornecimentos em consequência do embargo já decretado.

Depois da opção pela *FN*, belga, conseguiu-se autorização de fabrico da *G-3*, alemã, que a Fábrica Nacional de Braço de Prata começou a produzir em larga escala. Foi esta a arma individual do combatente nas três frentes. Com o tempo, a sua acção de fogo foi sendo complementada com as metralhadoras *HK-21* do mesmo tipo da *G-3*, a *Bren*, ligeira e de origem inglesa que muitas vezes se usou montada em viaturas e a *MG-42*, de origem alemã, com calibre 7.62 mm que tanto podia ser usada por tropas apeadas como montada em viaturas.

---

<sup>211</sup> John P. Can, *op. cit.*, pp. 141-144.

<sup>212</sup> *Idem*, *op. cit.*, pp. 136-137.

Armas com características mais pesadas e decisivamente colectivas, por exigirem um mínimo de dois operadores foram as *Bazuca 8,9 cm*, os *lança-granadas-foguetes 37 mm*, os *morteiros 60, 81 e 120 mm*.

Usou-se no começo da guerra alguma artilharia obsoleta, que mais tarde se substituiu por obuses modernos, mas foi tão pouca a sua utilização que não merece descrição. Igualmente se operaram, com fraca eficiência, auto-metralhadoras (*Panhard, Fox, Humber*) que não se mostraram particularmente apropriadas ao terreno nem à missão, ainda que tenham sido utilizadas de forma descontínua<sup>214</sup>.

De um modo geral, pode dizer-se que em termos de armamento os militares portugueses estiveram durante a maior parte do conflito em desvantagem, quer pela qualidade, quer pela eficácia. Na verdade, depois dos primeiros meses de guerra descontrolada, os movimentos de guerrilheiros começaram a receber armamento melhor e mais sofisticado. Vejamo-lo, em síntese<sup>215</sup>.

Como armas individuais usaram a pistola russa *Tula Tokarev*, de 9 mm, a espingarda de repetição *Mosin Nagant*, também russa, a espingarda semi-automática soviética *Somonov*, a espingarda automática *Kalashnikov*, de fabrico russo — foi a arma mais utilizada em toda a guerra e tinha larga superioridade sobre a *G-3* —, pistola metralhadora *Shpagin (PPSH)*, também de fabrico soviético, metralhadora ligeira *Degtyarev*, soviética. Toda a panóplia referida tinha calibre 7,62 mm.

No capítulo das armas colectivas fizeram uso das metralhadoras pesadas *Degtyarev (DSHK)*, de 12,7 mm, e da *Goryunov M/43-SG*, também russa, de 7,62 mm.

Como armas antiaéreas foram utilizadas as metralhadoras (em especial pelo PAIGC) *ZPU-4* com quatro canos e calibre 14,5 mm; no final da guerra foi introduzido o míssil antiaéreo *SAM-7 Grail-Strella*, também soviético.

As armas anti-carro de que dispuseram os movimentos guerrilheiros foram o canhão sem recuo 7,5 cm (*CanS/R 7,5 cm M/56*), de origem chinesa e os lança-granadas *RPG-2*, com o calibre do tubo 40 mm e o da granada de 82 mm.

No capítulo das armas de apoio os guerrilheiros usaram foguetões de 122 mm, de origem soviética e morteiros de 60, 82 e 120 mm (este último era rebocado por uma

---

<sup>213</sup> Para uma descrição mais completa veja-se *Resenha Histórico-Militar (...)*, 1.º vol., pp. 274-276.

<sup>214</sup> Para maior pormenor veja-se Nuno Santa Clara Gomes «Armamento» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes), *op. cit.*, pp. 356-365.

<sup>215</sup> Dados colhidos em Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *op. cit.*, pp. 256-265.

viatura especial que o colocava em posição; foi usado na Guiné), também de origem russa.

Da simples enumeração percebe-se que embora nem em todas as frentes houvesse esta diversidade de armamento o certo é que a sua origem, sendo essencialmente soviética e chinesa, dava garantias de superioridade face ao produzido pela indústria nacional.

### **g) A formação dos quadros guerrilheiros**

Não há muita informação disponível sobre este tema, contudo, pelas biografias de alguns dos líderes dos movimentos de libertação fica-se a saber o processo pelo qual eles passaram e deduz-se como se formaram os quadros dirigentes da guerrilha.

Os países de Leste e a República Popular da China foram aqueles que mais se empenharam na formação político-militar dos africanos. Por exemplo, em Pequim existia a chamada Academia onde os jovens frequentavam estágios de alguns meses e aprendiam rudimentos sobre vida sindical e actividade militar de guerrilha<sup>216</sup>. Na Checoslováquia recebia-se, também, formação política. Nanquim, na China, Baku, na URSS, Cuba e Argélia eram outros tantos centros de preparação política e militar. Na Hungria também se ministravam cursos de guerrilha.

A instrução fazia-se principalmente na base da aprendizagem dos princípios teóricos do marxismo com a aplicação à guerrilha — na China imperavam os pontos de vista de Mao Tze Tung que sobre o assunto havia teorizado bastante; o mesmo acontecia em Cuba onde Fidel Castro era o grande doutrinador. Dos princípios teóricos extraía-se a *praxis* que deveria conduzir o guerrilheiro no terreno de modo a fazer dele um exemplo para aqueles que pretendia doutrinarem, captando para o ideal revolucionário. A própria *praxis*, num processo dialéctico, influenciava a doutrina comportamental de forma a enquadrar as massas populacionais.

Uma vez formados os quadros cabia a estes difundir os conhecimentos junto dos recrutas que recebiam a instrução nas bases próximas das fronteiras. O guerrilheiro só estava dado como pronto para enfrentar a mata e o combate quando o seu nível militar e doutrinário se equivaliam<sup>217</sup>.

---

<sup>216</sup> Vd. *Revista Expresso*, 26 de Março 1994.

<sup>217</sup> Não pode ficar esquecido que nas três colónias, com especial ênfase para a Guiné e Moçambique — onde prevalecia um só movimento independentista — nas bases de guerrilheiros, em território estrangeiro, havia a preocupação de manter um programa de alfabetização de forma a que toda a

O problema da liderança militar e política resultava da aplicação da doutrina à prática quando os homens acabavam reconhecendo em um deles capacidades superiores à dos restantes. A selecção ia-se fazendo por escalonamento da base até ao topo da guerrilha. Naturalmente que, usando um sistema desta natureza, a confiança, o respeito e o empenhamento acabavam sendo muito maiores ou, pelo menos, resultando melhor do que aquele que assentava na mera disciplina clássica dos exércitos regulares<sup>218</sup>.

#### **h) As baixas**

No estudo das baixas tem sempre de se estabelecer certas distinções nomeadamente as que ocorreram em combate e as que resultaram de doença ou acidente. Também, no caso particular da guerra colonial, ter-se-á de fazer a separação entre os mortos do contingente metropolitano e do africano. Seja como for, e atendendo ao número de anos de combate, pode realmente dizer-se que as baixas não foram muito elevadas na relação com as mobilizações o que, ao cabo e ao resto, vem provar baixa intensidade do conflito.

O que a documentação oficial não nos fornece é quantidade de estropiados que a guerra provocou. Nesse aspecto particular todos os indícios apontam para números muito elevados e desproporcionados na relação com os dos mortos. E eles serão ainda maiores se para além de contabilizar os aleijões físicos se computarem também os que ficaram a sofrer de traumatismos psicológicos em consequência das condições em que fizeram a guerra.

Seja como for, o conflito deixou, em ambos os campos, um largo rasto de dor e de sofrimento que uma solução política atempada teria evitado, gerando provavelmente um clima de maior fraternidade entre os antigos combatentes.

### **Quadro das baixas por morte nas três colónias**

---

gente tivesse acesso aos manuais de doutrina política e aos jornais — rudimentares, é certo —, lutando denodadamente contra o obscurantismo que o analfabetismo proporciona.

<sup>218</sup> Não será atitude despicienda referir que entre as tropas portuguesas se foi alterando, durante o decorrer do conflito, as relações determinadas pelo Regulamento de Disciplina Militar (RDM) como fruto de um contacto estreito e dependente, entre comantes e comandados em operações. Se é certo que os graduados não podiam ser «eleitos» como os melhores dos combatentes, não é menos verdade ter-se verificado, em muitos casos, uma clara tendência para aqueles conseguirem ganhar a confiança dos subordinados de forma suprir essa dificuldade orgânica. Este fenómeno foi muito mais notório entre as tropas especiais — pára-quedistas, comandos e fuzileiros. Curioso será notar, também, que, pelo menos, até ao final da década de 60 teve especial importância neste processo de aceitação entre comandantes e comandados a famosa trilogia de Jean Lartéguy, *Os Mercenários*, *Os Centuriões* e *Os Pretorianos*, publicados entre nós nos anos iniciais da guerra.

Colónia	Em combate		Acidente com arma		Acidente de viação		Outras causas		Soma	
	Metrop.	Afric.	Metrop.	Afric.	Metrop.	Afric.	Metrop.	Afric.	Metrop.	Afric.
Recrutamento										
Angola	1.098	208	240	104	608	252	488	260	2.434	824
Guiné	985	255	170	37	135	18	309	161	1.599	471
Moçambique	1.027	454	130	104	244	223	363	417	1.764	1.198
Total	3.110	917	540	245	987	493	1.160	838	5.797	2.493

Fonte: *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-9974)*, pp.264-266

### O fim da guerra — a exaustão

Não se pode dizer que a guerra colonial representou *directamente* um grande encargo social, económico, militar e até político para Portugal. A guerra foi um conflito de baixa intensidade que se tornou possível de suportar durante mais de uma dezena de anos<sup>219</sup>. É verdade que os níveis de desemprego não eram elevados — havia um escoamento constante de mão-de-obra ou para as fileiras ou para a emigração —, o custo de vida não encareceu galopantemente — a falta de industrialização em grande escala mantinha os salários rurais a baixos níveis — o país ocupava os escalões inferiores do desenvolvimento europeu, pelo que pior não podia ficar. A guerra foi uma fatalidade que se aguentou enquanto a conjuntura externa não sofreu significativas alterações — qualquer modificação teria reflexos do tipo sísmico entre nós. Ora, a crise do petróleo, em 1973, veio fazer entrar em rampa inclinada não controlável a situação portuguesa a tal ponto que na perspectiva económica os grandes empórios e grupos financeiros acusaram, muito antes dos militares, a clausura a que o Estado Novo, conduzindo uma guerra e espartilhando o padrão sócio-económico, estava a condenar os Portugueses<sup>220</sup>.

<sup>219</sup> Como adiante referiremos, a baixa intensidade não resultou de uma *virtude* nacional; ela foi a consequência do reduzido empenhamento que as grandes potências da época — EUA, URSS e República Popular da China — colocaram na guerra nas colónias portuguesas. De certa forma, o conflito no Vietnam fez baixar a intensidade do conflito em África. Isto justifica que a *virtude* não se deva nem colocar nos movimentos de independência nem no empenhamento das Força Armadas portuguesas, mas tão só na conjuntura internacional.

<sup>220</sup> Realmente, os grupos financeiros mais importantes, no final do ano de 1973, acusavam o Estado e a política de monopólios de impedirem a natural expansão sobre os mercados africanos. Essa contenção, herdada, e mantida, dos anos 30 e 40 do século XX, tinha por trás o receio das independências unilaterais estimuladas pelo desenvolvimento de burguesias locais desejosas de se libertarem de uma metrópole que as asfixiava. Uma tal contenção foi ditada por Oliveira Salazar, continuada por Marcello Caetano e garantida pelos interesses económicos tradicionalmente instalados nas colónias recebedores da protecção monopolista do Estado português. Esta situação constituía, no começo da década de 70, fonte

De Novembro de 1973 em diante estava traçado o fim do marcelismo como continuidade da política salazarista. A exaustão foi uma consequência das alterações ocorridas no mundo e, principalmente, do aumento do preço das ramas de petróleo. Daí em diante só houve que encontrar o elemento motivador para deitar por terra um poder político que estava corroído nos alicerces. Esse motivo foi de ordem castrense e não se relacionou de modo directo com a guerra, antes pelo contrário, prendeu-se com as progressões de carreira dos oficiais dos quadros permanentes. Mas esse foi o rastilho, porque o paiol que levou à grande explosão do Estado Novo assentava, efectivamente, em dois pilares: por um lado, a incapacidade de evitar no curto prazo a derrota na Guiné; por outro, a exaustão dos quadros militares que já levavam, muitos deles, três e quatro comissões de guerra nas colónias. Ao nível familiar havia situações insustentáveis e individualmente os homens não vislumbravam melhorias no seu tipo de vida. Os sacrifícios aumentavam sem compensações notáveis e proporcionais ao que era exigido.

Toda a sociedade metropolitana estava exausta da guerra e dos transtornos que ela causava, mas, acima de tudo, estava sequiosa de uma liberdade que não conhecia havia décadas. A Europa progredia, os emigrantes relatavam o que lá por fora se passava, os estudantes do ensino superior viam-se limitados nos programas lectivos onde se escamoteavam os conhecimentos da actualidade nacional e internacional, a guerra e África era o limite de um viver que não se alterava.

O golpe militar de 25 de Abril, que derrubou sem grande dificuldade o velho Estado Novo, foi o começo de uma revolução que, inevitavelmente, transportava no seu seio, como objectivo mais ansiado, o fim da guerra e com ela a independência das colónias. Aquilo que o Estado Novo teimosamente negou durante mais de uma década, a Revolução tornou a oferecer à História e à Humanidade, em poucos meses: a imensa capacidade de Portugal dar mundos ao mundo.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas

Arquivo Histórico da Força Aérea

Arquivo Histórico Militar

Arquivo da PIDE/DGS, Arquivo Nacional da Torre do Tombo

### Fontes impressas

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO — *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África*, Lisboa, 1990.

— *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 1.º vol., Lisboa, 1988.

— *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 3.º vol., *Dispositivo das nossas forças. Guiné*, Lisboa, 1989.

— *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 4.º vol., *Dispositivo das nossas forças. Moçambique*, Lisboa, 1989.

— *Guerra Revolucionária*, 5 vols., Lisboa, 1961-9163.

MAO TSE TUNG — *Arte da Guerra de Guerrilhas*, 2.ª ed. Lourenço Marques, Região Militar de Moçambique – Quartel General, 1964.

### Bibliografia e obras de referência

ALEXANDRE, Valentim — «Acto Colonial» in *Dicionário de História de Portugal*, supl., vol. VII (coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Figueirinhas, 1999.

BARROS, Júlia Leitão de — «Exposição do Mundo Português» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

BONIFACE, Pascal (dir.) — *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano, 1997.

COSTA, Fernando — «Movimento de Unidade Democrática» in *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), 2.º Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

CRUZ, Manuel Braga da — «Concordata e Acordo Missionário» in *Dicionário de História do Estado Novo* (coord. Fernando Rosas e Brandão de Brito), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

DEFARGES, Philippe Moreau — *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa, Gradiva.

DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony — *História do Século XX*, 3.º Vol., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

FERRO, Marc — *História das colonizações. Das conquistas às independências. Sécs. XIII-XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

DELGADO, Humberto — *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

JOLL, James — *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.

LÉONARD, Yves — «O Ultramar Português» in *História da Expansão Portuguesa*, (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

LIMA, Carlos — «Bispo da Beira, Caso do» in *Dicionário de História de Portugal*, (coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica), vol. VII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999.

MARQUES, A. H. de Oliveira — «Introdução» in *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano 1890 – 1930*, (coord. A. H. de Oliveira Marques), Vol. XI, Lisboa, Editorial Estampa.

MARTINS, Oliveira — *Portugal Contemporâneo*, 8.ª ed., Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1976.

PAULO, João Carlos — «Exposições Coloniais» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

— «Missões Católicas no Ultramar» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

PEREIRA, Nuno Teotónio — «Vigília da Capela do Rato» in *Dicionário de História do Estado Novo*, (dir. Fernando Rosas e Brandão de Brito), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

PINTO, António Costa— «Portugal e a Resistência à Descolonização» in *História da Expansão Portuguesa*, (dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

QUINTAS, José Manuel — «Eleições para a Assembleia Nacional» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

REIS, António — *Portugal 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando — *História de Portugal*, (dir. José Mattoso), Vol. 7.º, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

— «Oposição Republicana» in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas), Vol. II, Lisboa, , Círculo de Leitores, 1996.

### **Periódicos**

*Diário de Notícias*, n.º 2325, Lisboa, de 23 de Maio de 2002.

*Expresso* n.º 1.558, Lisboa, de 7 de Setembro de 2002.

*Mais Alto. Revista da Força Aérea*, Lisboa, Estado-Maior da Força Aérea

*Revista do Expresso*, n.º 1117, Lisboa, de 26 de Março de 1994

*Revista Expresso*, n.º 1557, Lisboa, de 31 de Agosto de 2002

*Revista Militar*, Lisboa.

### **Internet**

*Carta das Nações Unidas*. [Em linha].

<http://www.un.org/spanish/aboutun/charter/index.htm>

### **Estudos**

AAVV — *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares/Atena, 2000.

ABREU, Paradela (coord.) — *Os Últimos Governadores do Império*, Lisboa, Edições Neptuno, 1994

AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos — *Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

AMARO, José (org.) — *Massacres na Guerra Colonial. Tete, um exemplo*, Lisboa, Ulmeiro, 1976.

ANDRADE, Mário Pinto de — *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

ANTUNES, José Freire — *Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

— *Jorge Jardim Agente Secreto*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

BACELAR, Major General Sérgio — *A Guerra em África 1961-1974. Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*, Porto, Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 2000.

CALVÃO, Alpoim — *De Conakry ao MDLP*, Lisboa, Intervenção, 1976.

CANN, John P. — *Contra-Insurreição em África. O modo português de fazer a guerra*, S. Pedro do Estoril, Atena, 1998.

CARDOSO, General Silva — *Angola, anatomia de uma tragédia*, 5.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Oficina do Livro, 2001.

CARDOSO, Pedro — *As Informações em Portugal*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s. d.

CERVELLÓ, Josep Sanchez — «UPA FNLA» in *Guerra Colonial* (auts. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

— «Movimentos de libertação. Evolução política» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

— «MPLA» in *Guerra Colonial* (auts. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

— «MPLA Dos primórdios à formação do movimento» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

— «Um general à procura do seu exército UNITA» in *Guerra Colonial* (auts. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

— «Da fundação ao início da guerra PAIGC» in *Guerra Colonial* (auts. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000

— «A lenta coesão do nacionalismo FRELIMO» in *Guerra Colonial* (auts. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

CORREIA, Pedro Pezarat — «Descolonização» in *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999.

— *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do império português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1991.

FERREIRA, José Medeiros — *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.

FRAGA, Luís Alves de — *A Força Aérea na Guerra em África. Angola, Guiné e Moçambique. 1961 – 1974*, Lisboa, Prefácio, 2004.

— « Súmula Histórica das Aviações Militares e da Força aérea de Portugal» in *Revista Militar*, n.º 2398, Novembro, 2001, Lisboa, pp. 887-921.

GARCIA, Francisco Proença — *Guiné 1963-1974: os movimentos independentistas o islão e o Poder Português*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar/Universidade Portucalense, 2000.

GOMES, Carlos Matos — *Moçambique. Operação Nó Górdio*, Lisboa, Prefácio, 2002.

GOMES, Nuno Santa Clara — «Armamento» in *Guerra Colonial in Guerra Colonial* (auts. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

GUERRA, João Paulo — *Memória das guerras coloniais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

HENRIQUES, Isabel Castro — *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV – XX*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.

KEEGAN, John — *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987.

KISSINGER, Henry — *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996.

LABAN, Michel — *Mário Pinto de Andrade. Uma entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1997.

LOBATO, António — *Liberdade ou evasão. O mais longo cativo da guerra*, Amadora, Erasmos Editora, 1995.

MARQUES, Silvino Silvério — *Salazar, o Ultramar e o 25 de Abril*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001.

MARTELO, David — *As Mágoas do Império*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.

— *1974 Cessar-fogo em África*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

MATEUS, Dalila Cabrita — *A PIDE/DGS na Guerra Colonial. 1961 – 1974*, Lisboa, Terramar, 2004.

MENSURADO, Joaquim — *Os Páras na Guerra. 1961-63. 1968-72*, Lisboa, Prefácio, 2002.

MOREIRA, Adriano — «Enquadramento político-estratégico das campanhas de África» in *Estudos sobre as campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 2000.

NETO, Diogo — «Voo em Três Frentes» in *A Guerra de África* (coord. José Freire Antunes), 1.º vol., Lisboa Círculo de Leitores, 1995.

NOGUEIRA, Franco — *O Estado Novo [1933-1974]*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000.

NUNES, António Pires — *Angola 1966-74. Vitória Militar no Leste*, Lisboa, Prefácio, 2002.

NUNES, Manuel Jacinto — «A Dimensão Sócio-económica: Passado recente , situação actual e futuro relacionamento com países lusófonos» in *Estudos sobre as campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 2000.

OLIVEIRA, Hermes de — *Guerra Revolucionária*, Lisboa, e. a., 1960.

PACAVIRA, Manuel Pedro — *O 4 de Fevereiro Pelos Próprios*, Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2003.

PINTO, António Costa — *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte.

REIS, António — *A minha jornada em África*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 1999.

RODRIGUES, Bethencourt — «Do princípio ao fim» in *A Guerra de África. 1961-1974* (org. José Freire Antunes), 1.º vol., Lisboa Círculo de Leitores, 1995.

RODRIGUES, Urbano Tavares — «Um conceito de liberdade» in *II Congresso Republicano de Aveiro. Teses e documentos*, II vol., Lisboa, Seara Nova, 1969.

SANTOS, Augusto dos — «Tirar água ao peixe» in *A Guerra de África* (coord. José Freire Antunes), 1.º vol., Lisboa Círculo de Leitores, 1995.

SAVIMBI, Jonas — «A arte de resistir» in José Freire Antunes, *A Guerra de África*, 1.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo (org.) — *A Guerra Colonial. Realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

TELO, António José — «A Mudança – 1959» in *Guerra Colonial* (Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes), Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

WRIGHT, George — *A Destruição de um País*, Lisboa, Caminho, 2001.

VALENÇA, Cor. Fernando — *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A abrilada de 1961*, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d.